



Ensino e formação, lazer e informação: práticas nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais em Portugal  
Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano

UE  
169  
471



Universidade de Évora

Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação

**Ensino e formação, lazer e informação: práticas  
nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais  
em Portugal**

Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano

Orientador Professor Doutor José António Calixto

Dissertação apresentada em ordem à obtenção do grau de Mestre em Arquivos,  
Bibliotecas e Ciência da Informação na Universidade de Évora

2008



**Universidade de Évora**

**Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação**

**Ensino e formação, lazer e informação: práticas  
nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais em  
Portugal**

Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano



Orientador Professor Doutor José António Calixto

169 471

Dissertação apresentada em ordem à obtenção do grau de Mestre em Arquivos,  
Bibliotecas e Ciência da Informação na Universidade de Évora

2008

## **Resumo**

### **Ensino e formação, lazer e informação: práticas nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais em Portugal**

Nesta investigação propõe-se a análise das práticas das bibliotecas de estabelecimentos prisionais, em Portugal, na actualidade, através das perspectivas dos responsáveis pelas mesmas e de directores dos estabelecimentos prisionais.

A investigação foi realizada em 6 estabelecimentos prisionais localizados de Norte a Sul de Portugal, seleccionados a partir de um questionário exploratório.

Foi aplicada a metodologia qualitativa e os dados foram recolhidos através da realização de 8 entrevistas, da observação e da análise de fontes.

Os resultados sugerem 1) a presença de constrangimentos que condicionam o desenvolvimento dos serviços, entre os quais, a inexistência de normas nacionais e a ausência de profissionalização; 2) que os entrevistados consideram a biblioteca essencialmente como um centro de apoio ao lazer e ao ensino, assumindo uma perspectiva de espaço cultural no interior do estabelecimento.

São apontadas algumas recomendações para a necessária qualificação e profissionalização das bibliotecas em estabelecimentos prisionais bem como a sugestão de alguns temas para futuras investigações.

**Palavras-chave:** bibliotecas de estabelecimentos prisionais, práticas nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais, Portugal.

## **Abstract**

### **Education and formation, leisure and information: Portuguese prison libraries practices**

This research analyses the Portuguese prison libraries in its daily actual practices, through the perspectives of their responsible as well as prison establishments' administration.

The research took place in 6 prison establishments from north to south selected through an exploratory questionnaire.

A qualitative methodology was applied and data were collect through 8 interviews, observation and document analysis.

The results suggest 1) the presence of several constraints that interfere in services development, such as, the lack of national standards and the need of professionalization; 2) that the interviewed considered the library mainly as a centre to support leisure and education, assuming a perspective of cultural space inside the prison.

Some suggestions are made regarding the need of qualification and professionalization of the Portuguese prison libraries as well some topics for future research.

**Key-words:** Prison libraries, prison libraries practices, Portugal.

## **Agradecimentos**

Um agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor José António Calixto, pelo apoio e persistência que me acompanharam mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço também a disponibilidade da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais em acolher este projecto de investigação e aos estabelecimentos prisionais que me receberam e apoiaram no trabalho de campo.

Uma palavra amiga às minhas colegas de Curso, Elisabeth Sebastião e Susana Silvestre.

Um agradecimento muito especial à minha família, em particular ao Joaquim pelo amor, paciência e carinho demonstrados e aos meus filhos, Maria e Pedro, pelo tempo que não estive junto deles.

*Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas.*

*Mário Quintana*

## **Abreviaturas e Siglas**

**ALA – American Library Association**

**CAQDAS – Computer Assisted Qualitative Data Analysis**

**CEDERSP – Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional**

**DGLB – Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas**

**DGSP – Direcção-Geral dos Serviços Prisionais**

**EP – Estabelecimento Prisional**

**EUA – Estados Unidos da América**

**IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions**

**IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (actual Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas)**

**LA – Library Association**

**TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação**

# Sumário

<b>Resumo</b> .....	<b>ii</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>iii</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>iv</b>
<b>Abreviaturas e Siglas</b> .....	<b>vi</b>
<b>Sumário</b> .....	<b>vii</b>
<b>Quadros</b> .....	<b>ix</b>
<b>1. Introdução</b> .....	<b>1</b>
1.1. Antecedentes e enquadramento do tema.....	1
1.2. Justificação e objectivos do projecto de investigação .....	3
1.3. Estrutura do texto da dissertação.....	4
<b>2. Metodologia</b> .....	<b>7</b>
2.1. Introdução.....	7
2.2. Metodologias de investigação.....	8
2.2.1. Abordagem quantitativa .....	8
2.2.2. Abordagem qualitativa.....	8
2.3. A teoria fundamentada.....	10
2.4. Triangulação .....	10
2.5. O projecto de investigação.....	11
2.5.1. A revisão da literatura .....	12
2.5.2. A recolha de dados .....	13
2.5.2.1. O questionário.....	14
a) Elaboração e teste do questionário .....	15
b) Distribuição e recolha do questionário.....	16
2.5.2.2. A entrevista .....	17
a) Elaboração e teste da entrevista .....	17
b) Realização das entrevistas .....	19
c) Gravação e transcrição das entrevistas.....	20
2.5.2.3. A observação e a análise de fontes documentais.....	21
2.5.3. A análise de dados e a apresentação de resultados .....	23
2.5.3.1. As tecnologias da informação e da comunicação .....	23
2.6. A ética no projecto de investigação.....	24
<b>3. Levantamento e revisão da literatura</b> .....	<b>26</b>
3.1. Introdução.....	26
3.2. Linhas orientadoras para bibliotecas de estabelecimentos prisionais.....	27
3.3. Missão e objectivos.....	29
3.4. Gestão e funcionamento .....	33
3.4.1. Os recursos financeiros.....	37



3.4.2. Os serviços .....	38
3.4.3. Os espaços e equipamentos .....	40
3.4.4. A utilização das tecnologias de informação e comunicação .....	43
3.4.5. Os recursos humanos .....	45
3.4.6. As colecções .....	49
3.4.6.1. O acesso à informação e às colecções .....	52
3.4.7. Os utilizadores .....	53
3.4.8. As actividades de dinamização e a relação com o ensino .....	54
3.4.9. A colaboração com as instituições exteriores .....	56
<b>4. Os estabelecimentos prisionais em Portugal e as suas bibliotecas.....</b>	<b>59</b>
4.1. Introdução.....	59
4.2. Breve apresentação de instrumentos normativos internacionais e de legislação nacional .....	60
4.3. A biblioteca no estabelecimento prisional.....	62
4.4. Gestão e organização da biblioteca no estabelecimento prisional.....	66
4.4.1. Os recursos financeiros.....	67
4.4.2. Os espaços e serviços para os reclusos .....	68
4.4.3. A utilização das tecnologias de informação e comunicação .....	74
4.4.4. Os recursos humanos .....	76
4.4.5. As colecções.....	83
4.4.6. A biblioteca e os utilizadores .....	89
4.4.7. Os projectos e as actividades de dinamização .....	93
4.4.8. A colaboração entre a biblioteca e as instituições externas.....	96
<b>5. Conclusões e recomendações .....</b>	<b>101</b>
5.1. Introdução.....	101
5.2. As bibliotecas dos estabelecimentos: que perspectivas? .....	102
5.3. Algumas recomendações.....	107
5.4. Propostas para futuras investigações .....	109
<b>Bibliografia.....</b>	<b>111</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>121</b>
Anexo 1 – Primeira carta enviada à DGSP .....	122
Anexo 2 – Autorização da DGSP para a realização do projecto .....	123
Anexo 3 – Carta enviada a todos os estabelecimentos prisionais.....	124
Anexo 4 – Questionário enviado a todos os estabelecimentos prisionais.....	125
Anexo 5 – Segunda carta enviada à DGSP .....	127
Anexo 6 – Autorização da DGSP para a segunda fase do projecto .....	128
Anexo 7 – Carta enviada aos estabelecimentos prisionais seleccionados .....	129
Anexo 8 – Guião da entrevista .....	130

## **Quadros**

Quadro 1 – Codificação das bibliotecas.....	20
Quadro 2 – Instalações da biblioteca nos EP.....	69
Quadro 3 – Utilização das TIC nos EP.....	74
Quadro 4 – Responsáveis pela biblioteca.....	77

# 1. Introdução

*“No contexto prisional as bibliotecas são consideradas um dos instrumentos educativos mais importantes. Elas apoiam e complementam todo o trabalho educativo, enquadradas no projecto de reabilitação dos reclusos”.*

(DGSP, 2003:22)

## 1.1. Antecedentes e enquadramento do tema

A investigação sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais tem sido um tema preterido na área da Biblioteconomia. A falta da pressão social sobre o direito à leitura e o direito no acesso à informação para os reclusos, a falta de intervenção por parte das associações profissionais e o isolamento com que trabalham os bibliotecários em meio prisional podem ser causas do escasso interesse pelo tema (Sulé Duesa, 2005).

Os estabelecimentos prisionais, outrora entendidos como um instrumento moralizador e preventivo e considerados actualmente como instrumentos de reinserção social dos indivíduos, vêem a biblioteca como uma das suas ferramentas essenciais, auxiliando e apoiando as actividades de reinserção e reeducação do recluso. Menosprezadas em muitos sistemas penitenciários, as bibliotecas necessitaram e necessitam de demonstrar as suas potencialidades e a sua contribuição vital não só no campo da ocupação de tempos livres dos reclusos mas também no campo da reinserção e ressocialização dos mesmos, potenciando um valioso investimento no futuro bem-estar e segurança da comunidade no exterior (Stearns, 2004).

Sullivan (2000) estabelece quatro períodos com objectivos distintos para as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais:

- ↳ Até 1820, em que a reeducação dos reclusos era feita através da leitura da Bíblia;
- ↳ De 1820 a 1870, em que a leitura tinha um papel transformador do pensamento e do carácter do recluso;
- ↳ De 1870 a 1960, em que a biblioteca é considerada um instrumento de alteração de comportamentos reflectindo teorias desenvolvidas na primeira metade do século XX;
- ↳ Após 1960, em que a biblioteca deixa de ser um instrumento de controlo de comportamentos, com colecções que têm em atenção a reeducação mas também a satisfação das necessidades dos reclusos, principalmente em termos de leitura de lazer.

Vários autores norte-americanos referem, durante as décadas de 1970 e 1980, uma visão muito negativa das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais nos EUA (Sulé Duesa, 2005), a qualidade dos serviços e colecções documentais, a falta de colaboração com as bibliotecas públicas, a falta de profissionais e a falta de adequação às necessidades dos reclusos, que se prolongam até finais do século XX, consequência de decisões judiciais que provocam uma aparente indefinição no papel que estes serviços podem desempenhar (Vogel, 1997).

Actualmente prevalece um modelo de funcionamento semelhante ao de biblioteca pública em detrimento do modelo reabilitativo preconizado por Coyle (Grimes, 2000; Stearns, 2004), em voga nos EUA até à década de 1960.

O estudo realizado por Grimes (2000) demonstra que o modelo de biblioteca pública (recreativo) fundamentado pelos interesses dos reclusos, permite uma maior versatilidade indo mesmo ao encontro das necessidades informativas e educativas dos reclusos. Também permite uma maior aproximação dos reclusos à biblioteca, a partir da qual eles podem descobrir recursos que contribuam para a sua reabilitação. O mesmo estudo demonstra que os dois paradigmas não são incompatíveis e que a maioria dos profissionais entrevistados não menospreza as potencialidades reabilitativas da biblioteca, procurando um equilíbrio entre ambos.

Através da aparente *normalidade* da biblioteca, num ambiente informal, de lazer, os reclusos são estimulados a utilizarem a biblioteca. Os hábitos de leitura são fomentados e as necessidades dos utilizadores satisfeitas, e a partir daqui procura-se construir uma relação entre a biblioteca e o recluso que se estenda para além da leitura de lazer, suportando, à semelhança de outros serviços, as medidas reabilitativas do estabelecimento prisional. A biblioteca não deve contribuir apenas para a “fruição do tempo, mas que contribua também, para a informação e formação do recluso, com vista à sua ressocialização e reinserção na sociedade” (Afonso, 2000:2). Sobre a evolução da biblioteca no estabelecimento prisional e o seu papel na reabilitação do recluso refira-se também os trabalhos de Stevens e Usherwood (1995) e Stearns (2004).

O âmbito deste projecto de investigação reporta-se às bibliotecas dos estabelecimentos prisionais centrais, regionais e especiais de Portugal que servem os reclusos. Apesar do seu valor no ambiente prisional, é visível que os critérios e políticas sociais e culturais que deveriam estar por trás da implementação destes serviços são ainda condicionados por razões administrativas, logísticas e, principalmente económicas.

“Les questions qui se posent pour l’existence de cette activité en prison renvoient de facto à tous les autres problèmes dont la résolution va conditionner la pérennité de l’action culturelle

en milieu carcéral : les ressources humaines, les volontés administratives et politiques, le partenariat, le financement “.

(Lieber e Chavigny, 2005:1)

O crescimento e conseqüente melhoramento destas bibliotecas passam não só pela vontade política de criação de instrumentos legislativos e normativos que o possibilitem mas também pelo interesse que as diferentes associações e instituições particulares e governamentais das mais diversas áreas possam ter por estes serviços. A implementação de projectos e protocolos entre diferentes instituições, a criação de grupos de trabalho relacionados com esta temática, o interesse que a mesma possa suscitar em profissionais de diversas áreas (biblioteconomia, sociologia, assistência social, psicologia, etc.) condicionam positivamente o desenvolvimento das bibliotecas de EP.

## **1.2. Justificação e objectivos do projecto de investigação**

A biblioteca de estabelecimento prisional apresenta-se na sociedade como um serviço que se transforma, através da sua missão, num instrumento social e educativo para os reclusos e para a sua reinserção na sociedade civil. A responsabilidade para o cumprimento dos seus objectivos recai, não somente nas instituições do Estado e nos responsáveis políticos mas também noutros responsáveis, designadamente as associações, instituições e profissionais da informação e documentação. A falta de meios materiais e humanos, o pouco interesse que estas bibliotecas suscitam na comunidade em geral, são realidades presentes em Portugal e em diversos países da Europa. Orçamentos insuficientes, fundos documentais escassos e de pouca qualidade, falta de profissionais, espaços físicos inadequados, etc., assumem-se como características que fazem parte das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais um pouco por todo o lado.

Considerando o panorama apresentado, a escolha deste projecto de investigação pareceu relevante como forma de fomentar a investigação neste campo e de construir novos conhecimentos, úteis para a divulgação e o alerta junto dos profissionais da informação e da documentação para a realidade destas bibliotecas no nosso país. A escassez de estudos ou artigos publicados em Portugal sobre este tema promove também de alguma forma este desconhecimento, que se procura diminuir com este projecto de investigação.

Este é um estudo exploratório, descritivo, em que se procura clarificar as práticas das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em Portugal, na actualidade. Procurou-se conceber um projecto realizável, em que os recursos tais como a disponibilidade dos sujeitos, o seu consentimento, o tempo requerido para realizar o estudo, os fundos

necessários, o equipamento e o espaço, a colaboração de outros investigadores, a experiência dos investigadores e as considerações éticas, fossem exequíveis (Fortin, 2003). Através da metodologia qualitativa, discutem-se as características destes serviços a partir das percepções dos entrevistados.

Tendo em atenção a conjuntura actual apresentada importa tentar perceber quais as condições em que existem determinadas bibliotecas de estabelecimentos prisionais e se estão efectivamente e, eficazmente a cumprir os objectivos para os quais foram criadas. A existência de técnicos especializados nesta área, de realização de processos e funções técnicas, de colecções diversificadas em qualidade, tipologia e quantidade, de serviços e actividades adequadas ao tipo de utilizador, instalações e equipamentos adaptados, utilização das TIC, acesso a outros recursos que não os impressos, designadamente recursos electrónicos, são questões às quais se procura responder no decurso deste projecto de investigação.

Assim, o objectivo principal deste projecto de investigação é apresentar, com base no estudo e análise da realidade actual das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em Portugal, perspectivas de novos caminhos para o desenvolvimento das mesmas que passam pelo melhoramento dos produtos, serviços e actividades que disponibilizam ao principal grupo de utilizadores representado, os reclusos. Pretende-se investigar, explorar as diferentes perspectivas e modos de funcionamento e não recomendar ou rejeitar uns e outros.

### **1.3. Estrutura do texto da dissertação**

O trabalho apresentado encontra-se estruturado em três partes distintas, cada uma com um pequeno texto introdutório, de enquadramento e esclarecimento ao leitor do que se vai tratar no capítulo, o texto de desenvolvimento do mesmo e, por último uma conclusão.

No **capítulo da metodologia** descreve-se a metodologia adoptada para este projecto de investigação. Para contextualização da escolha efectuada, refere-se o que se entende por investigação e através de que metodologias, quantitativa e qualitativa, se pode desenvolver essa investigação. Pelas características e natureza do projecto de investigação, a metodologia qualitativa foi a metodologia adoptada, escolha fundamentada ao longo do capítulo.

Descreve-se também o desenvolvimento de todo o projecto de investigação que culmina neste texto de dissertação. A fase inicial, de escolha do tema, definição de objectivos e pesquisa bibliográfica, a fase metodológica de recolha de dados em que foram utilizados, o questionário como técnica quantitativa de recolha de dados de carácter exploratório e

as técnicas da metodologia qualitativa para aprofundamento do projecto de investigação, a entrevista, a observação não participante e a análise de fontes e a fase final de análise e apresentação dos resultados. A análise dos dados foi realizada com recursos a duas aplicações informáticas para análise estatística dos dados do questionário e para análise qualitativa dos dados das entrevistas, respectivamente o Microsoft Excel e o Atlas TI.

O capítulo termina com algumas considerações éticas tidas em conta durante o projecto de investigação.

O **capítulo do levantamento e revisão da literatura** procura dar a conhecer a literatura disponível sobre as bibliotecas de estabelecimentos prisionais, abordando diferentes linhas de pensamento que dizem respeito à implementação e funcionamento destes serviços: orientações, objectivos, modelos de gestão e funcionamento, serviços, espaços e equipamentos disponíveis, recursos financeiros e humanos, colecções, utilizadores, actividades de dinamização e acordos de colaboração, documentando as ideias desenvolvidas durante a investigação e sustentando as questões levantadas. Para Fortin (2003) possibilita verificar o estado de conhecimentos, alargando o campo de conhecimentos do próprio investigador e apoiando a delimitação e definição do seu problema de investigação e dos conceitos em estudo.

A revisão da literatura permite a construção de um enquadramento teórico que possibilita a ordenação de conceitos no momento da formulação do problema de investigação e “guia a colheita de dados e fornece uma perspectiva para a interpretação dos resultados” (Fortin, 2003:93).

Procurando reunir informação sobre o tema nas suas diferentes perspectivas através das opiniões expressadas por diferentes autores e fazendo o balanço do que foi escrito no domínio das bibliotecas de estabelecimentos prisionais, pretende-se que o leitor fique a conhecer o contexto onde as bibliotecas dos EP em Portugal podem desenvolver-se.

No **capítulo de apresentação e análise dos resultados**, apresenta-se simultaneamente a descrição, análise e interpretação dos resultados recolhidos quer a partir do questionário quer a partir das entrevistas, naturalmente com uma maior incidência nestas, para cada questão levantada durante a investigação. Através das diferentes perspectivas dos entrevistados são abordadas as mesmas questões discutidas no capítulo do levantamento e da revisão da literatura. “Data interpretation and analysis involve making sense out of what people have said, looking for patterns, putting together what is said in one place with what is said in another place, and integrating what different people have said” (Patton, 1990:347). São incluídas algumas citações retiradas das entrevistas permitindo ao leitor uma maior proximidade e envolvimento com a situação estudada

através dos entrevistados representados neste projecto de investigação (Patton, 1990). Os resultados são acompanhados de citações e referências bibliográficas que permitem justificar ou contrapor argumentos apresentados, comparando com resultados obtidos em outros trabalhos de investigação (Bell, 2004).

O **capítulo das conclusões e recomendações** apresenta uma avaliação da investigação efectuada, tendo em conta a aprendizagem que esta proporcionou e tece algumas considerações sobre os resultados obtidos e factores que influenciam as perspectivas dos entrevistados. Finaliza com algumas recomendações e propostas de futuros projectos de investigação a desenvolver ou questões a explorar na área das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais.



## **2. Metodologia**

*Há que decidir quais os métodos que melhor servem determinados fins e, depois, conceber os instrumentos de recolha de informação mais apropriados para o fazer.*

(Bell, 2004:95)

### **2.1. Introdução**

A concretização de um projecto de investigação pressupõe a aplicação de metodologias previamente definidas que permitem a recolha de dados, que conduzem a resultados fiáveis para o estabelecimento de teorias e contribuem para um maior conhecimento da área de pesquisa escolhida. Assim, a leitura sobre investigação e aplicação de metodologias revelou-se de crucial importância para o desenvolvimento deste estudo, permitindo que se obtivesse uma sólida base de conhecimentos sobre concretização de projectos, metodologia qualitativa e quantitativa, vantagens e desvantagens da aplicação de uma ou outra.

Partindo da definição dada por Howard e Sharp citados por Bell (2004:14) em que os autores definem investigação como uma “busca com vista ao enriquecimento do conjunto de conhecimentos de cada um e, possivelmente, de outros indivíduos, recorrendo a processos metódicos que conduzam à descoberta de factos e ideias não triviais”, desenvolveu-se um projecto de investigação em que foram definidos objectivos, etapas e metodologias e em que se obtiveram resultados que tornaram possível a apresentação de conclusões e a construção de conhecimento que explica vários factos na área de investigação explorada.

Segundo vários autores (Hill e Hill, 2002; Gorman e Clayton, 1997), a concretização de projectos de investigação tem como objectivos, a criação e organização do conhecimento, a explicação, confirmação ou refutação de factos já conhecidos e a previsão de factos novos, em determinadas áreas.

No entanto, dependendo dos objectivos do trabalho, das abordagens e das informações que se pretendem recolher, existem diferentes métodos que poderão ser mais ou menos adequados. Qualquer projecto de investigação reportado às Ciências Sociais e Humanas, incluindo aqueles que se reportam à Biblioteconomia e Ciência da Informação, pode ser concretizado através de dois tipos de metodologia – a metodologia quantitativa e a metodologia qualitativa. A primeira, a mais regularmente utilizada pela constante necessidade de recolha de dados estatísticos em bibliotecas e outros serviços de documentação e informação, conduz actualmente a um certo grau de insatisfação entre os profissionais desta área. A utilização da abordagem qualitativa pode trazer, segundo

Gorman e Clayton (1997:31) "a more qualitative approach to information issues and problems has the benefit of presenting new answers to old problems, or at least different perspectives derived from potentially richer data".

## **2.2. Metodologias de investigação**

### **2.2.1. Abordagem quantitativa**

A abordagem quantitativa constitui um processo dedutivo pelo qual os dados numéricos fornecem conhecimentos objectivos no que diz respeito às hipóteses em estudo, permitindo delimitar o problema de investigação e suprimir os efeitos de variáveis estranhas.

Designa-se por processo dedutivo quando um projecto de investigação se inicia com um determinado problema ou teoria em que são formuladas certas hipóteses que depois são confirmadas ou negadas pelos dados quantificáveis recolhidos que fornecem informações sobre as questões abordadas pelo investigador. A utilização de dados numéricos, de instrumentos metodológicos quantitativos e de análise estatística permite "assegurar uma representação da realidade, de modo a que estes dados sejam generalizáveis a outras populações" (Fortin, 2003:322).

A investigação quantitativa está intrinsecamente relacionada com a recolha de informação a um conjunto alargado de participantes através de dados estatísticos ou numéricos em que os resultados podem ser medidos e contabilizados possibilitando a comparação de dados e o agrupamento estatístico dos mesmos (Patton, 1990). O que importa aprofundar com este método são os resultados e não todo o processo, ao contrário da metodologia qualitativa.

### **2.2.2. Abordagem qualitativa**

A abordagem qualitativa, cujo objectivo principal é descrever ou interpretar mais do que avaliar (Fortin, 2003), pode assim ser definida como:

"...a process of enquiry that draws data from the context in which events occur, in an attempt to describe these occurrences, as a means of determining the process in which events are embedded and the perspectives of those participating in the events, using induction to derive possible explanations based on observed phenomena".

(Gorman e Clayton, 1997:23)

Valoriza-se o testemunho dos participantes em determinadas situações, acontecimentos ou outras ocorrências que se procuram estudar. O investigador deve também tornar-se parte do mundo que procura estudar, pois o principal objectivo é entender o assunto ou o

sujeito que está ser estudado através da sua própria perspectiva (Gorman e Clayton, 1997).

Para a investigação qualitativa recorre-se ao próprio meio a estudar como base para a observação a partir da qual os dados são recolhidos. O investigador insere-se no contexto ou situação que procura estudar, embora sem interferir no mesmo, não se encontrando distante do seu objecto de estudo. Esta participação permite não só a recolha directa de informação com os participantes mas também a recolha através da observação do próprio objecto de estudo como sustentam Gorman e Clayton (1997:24) “knowing the time and place in which events occurred and words were exchanged can help inform the content of what was said, adding a richness and depth not otherwise available”.

A metodologia qualitativa privilegia uma descrição narrativa a partir dos próprios participantes no estudo, as suas expectativas, as suas interpretações, às quais o investigador acrescenta as suas próprias informações sobre comportamentos, espaços ou outros aspectos importantes sobre o contexto ou assunto em estudo. É um estudo participado em que o investigador interage com o objecto de estudo sem, no entanto, o modificar, respeitando fielmente as informações recolhidas.

Outra diferença a referenciar, tendo em atenção as duas metodologias que se estão a abordar, é o facto de que a metodologia qualitativa possibilita a análise dos dados recolhidos através do processo indutivo.

Os grupos de participantes em estudos qualitativos são de pequena dimensão e a sua representatividade não é analisada do ponto de vista da representação e da análise estatística da população que se quer estudar. Quando se fala em representatividade na metodologia qualitativa fala-se de indivíduos ou grupos que consigam transmitir de forma válida as suas experiências e descrições das situações que o investigador se propôs estudar. “A amostra não é representativa, no sentido estatístico, mas sobretudo representativa de cada uma das experiências, das formas de interacção ou das situações em estudo” (Fortin, 2003:152). A qualidade da amostra é também apontada por Patton (1990) como essencial à fidelidade dos resultados e à validação dos métodos. Estes são influenciados pela qualidade da amostra seleccionada para o estudo e fundamentados pela aplicação da triangulação, combinando várias fontes de dados e métodos de análise.

A metodologia qualitativa utiliza diferentes técnicas de recolha de dados – a observação, a entrevista e a análise documental. Principalmente, através da entrevista e da observação, “o investigador selecciona pessoas e situações características de

experiências ou situações típicas, de maneira tal que as amostras representem o universo que se quer descrever” (Fortin, 2003:152).

### **2.3. A teoria fundamentada**

A metodologia qualitativa não parte de uma teoria existente ou dos conhecimentos que o investigador tem sobre determinado tema para explicar aquilo que quer observar. O investigador deve iniciar o seu processo de investigação sem ideias preconcebidas criadas a partir da literatura existente ou de projectos semelhantes realizados. A metodologia qualitativa parte da recolha de dados, evidências e testemunhos, principalmente através da observação, que explicam determinados acontecimentos, que depois são utilizados e dão origem a uma determinada teoria referida por Gorman e Clayton (1997) por “grounded theory” ou por Fortin (2003) como “teoria fundamentada”, sendo assim um processo inverso ao processo aplicado numa investigação de abordagem quantitativa, tal como referem Gorman e Clayton (1997:26) “the researcher begins by collecting, observing and studying as widely as possible, and uses this broadly based approach to data acquisition and interpretation to help understand emerging concerns and offer specific analyses of those concerns”.

Segundo Pandit (1996), os três elementos básicos da teoria fundamentada são “concepts, categories and propositions”, sendo a sua criação e desenvolvimento processos interactivos.

“Concepts are the basic units of analysis since it is from conceptualisation of data, not the actual data per se, that theory is developed...Categories are higher in level and more abstract than the concepts they represent...They provide the means by which the theory can be integrated...The third element of grounded theory are propositions which indicate generalised relationships between a category and its concepts and between discrete categories”.

(Pandit, 1996)

A teoria fundamentada não é criada à priori mas desenvolvida no decurso do processo de recolha de dados até à análise dos mesmos, durante o desenvolvimento sequencial ou não, das seguintes etapas: conceptualização do projecto de investigação (onde se inclui a revisão da literatura e a selecção dos objectos de estudo), recolha de dados (onde se inclui a definição da metodologia aplicada e o trabalho de campo realizado), organização dos dados, análise dos dados e comparação com a literatura.

### **2.4. Triangulação**

A triangulação permite uma maior fiabilidade e validação do projecto de investigação. São identificados quatro tipos básicos de triangulação. A triangulação de fontes, de métodos,

de investigadores, quando existe a participação de mais do que um investigador, e de teorias, quando existe a aplicação de diversas interpretações teóricas (Patton, 1990). As mais utilizadas são as duas primeiras – as fontes e os métodos. Na primeira quando se recolhem dados, por exemplo, em diferentes relatos ou em diferentes fontes para estudar um mesmo tema, e, na segunda, quando se cruzam diferentes métodos no mesmo estudo, por exemplo, o método quantitativo e o método qualitativo (Marconi e Lakatos, 2004).

Esta combinação permite uma maior fiabilidade nos dados recolhidos e a posterior validação da análise e estudo realizado. A combinação de dois métodos, o qualitativo e o quantitativo, permite aproveitar os pontos fortes de cada um deles, compensando as desvantagens da utilização de um só método, “thus providing both macro and micro-level perspectives in a single project” (Gorman e Clayton, 1997:32).

“For many other researchers, often those working in applied and evaluation settings, the ability to link qualitative analysis with quantitative and statistical results and to support their qualitative analytical ideas with numeric evidence is important”.

(Gibbs; Friese; Mangabeira, 2002)

Já foi referido que, por triangulação se entende também a utilização de duas ou mais técnicas qualitativas ou quantitativas, para confirmação e validação dos dados recolhidos. Como exemplo, menciona-se a utilização conjunta das técnicas qualitativas de recolha de dados, observação, as entrevistas e a análise documental:

“By using a combination of observations, interviewing and document analysis, the fieldworker is able to use different data sources to validate and cross-check findings. Each type and source of data has strengths and weaknesses. Using a combination of data types increases validity as the strengths of one approach can compensate for the weaknesses of another approach.”

(Patton, 1990:244)

A utilização da triangulação não deve descurar o respeito pelas regras de aplicação de cada um dos métodos ou de cada uma das técnicas de cada método. Os dados recolhidos através de cada uma das técnicas adoptadas (entrevista, observação e análise de fontes) não são mais ou menos importantes que outros, são complementares e juntos podem disponibilizar ao investigador uma perspectiva mais esclarecedora e fiável do objecto de estudo e, simultaneamente, a veracidade dos resultados apresentados.

## **2.5. O projecto de investigação**

Qualquer que seja o projecto de investigação a desenvolver e a metodologia aplicada, este tem que necessariamente passar por diferentes etapas de desenvolvimento, imprescindíveis à sua concretização. Independentemente da dimensão ou âmbito

temático do projecto, o mesmo deverá contemplar certas questões que deverão ser ultrapassadas pelo investigador, mencionadas por Bell (2004:11):

“...será preciso seleccionar um tópico, identificar os objectivos do trabalho, planear e delinear a metodologia adequada, escolher os instrumentos de pesquisa, negociar o acesso a instituições, materiais e indivíduos; será também necessário recolher, analisar, apresentar a informação e, finalmente, produzir um relatório ou dissertação bem redigidos”.

Numa fase introdutória, de conceptualização deste projecto de investigação, foi necessário seleccionar o domínio sobre o qual recaiu todo o processo de investigação. Para a delimitação do assunto procurou-se, em primeiro lugar, ler alguma literatura de âmbito geral sobre o tema após o que foi definida uma área mais específica de interesse para a investigação.

Assim, seleccionou-se o tema, delimitou-se o assunto no âmbito do projecto de investigação e definiram-se os objectivos do mesmo, que neste caso permitirá contribuir para o enriquecimento e organização do conhecimento na área seleccionada para a investigação, as bibliotecas de estabelecimentos prisionais, em Portugal. Foi elaborada também a proposta de investigação onde foram incluídos, entre outros pontos, o tema, os objectivos, a metodologia e a calendarização da investigação.

A selecção do tema teve em atenção três aspectos. O primeiro é que o tema deve cumprir as regras do mestrado, ou seja, o projecto de investigação deve corresponder ao nível de exigência requerido. O segundo aspecto está relacionado com a dimensão do projecto. A dimensão deve ser realista principalmente no que diz respeito ao tempo para a sua concretização tendo em atenção o acesso à literatura, o acesso aos dados e o conhecimento sobre o tema. Um último aspecto está relacionado com o interesse que o investigador tem sobre o tema (Hill e Hill, 2002).

Durante o desenvolvimento do projecto de investigação foram preparadas pequenas notas sobre algumas fases de desenvolvimento do mesmo, necessidades e contratempos e foram mantidos contactos regulares e reuniões de preparação do projecto com o orientador.

### **2.5.1. A revisão da literatura**

Na primeira fase de trabalho, que decorreu simultaneamente com a preparação da proposta de investigação, realizou-se uma primeira pesquisa bibliográfica sobre o tema a investigar. A pesquisa efectuada contemplou a consulta, leitura e registo de bibliografia nacional e estrangeira (artigos e monografias) sobre o objecto deste estudo – as bibliotecas de estabelecimentos prisionais, permitindo encontrar “teorias e artigos sobre investigações empíricas apresentadas (os) por diversos autores” (Hill e Hill, 2002:21). A pesquisa de bibliografia teve como objectivo principal estudar os antecedentes e a

contextualização do tema no âmbito do projecto de investigação e serviu de base para o levantamento e revisão crítica da literatura e também para a elaboração do enquadramento teórico, incluído neste texto, possibilitando "...uma imagem, embora limitada num projecto de curta duração, do estado do conhecimento e das principais questões na área em estudo" (Bell, 2004: 86).

Para além das consultas realizadas e devido à inexistência de muitos documentos pertinentes nas bibliotecas em Portugal, considerou-se importante adquirir alguma bibliografia, o que se revelou bastante dispendioso. Não se consegue pesquisar ou consultar toda a literatura sobre o objecto de estudo mas, dado o tempo que se despendeu na pesquisa bibliográfica e os custos elevados da aquisição de literatura inexistente no nosso país, tentou-se abranger a literatura mais actualizada sobre o mesmo procurando simultaneamente respeitar a calendarização. "...a tentação de ler só mais um livro é sempre forte. Numa determinada fase tem de tomar a decisão de não ler mais, por inadequada que tenha sido a pesquisa do tema" (Bell, 2004:43).

### **2.5.2. A recolha de dados**

Após a revisão da literatura passou-se à de recolha de dados, ao trabalho de campo. Para a selecção dos métodos de recolha de dados teve-se em atenção os objectivos da investigação e o nível do problema de investigação e estudaram-se os diferentes métodos, as suas vantagens e desvantagens (Fortin, 2003).

A entrevista, com características qualitativas, e o questionário, com características quantitativas, são as técnicas mais utilizadas – permitem recolher informações junto dos participantes, relativas aos factos, às ideias, aos comportamentos, às preferências, às expectativas e às atitudes. Apoiam-se nos testemunhos das pessoas, não tendo geralmente o investigador acesso senão ao material que o participante no projecto consente em fornecer-lhe.

A escolha de cada técnica depende do objectivo do estudo, do nível de conhecimentos do assunto em estudo e das variáveis. Outros factores a ter em conta são o custo e o tempo e, também, o à vontade das pessoas em falar directamente ou em organizar os seus pensamentos e transmiti-los por escrito (Fortin, 2003).

A recolha de dados foi realizada de acordo com um plano previamente estabelecido, em que foi necessário proceder, em etapas preliminares, a pedidos de autorizações para o desenvolvimento deste projecto de investigação e para o envio do questionário e realização das entrevistas.

Foi necessário o estabelecimento prévio de contactos formais (por escrito) com a DGSP para obtenção de autorização para a realização do projecto de investigação. Enviou-se um primeiro pedido (Anexo 1) dirigido à DGSP, no qual se explicava o âmbito do projecto e se solicitava a autorização para o envio do questionário, subscrito pelo estabelecimento de ensino, onde o projecto era desenvolvido, a Universidade de Évora e, para o qual se obteve autorização (Anexo 2). A este pedido anexou-se uma cópia do projecto de investigação e uma cópia do modelo de questionário (Anexo 4) a enviar a todos os estabelecimentos prisionais.

Mais tarde, um segundo pedido foi enviado à mesma instituição (Anexo 5), solicitando a autorização para a realização e gravação das entrevistas nos 6 estabelecimentos prisionais seleccionados e num outro estabelecimento para a realização da entrevista-piloto, ao qual também se anexou o guião da entrevista (Anexo 8) a realizar. Este pedido foi igualmente aceite pela DGSP (Anexo 6), que no entanto salientou que, apesar da autorização, as visitas e as entrevistas só eram possíveis se os directores dos estabelecimentos assim o autorizassem.

Aproveita-se para sublinhar que o tempo despendido nos pedidos de autorizações à DGSP e aos estabelecimentos prisionais tanto para o preenchimento do questionário como para a realização das entrevistas foi elevado, condicionando o tempo que se tinha para o desenvolvimento do processo de investigação. O acesso aos estabelecimentos não é difícil mas é regido por procedimentos formais que devem ser cumpridos.

### **2.5.2.1. O questionário**

Elaborou-se um questionário com carácter exploratório que permitiu recolher dados estatísticos sobre as bibliotecas. O objectivo não era obter um conhecimento aprofundado mas, recolher elementos que guiassem à próxima etapa de recolha de dados: a entrevista.

A utilização do questionário tem algumas vantagens. Pode ser utilizado simultaneamente junto de um grande número de sujeitos repartidos por uma vasta região. Tem uma natureza impessoal, uma apresentação uniformizada e uma ordem idêntica das questões para todos, assegurando a fidelidade e as comparações dos dados. O anonimato das respostas pode aumentar a segurança dos respondentes, que exprimem mais livremente as suas opiniões.

Por outro lado, apresenta algumas desvantagens. Muitas vezes podem existir fracas taxas de resposta, uma taxa elevada de dados em falta e algumas respostas podem ter



sido dadas ao acaso, não existindo um controlo das condições em que foram preenchidos (Fortin, 2003).

#### *a) Elaboração e teste do questionário*

Foi importante ter em atenção vários aspectos no que diz respeito a esta técnica de recolha de dados: definição da informação que se quer obter previamente estabelecida a partir dos objectivos do projecto e da pesquisa já realizada, a elaboração das perguntas do questionário, a apresentação do questionário, a distribuição e envio e, finalmente, a recolha do mesmo.

Para a construção de um guião de questionário e, até mesmo de uma entrevista, foram colocadas, algumas questões: Que informação é requerida para atingir o objectivo do estudo? Que questões vão permitir obter a informação desejada? Como deverão ser colocadas as questões? As questões devem ser compreendidas pelos sujeitos e estes devem ser capazes de as responder (Fortin, 2003).

Assim, e previamente à construção do questionário, foi elaborado um plano contemplando todas as variáveis da investigação, o número de perguntas para cada variável e propostas iniciais para cada pergunta e, finalmente, o tipo de respostas desejáveis. As respostas podem ser qualitativas e fornecidas pelo respondente, qualitativas e respondidas a partir de um conjunto de respostas alternativas fornecidas pelo autor do questionário, quantitativas e fornecidas em número pelo respondente e, por último, quantitativas e respondidas a partir de um conjunto de respostas alternativas fornecidas pelo autor do questionário (Hill e Hill, 2002).

Por outro lado, teve-se também em atenção a elaboração das perguntas, no que diz respeito à sua tipologia, abertas ou fechadas, e a outras características que devem ser evitadas na construção de um questionário – a ambiguidade, duplas perguntas, perguntas negativas, etc.

A utilização de perguntas abertas tem como principal vantagem a recolha de mais informação e, muitas vezes, detalhada. No entanto, esta vantagem torna-se em desvantagem quando se fala no tempo que se despende na interpretação, análise e codificação das respostas. Por outro lado, a utilização de perguntas fechadas permite mais facilmente a aplicação de análises estatísticas com resultados mais rápidos que, no entanto, fornecem respostas pouco “ricas” em informação (Hill e Hill, 2002).

O questionário foi elaborado e testado. Não da forma que seria a mais correcta, ou seja, junto de elementos com características semelhantes aos participantes no estudo mas foi discutido previamente com o orientador do projecto de investigação e com outros

profissionais da área da Ciência da Informação. Este teste permitiu verificar os seguintes elementos – se os termos utilizados eram facilmente compreensíveis e desprovidos de equívocos, se a formulação das questões permitia recolher as informações pretendidas, se o questionário não era muito longo e não provocava desinteresse ou irritação e, por último, se as questões não apresentavam ambiguidade (Fortin, 2003).

#### *b) Distribuição e recolha do questionário*

O questionário foi distribuído ao universo alvo do objecto de estudo e a partir do qual se obteve informação preliminar, exploratória, necessária a este estudo. Para o envio deste questionário teve-se em atenção que existem 4 tipos de estabelecimentos prisionais – centrais, regionais, especiais e junto à Polícia Judiciária –, distribuídos por 4 distritos judiciais existentes no país (Porto, Coimbra, Lisboa e Évora). Sendo que o total de estabelecimentos existentes era de 55 no momento da realização do estudo (excluindo a Cadeia de Apoio da Horta), o questionário foi enviado a todos os estabelecimentos, com excepção do estabelecimento prisional junto da Polícia Judiciária de Coimbra, o estabelecimento prisional central de Brancanes, em Setúbal, e o estabelecimento prisional especial de S. José do Campo em Viseu. O primeiro por se encontrar integrado no estabelecimento prisional regional de Coimbra e, os 2 últimos estabelecimentos, por não se encontrarem em funcionamento na altura do envio do questionário.

O questionário, que continha uma breve introdução sobre a investigação, foi enviado juntamente com uma carta de apresentação (Anexo 3) na qual se explicava o projecto, os seus objectivos e afirmavam-se os propósitos de confidencialidade, anonimato e de fins académicos e, um envelope selado para devolução do questionário preenchido. Estes documentos eram acompanhados de uma cópia da carta da DGSP que autorizava a realização do projecto de investigação.

O questionário foi enviado com um prazo de um mês para resposta. No decurso do mês seguinte continuou-se a receber respostas incluídas também no estudo. Obteve-se uma elevada taxa de resposta – 87%. Dos 52 questionários enviados, foram devolvidos por correio 45 questionários preenchidos, 27 de estabelecimentos prisionais regionais e junto à Polícia Judiciária, 16 de estabelecimentos prisionais centrais e 2 de estabelecimentos prisionais especiais.

Também foram recebidos alguns telefonemas para esclarecimento de dúvidas em relação a algumas questões. No período de envio e recepção de questionários recebeu-se também o convite, que foi aceite, para visitar a biblioteca de um estabelecimento prisional.

### **2.5.2.2. A entrevista**

A entrevista permite ao investigador entrar na mente do entrevistado, conhecer as suas ideias, conceitos e perspectivas, testemunhos, experiências e sensações, recolhendo informação que de outra forma se tornava inacessível ao investigador, informação que não pode ser recolhida através da observação ou através da análise de documentos.

“The purpose of open-ended interviewing is not to put things in someone’s mind (for example, the interviewer’s preconceived categories for organizing the world) but to access the perspective of the person being interviewed. We interview people to find out from those things we cannot directly observe”.

(Patton, 1990:278)

Pode utilizar-se a entrevista como instrumento exploratório para examinar conceitos, relações entre as variáveis a estudar e conceber hipóteses, como principal instrumento de medida de uma investigação ou utilizá-la como instrumento complementar a outros métodos validando os resultados obtidos por esses métodos ou procurando explorá-los mais em profundidade. “...podemos obter material precioso a partir de uma entrevista e muitas vezes consolidar as respostas obtidas nos inquéritos” (Bell, 2004:137).

As principais vantagens da entrevista são apontadas por Gorman e Clayton (1997:124):

“The first advantage of interviewing is that it allows you to receive an immediate response to a question...In addition interviewing allows both parties to explore the meaning of questions posed and answers proffered, and resolve any ambiguities...The third advantage is that interviewing can enable researcher to explore causation...interviewing gives a friendlier and more personal emphasis to the data collection...Fifth, interviews facilitate the collection of a large quantity of rich data in relatively short space of time, as most of us can talk more quickly than we can write”.

A realização de entrevistas apresenta também algumas desvantagens. Os mesmos autores referem o custo, principalmente do tempo despendido na realização da entrevista e na sua transcrição, a dificuldade em analisar e interpretar grandes quantidades de dados, a perda do anonimato e, por último, a influência que pode ter a abordagem e a personalidade do entrevistador (Gorman e Clayton, 1997).

#### **a) *Elaboração e teste da entrevista***

A literatura apresenta três tipos de entrevistas – a conversa informal, a entrevista semi-estruturada e a entrevista estruturada. No âmbito desta investigação, foi utilizada uma entrevista estruturada que, pelas suas características, se tornava a mais adequada para a investigação, especialmente pelo tempo disponível para a realização e análise das mesmas. Neste tipo de entrevista, o entrevistador estrutura um guião com um conjunto de perguntas cuidadosamente elaboradas e ordenadas sobre os assuntos que pretende abordar na entrevista conduzindo cada entrevistado a responder exactamente às mesmas perguntas, pela mesma ordem. Para um entrevistador inexperiente, este tipo de entrevista é útil pois não permite desvios às perguntas apresentadas que facilmente

poderiam conduzir a um descontrolo da entrevista, minimizando as variações nas respostas e facilitando o trabalho do investigador tanto na condução da entrevista como, posteriormente na análise dos dados, possibilitando uma maior rapidez na organização de perguntas e respostas e na localização das diferentes respostas a uma mesma pergunta e simultaneamente o agrupamento de respostas e a análise de diferentes perspectivas sobre temas e questões específicas, obtendo uma maior fidelidade nos resultados.

Uma das desvantagens mais importantes da entrevista estruturada é apontada por Patton (1990:286): "...it does not permit the interviewer to pursue topics or issues that were not anticipated when the interview was written".

À semelhança do questionário, existiu um grande cuidado na preparação do guião da entrevista, formulando perguntas claras, neutras, concisas e adequadas à linguagem dos entrevistados. Foram elaboradas perguntas abertas em que o entrevistado não estava submetido à escolha de respostas predeterminadas pelo entrevistador, à excepção da questão reportada à caracterização das colecções da biblioteca do estabelecimento prisional. São propostas sugestões pelo entrevistador mas este não fornece qualquer tipo de resposta.

A entrevista apresenta uma parte inicial em que são apresentados os objectivos do projecto, reforçada a confidencialidade das respostas e o pedido para gravação das entrevistas para que não se perca nenhuma informação. As questões são estruturadas em 9 pontos: a biblioteca na prisão, a biblioteca e o estabelecimento prisional, o espaço da biblioteca, os recursos humanos, os recursos materiais, as colecções, a utilização da biblioteca e actividades de dinamização, a relação com o exterior e fraquezas da biblioteca. Uma parte final de comentário e análise da entrevista, em que é solicitado ao entrevistado se "existe mais alguma informação que pense ser importante acrescentar à entrevista. Tem algum comentário a fazer à entrevista?".

A entrevista termina com o agradecimento do entrevistador pela disponibilidade apresentada.

Após a elaboração do guião foram realizadas entrevistas-piloto num estabelecimento prisional central, ao director e ao técnico responsável pela biblioteca. Nestas entrevistas foram detectadas dificuldades na concretização de futuras entrevistas aos directores. Estas entrevistas permitiram também verificar os problemas existentes na formulação das perguntas, na sua sequência e nas respostas que eram dadas.

## *b) Realização das entrevistas*

Foi enviada uma carta de apresentação (ver Anexo 7) explicando esta segunda fase do projecto na qual eram esclarecidos os propósitos das entrevistas a realizar ao director do estabelecimento prisional e ao técnico de reeducação responsável pela biblioteca, a sua duração (entre 40 minutos e 1 hora) e na qual era solicitada também a sua gravação. À semelhança da carta de envio do questionário descreveu-se nesta carta a natureza e âmbito do projecto, reforçando através de uma declaração formal, a confidencialidade das respostas e a natureza anónima das entrevistas.

Apesar de nenhum dos pedidos ter sido negado, não foi possível a realização de entrevistas a todos os directores, pela falta de disponibilidade de horário. Foram realizadas entrevistas estruturadas a apenas dois directores e uma conversa informal com um director. Foram realizadas entrevistas estruturadas a todos os técnicos de reeducação responsáveis pelas bibliotecas dos estabelecimentos prisionais e a outros técnicos.

Tendo em atenção os questionários recebidos definiram-se alguns critérios para a selecção dos estabelecimentos prisionais em que as entrevistas foram realizadas, procurando manter a representatividade da amostra:

- ↳ Dispersão geográfica (de forma a abranger estabelecimentos prisionais de todo o país tendo em atenção a organização por distritos judiciais);
- ↳ Tipologia de estabelecimentos (de forma a abranger estabelecimentos prisionais dos diferentes tipos: centrais, regionais e especiais);
- ↳ Classificação de estabelecimentos (no que diz respeito ao tipo de reclusos: femininos, masculinos ou mistos);
- ↳ Criação dos estabelecimentos (tendo em atenção a data de criação dos mesmos, tentando abranger os mais recentes e os mais antigos).

De acordo com estes critérios, foram seleccionados um estabelecimento prisional especial, 2 estabelecimentos prisionais centrais e 3 estabelecimentos prisionais regionais, um dos quais é um estabelecimento instalado junto da Polícia Judiciária.

Para identificação das entrevistas foram preparados códigos de identificação para cada biblioteca.

## Quadro 1 – Codificação das bibliotecas

Código de identificação	Descrição da biblioteca
EP-B1	EP central masculino (2 entrevistas a técnicos superiores de reeducação)
EP-B2	EP central feminino (uma entrevista conjunta com o director e o técnico superior de reeducação)
EP-B3	EP especial feminino (uma entrevista conjunta com o adjunto do director e o técnico superior de reeducação)
EP-B4	EP regional masculino (2 entrevistas ao director e ao técnico superior de reeducação)
EP-B5	EP regional masculino e feminino (uma entrevista conjunta a um técnico superior de reeducação e a um professor)
EP-B6	EP regional masculino (uma entrevista ao técnico superior de reeducação)

Cada entrevista foi iniciada com uma introdução de esclarecimento do projecto, da entrevista e do guião e da importância das respostas que seriam dadas para o objecto de estudo. Informou-se que o entrevistado poderia interromper a gravação em qualquer momento da entrevista. Se não desejasse responder a uma ou outra pergunta era livre de o fazer. Procurou-se colocar o entrevistado à vontade. Ao longo da entrevista interagiu-se com o entrevistado, incentivando-o em continuar a dar respostas claras e importantes. Quando o entrevistado não compreendia uma pergunta tentou-se sempre esclarecer para que fosse obtida uma resposta fiável. Procurou-se também manter o controlo das entrevistas, do tempo decorrido, ouvindo as respostas verificando se as mesmas correspondiam às perguntas colocadas. Quando o entrevistado respondia sobre assuntos que não haviam sido colocados ou se avançava para assuntos que não eram abordados na entrevista era cuidadosamente reconduzindo para as questões pertinentes.

### *c) Gravação e transcrição das entrevistas*

No momento da entrevista os entrevistados foram todos esclarecidos sobre a utilização do gravador, não deixando de mencionar que a gravação permitiria que todas as respostas fossem transcritas exactamente da mesma forma que tinham sido transmitidas sem interferência do entrevistador no momento da análise das entrevistas. “As gravações podem ser úteis para verificar as palavras de uma afirmação que pretenda citar e para verificar a exactidão das suas notas” (Bell, 2004:143).

A utilização do gravador para as entrevistas permite, principalmente para o entrevistador inexperiente, uma maior atenção ao entrevistado, diminuindo a necessidade de tomar

notas, como referem Gorman e Clayton (1997:135) "...tape recording removes a source of potential distraction, and frees the interviewer to guide the interview, check that answers are complete and consistent, and plan future questions".

No entanto, é sempre útil que o entrevistador tome notas de alguns dados que poderão complementar a transcrição das entrevistas, por exemplo, as reacções dos entrevistados às perguntas colocadas ou as afirmações mais importantes que são proferidas, facilitando a sua localização nas transcrições.

Todas as entrevistas foram transcritas na totalidade para que os dados e afirmações mais importantes estivessem disponíveis de uma forma rápida para a análise dos dados.

Num projecto de investigação com uma abordagem metodológica qualitativa e cuja principal técnica de recolha de dados foi a entrevista, as afirmações proferidas pelos entrevistados são os principais dados utilizados pelo investigador, tal como defende Patton (1990:349), "because the raw data of interviews are quotations, the most desirable data obtain would be full transcription of interviews... Transcriptions can be enormously useful in data analysis and later in replications or independent analyses of the data".

As afirmações referenciadas no texto da dissertação através de citações, são importantes para a apresentação dos resultados. Não obstante, essas citações só serão possíveis se houver o cuidado e o tempo necessário para a difícil tarefa de transcrição das entrevistas.

Para cada transcrição despendeu-se, em média, quatro horas para cada hora de entrevista.

### **2.5.2.3. A observação e a análise de fontes documentais**

Na recolha de dados, para complemento das entrevistas foram utilizadas outras técnicas qualitativas, a observação e análise de fontes.

A utilização da observação teve como principal objectivo conhecer os espaços de cada biblioteca possibilitando uma futura apresentação dos mesmos no texto da dissertação, complementando algumas questões abordadas nas entrevistas. Assim, optou-se por realizar uma observação em que o objectivo era apenas descrever os espaços no âmbito do objecto de estudo, não participando nem interagindo com o mesmo.

"The purpose of observational data is to describe the setting that was observed, the activities that took place in that setting, the people who participated in those activities, and the meanings of what was observed from the perspective of those observed. The basic criterion to apply in judging a recorded observation is whether that observation permits the reader to enter into and understand the situation described".

(Patton, 1990:202)

Com o pedido de entrevista, solicitou-se também um pedido de visita às instalações de cada biblioteca. Estas visitas aos espaços eram complementadas com conversas informais com os reclusos que trabalhavam em algumas das bibliotecas.

Deve acrescentar-se neste momento, a rigidez de condições de acessibilidade a estes espaços, consequência natural das regras de segurança impostas nestes estabelecimentos. Embora a permissão para a visita fosse total era sempre condicionada. No interior do estabelecimento prisional, nos espaços destinados aos reclusos, o acesso era controlado por guardas prisionais, o material das entrevistas (gravadores, blocos de notas, esferográficas) era revisto e limitado à entrada, em alguns estabelecimentos. As conversas informais com os reclusos não foram gravadas. Após a saída do estabelecimento, eram tomadas notas sobre estas conversas, sobre as visitas e, principalmente, sobre os espaços procurando fielmente registar os dados necessários para o momento da análise tal como refere Patton (1990:352) “the period after an interview or observation is critical to the rigor and validity of qualitative inquiry. This is a time for guaranteeing the quality of data”.

Paralelamente, era feito um balanço da entrevista – onde ocorreu, quem esteve presente, observações acerca do entrevistado, reacções à entrevista e outras informações para estabelecer o contexto. “This is the beginning of analysis, because while the situation and data are fresh, insights can occur that might otherwise have been lost” (Patton, 1990:353).

A análise de fontes documentais, principalmente de fontes primárias definidas por Bell (2004:105) como aquelas produzidas “com um fim prático contemporâneo da realidade a que se referem”, foi também uma técnica de recolha de dados utilizada. Através desta técnica podem recolher-se “...experts, quotations or entire passages from organizational, clinical or program records, memoranda and correspondence, official publications and reports, personal diaries and open-ended written responses to questionnaires and surveys” (Patton, 1990:10).

Faz-se referência essencialmente à análise de relatórios dos serviços que tutelam os estabelecimentos prisionais, especificamente a DGSP bem como sinopses de relatórios dos próprios estabelecimentos prisionais. Houve oportunidade também de analisar relatórios preparados pela Provedoria da Justiça sobre o sistema prisional, em Portugal. Estes documentos estão disponíveis para consulta na biblioteca da DGSP ou através dos sítios *Web* destas instituições.



### **2.5.3. A análise de dados e a apresentação de resultados**

Os dados para a investigação recolhidos, foram analisados e tratados. Para os dados recolhidos no questionário foram utilizados instrumentos de análise quantitativa de natureza estatística, especificamente o software Microsoft Excel. Para os dados recolhidos nas entrevistas foram utilizados instrumentos de análise de dados qualitativos, designadamente o software Atlas TI.

Após o tratamento de dados preparou-se a apresentação de resultados e a redacção do relato da investigação. Esta fase de redacção não foi necessariamente iniciada apenas quando terminaram as fases que lhe precederam, mas foi desenvolvida ao longo de todo o percurso do projecto de investigação.

A apresentação e interpretação dos resultados deste projecto de investigação tem por base a análise dos dados recolhidos através das técnicas anteriormente apresentadas (o questionário direccionado a todos os estabelecimentos prisionais, a entrevista e observação focalizada em 6 estabelecimentos prisionais e a análise de fontes), tendo como referência a literatura existente sobre o tema e o conhecimento empírico adquirido sobre o mesmo durante o trabalho de campo. É a partir da apresentação dos resultados que se pode confrontar teorias, verificar e discutir hipóteses conduzindo à concretização dos objectivos deste projecto de investigação e à apresentação de conclusões e recomendações.

“Interpretation, by definition, involves going beyond the descriptive data. Interpretation means attaching significance to what was found, offering explanations, drawing conclusions, extrapolating lessons, making inferences, building linkages, attaching meanings, imposing order, and dealing with rival explanations, disconfirming cases, and data irregularities as part of testing the viability of an interpretation.”

(Patton, 1990:423)

#### **2.5.3.1. As tecnologias da informação e da comunicação**

A utilização das tecnologias tornou-se actualmente mais acessível e comum tanto aos investigadores como aos grupos e indivíduos que são objecto de investigação, que já não se sentem tão inibidos pelo uso de gravadores ou câmaras de vídeos.

As TIC possibilitaram novas perspectivas na investigação qualitativa, com grande impacto ao nível da análise de dados para a qual foram surgindo diversos softwares que permitem auxiliar o investigador na análise propriamente dita agrupados sob o termo de CAQDAS, grupo no qual se insere o software escolhido para este projecto, o Atlas TI, principalmente devido a razões económicas e de facilidade de acesso ao software. A inscrição na lista de discussão do *CAQDAS Networking Project* revelou-se

particularmente útil para a aquisição de novos conhecimentos sobre a análise de dados qualitativos.

Não obstante a escolha efectuada, deve ter-se em atenção as diversas ferramentas e utilidades que os softwares devem incluir, tais como o armazenamento de dados, a codificação, a anotação, as ligações e a localização e a recuperação.

Segundo Kelle (1997b), muitos investigadores continuam reticentes no que concerne a utilização de software para análise de dados pela perspectiva de que o mesmo pode não só distanciar o investigador dos dados em análise, como também permitir o desenvolvimento de estratégias de análise que podem não estar de acordo com as orientações de análise de dados em metodologia qualitativa. Paralelamente, Fielding e Lee (1995) afirmam que esta utilização, pode não ser tão eficaz e tornar-se até confusa para aqueles investigadores que não conhecem os dados que estão a analisar.

“Thus, the very speed which hypertext offers for rapid navigation of a project may be confusing for a researcher who is not well-acquainted with the data. Once again, qualitative software does not excuse the researcher from the immersion in the data which has traditionally been emphasised in qualitative analysis”.

(Fielding e Lee, 1995)

Certamente que o software não substitui o exaustivo trabalho de leitura e análise dos dados por parte do investigador mas impõe-lhe mais rigor e transparência (Kelle, 1997b) permitindo novas formas de análise de dados que de outra forma não era possível, particularmente no que diz respeito ao volume de dados para análise.

“Using the software it is easier to be exhaustive in analysis and to check for negative cases and there are some techniques for ensuring that text has been coded in consistent and well-defined ways. Another advantage of using software is that analysis is structured and its progress can be recorded as it develops”.

(Gibbs; Friese; Mangabeira, 2002)

## **2.6. A ética no projecto de investigação**

Num projecto de investigação qualitativa, o investigador cria uma relação de grande proximidade com o objecto de estudo, e por isso as questões éticas devem estar sempre presentes ao longo de todo o processo de investigação.

“Because qualitative methods are highly personal and interpersonal, because naturalistic inquiry takes the researcher into the real world where people live and work, and because in-depth interviewing opens up what is inside people – qualitative inquiry may be more intrusive and involve greater reactivity than surveys, tests, and other quantitative approaches.”

(Patton, 1990: 356)

Neste projecto de investigação as questões éticas, entre as quais se destacam o acesso à informação e aos espaços, o direito à confidencialidade e ao anonimato (Fortin, 2003), assumiram desde o início um lugar de destacada importância, condicionando o

desenvolvimento do mesmo. Refira-se em primeiro lugar, a necessidade de solicitar o consentimento formal da DGSP, dos directores dos estabelecimentos prisionais e dos responsáveis pelas bibliotecas, para a realização do projecto de investigação, das visitas e das entrevistas.

Em segundo lugar foi garantido o direito à confidencialidade e ao anonimato em todas as etapas do processo de investigação (quando foi solicitada a autorização para o estudo e envio de questionário e autorização para a entrevista à DGSP, quando foram enviados os questionários para todos os estabelecimentos prisionais, quando foi realizado o pedido de entrevista a cada estabelecimento e, finalmente, no momento de cada entrevista).

Foram explicados os objectivos do projecto, assegurado o anonimato dos estabelecimentos representados no estudo e dos responsáveis entrevistados bem como a confidencialidade das entrevistas realizadas, não permitindo que no texto da investigação possa existir qualquer associação dos dados disponibilizados com os entrevistados ou com as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em análise.

Todos os participantes deram o seu consentimento para a realização das entrevistas e para a gravação das mesmas, para a qual tinha sido também solicitada autorização e justificada a sua importância no momento da entrevista.

Neste capítulo foram abordados alguns aspectos sobre metodologia em projectos de investigação que procuram enquadrar a escolha para este projecto. Apresentou-se também todas as etapas desde a definição do tema de investigação, à recolha de dados, à análise e interpretação dos mesmos e finalmente, à sua apresentação, focando questões tais como a utilização das TIC ou a ética durante a realização do projecto.



### **3. Levantamento e revisão da literatura**

*La bibliothèque devient plus qu'une simple zone de lecture, un lieu de rencontres et de dialogue. Elle crée du lien social et constitue pour le détenu un espace de respiration, une oasis, puisque contrairement à la majorité des activités, les visites à la bibliothèque ne se déroulent pas sous le regard d'un surveillant. Elle représente...un lieu de "sociabilité privilégiée".*

(Lieber e Chavigny, 2005:12)

#### **3.1. Introdução**

Procurou-se, ao longo de todo o projecto, recolher literatura que esclarecesse e auxiliasse na definição de conceitos e delimitação do tema de investigação, aproximando este de outros projectos e trabalhos semelhantes e fornecendo instrumentos teóricos que suportem a interpretação e análise dos dados obtidos.

Foi recolhida literatura nacional e estrangeira reportada ao tema, produzida entre 1990 e 2007, tomando como ponto de partida a bibliografia compilada em 2003, pelo *Standing Committee of the Libraries Serving Disadvantaged Persons Section* da IFLA, (Lehmann, 2003) e que abrangesse a realidade em diferentes países, abordando diferentes pontos de vista no que diz respeito à existência, gestão e funcionamento destes serviços.

Em Portugal, a bibliografia recolhida e que será abordada com maior profundidade no capítulo seguinte, contextualizando os resultados obtidos na investigação, centrou-se em trabalhos de investigação produzidos no âmbito de cursos de Mestrado e Doutoramento, nas áreas da Educação e Ciência da Informação e em relatórios sobre o sistema prisional produzidos por entidades oficiais. Posteriormente, a pesquisa foi alargada à literatura de origem europeia, dos EUA e Canadá. Grande parte da investigação realizada e literatura publicada sobre o tema é proveniente dos países da Europa Ocidental, EUA e Canadá (Lehmann, 2000b; Sulé Duesa, 2005). Com menos representatividade, incluiu-se também alguma literatura oriunda da América do Sul.

Os termos utilizados durante a pesquisa foram bibliotecas, bibliotecas de prisão, bibliotecas em estabelecimentos prisionais, prisões, estabelecimentos prisionais, sistemas penais, entre outros, utilizando as respectivas traduções para pesquisa nas línguas internacionalmente mais utilizadas, o inglês, o francês e o espanhol.

Para Stearns (2004) a bibliografia limita-se tendencialmente a descrever as funções e objectivos que as bibliotecas de estabelecimentos prisionais têm e o contributo dos bibliotecários e responsáveis na construção e desenvolvimento das mesmas. O mesmo autor sugere que a avaliação e apresentação de resultados que confirmem se os

objectivos estão a ser atingidos, se a sua missão está a ser cumprida e o impacto que as bibliotecas podem ter nos reclusos não são temas recorrentes na literatura.

Apenas uma referência ao artigo de Lithgow e Hepworth (1993) que identifica indicadores de avaliação para estes serviços com o objectivo de melhorar a sua eficácia.

Na pesquisa bibliográfica teve-se em atenção a consulta na Internet, numa fase inicial e, posteriormente, direccionou-se a consulta a bases de dados com acesso a periódicos especializados na área das Bibliotecas e Ciência da Informação – a PORBASE (*Base Nacional de Dados Bibliográficos*), a B-ON (*Biblioteca do Conhecimento On-line*), a DoIS (*Documents in Information Science*), a LISA (*Library and Information Science Abstracts*), a Latindex (*Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*), a Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina e el Caribe, España y Portugal*) e a E-LIS (*E-prints in Library and Information Science*).

Para além da consulta a bases de dados, consultaram-se sítios *Web*, na área das Bibliotecas e Ciência da Informação, designadamente os sítios *Web* da DGLB, da IFLA que disponibiliza inúmeros recursos electrónicos, sítios *Web* das principais bibliotecas estrangeiras (*Bibliothèque Nationale de France, Biblioteca Nacional de España, British Library, etc.*), e também, sítios *Web* de bibliotecas universitárias nacionais e estrangeiras onde são exercidos cursos nestas áreas.

Paralelamente, procurou-se consultar sítios *Web* com informação sobre sistemas prisionais e bibliotecas de estabelecimentos prisionais. Foram consultadas os sítios *Web* da DGSP e da Provedoria de Justiça e outros com informação sobre sistemas prisionais, grupos de trabalho, projectos em desenvolvimento, bibliografias e fóruns de discussão. Por fim, salienta-se também a preocupação na pesquisa de sítios *Web* relacionados com a área da investigação e da metodologia qualitativa.

Realizaram-se também consultas na biblioteca da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e na biblioteca da DGSP.

### **3.2. Linhas orientadoras para bibliotecas de estabelecimentos prisionais**

Para além dos documentos de âmbito nacional que procuram estabelecer recomendações para a criação, gestão e desenvolvimento de serviços bibliotecários existe actualmente um documento, internacionalmente reconhecido, com linhas orientadoras para estas bibliotecas: as *International guidelines for library services to prisoners* publicadas pela IFLA, com a terceira edição de 2005, a partir de toda

informação reunida por um grupo de trabalho, formado em 2001, pela *Libraries Serving Disadvantaged Persons Section*, da IFLA.

Com o objectivo de fornecer um instrumento orientador para a planificação e implementação de bibliotecas de EP, estas recomendações podem ser adaptadas para normas que reflectam os contextos locais onde as bibliotecas são desenvolvidas, ou seja, “the document is intended to serve as a model guide for the development of national guidelines for prison libraries” (IFLA, 2005:3) ou utilizadas na inexistência de recomendações nacionais.

Aplicáveis a EP com uma população superior a 50 reclusos, estas normas são dirigidas, a todos os bibliotecários que exerçam funções em bibliotecas dos estabelecimentos e a todos os administradores e responsáveis pela gestão dos mesmos.

De âmbito nacional, salientam-se as normas produzidas pela ALA e pela LA. A ALA tem como normas mais recentes para bibliotecas de EP juvenis, as *Library standards for juvenile correctional facilities*, de 1999, e para bibliotecas de EP de adultos, as *Library standards for adult correctional institutions*, de 1992 (a análise para este trabalho cingiu-se a este documento).

Este último documento, produzido para estabelecimentos com uma população superior a 300 reclusos, destina-se a todos as pessoas envolvidas na gestão e funcionamento dos mesmos. Para os EP com população inferior a 300 reclusos, estas recomendações sugerem a cooperação com a biblioteca pública da área do estabelecimento ou então um circuito de âmbito regional com um bibliotecário que preste serviço a mais do que um estabelecimento.

A LA, através do seu grupo de trabalho para bibliotecas de EP, publicou em 1997 a segunda edição das suas recomendações, intitulada *Guidelines for prison libraries*. Dadas as diferentes tipologias de estabelecimentos, estas recomendações não devem ser rigidamente aplicadas mas antes adaptáveis, fazendo prevalecer as características dos estabelecimentos onde são implementadas.

Apesar da prática não ser a predominância da existência de normas nacionais, existem também outros países com normas para a gestão de bibliotecas de EP tal como a Holanda, a Austrália, entre outros (Pérez Pulido, 1997).

As normas referidas, analisadas comparativamente por Sulé Duesa (2001), abrangem vários aspectos sobre o desenvolvimento de bibliotecas de EP para as quais são definidas linhas de acção recomendáveis – objectivos, acessibilidade, gestão e recursos financeiros, recursos humanos, espaços e equipamentos, recursos de informação, tecnologias da informação e comunicação e, por último, serviços e actividades para os

reclusos, pontos sobre os quais irá incidir o levantamento e revisão da literatura realizados.

### **3.3. Missão e objectivos**

Ao longo dos séculos XIX e XX, os estabelecimentos prisionais começaram a ter uma atenção especial tal como as condições de cumprimento de pena dos reclusos e o modo como estas poderiam influenciar o comportamento dos mesmos e incentivar a sua adaptação social.

*As Standard minimum rules for the treatment of prisoners* (das quais se fará o respectivo enquadramento quando se apresentar as recomendações internacionais para esta matéria), constituíram “um ponto de viragem na evolução e na transformação profunda das formas de cumprimento da pena de prisão” (Santos, 2003: 61).

No ponto 58 do documento é referido que a própria prisão ou outras medidas resultam numa separação de um criminoso do mundo exterior, privando-o da sua liberdade, logo, o sistema penitenciário não deve, excepto pontualmente por razões justificáveis de segregação ou para a manutenção da disciplina, agravar o sofrimento inerente a tal situação. Por outro lado, ao privar o recluso da liberdade, protegendo a sociedade contra o crime, a prisão só cumpre efectivamente a sua missão se o tempo de prisão for aproveitado para assegurar, tanto quanto possível, que depois do seu regresso à sociedade, o criminoso não tenha apenas a vontade, mas esteja apto a seguir um modo de vida de acordo com a lei e a sustentar-se a si próprio (ponto 59).

No ponto 60 é mencionado que o sistema penitenciário deve fazer apelo a todos os meios terapêuticos, educativos, morais, espirituais e outros e a todos os meios de assistência de que pode dispor, procurando aplicá-los segundo as necessidades do tratamento individual dos delinquentes. Do castigo e da punição, os sistemas prisionais alteram a sua orientação para a educação e a reabilitação do recluso.

Stevens e Usherwood (1995) referem a existência de vários modelos de reabilitação nos quais a biblioteca pode desempenhar diferentes papéis – “rehabilitation model”, “treatment model”, “justice model” e, por último, o “cognitive-behavioural model”. Este último modelo desenvolve-se com base em dois aspectos fundamentais:

“first, to explore the reasons why the offence was committed and resolve these using specific offending behaviour courses. Secondly, to re-integrate the offender into the community, by confronting aspects of social functioning that are only indirectly linked to the offending behaviour...Because of the holistic nature of the approach, the library may have a central role to play”.

(Stevens e Usherwood, 1995:54)

Segundo os mesmos autores não existe um modelo internacionalmente adoptado. Dependendo dos estabelecimentos e dos programas de reabilitação desenvolvidos, um modelo pode ser mais favorável do que outro, mantendo como elo comum a cooperação entre a biblioteca e outros serviços (Singer, 2000; Stevens e Usherwood, 1995).

“The essential role for prison librarians today however, is not to narrowly replicate current ideology in isolation, but rather to ensure that the service they provide is fully co-ordinated with strategies of all other agencies in the prison. Prison libraries may never reduce reconviction rates or increase resocialisation by themselves but they can help as part of an integrated programme to develop a more holistic view of the nature of the rehabilitative process”.

(Stevens e Usherwood, 1995:60)

Segundo Lehmann (2000b) o desenvolvimento destes serviços ocorreu nas últimas três décadas do século XX, principalmente nos países da Europa Ocidental e da América do Norte, notando-se um maior interesse pelo papel que podem desempenhar na política reabilitadora do estabelecimento. No ambiente prisional, a biblioteca é uma presença importante no processo de educação e reabilitação do recluso. “La educación constituye una de las justificaciones más firmes en el proceso rehabilitador de un recluso y la biblioteca su herramienta más eficaz” (Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004:2).

Nas *Standard minimum rules for the treatment of prisoners* já referidas, a importância da biblioteca é mencionada no ponto 40: cada estabelecimento penitenciário deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente.

A biblioteca apresenta-se aos reclusos como um espaço com um ambiente *normal* semelhante ao do mundo exterior, no seio de um contexto sujeito a rígidas regras de convivência e segurança. Neste espaço, que contribui para o programa de reabilitação do próprio estabelecimento, os livros podem mesmo adquirir um valor terapêutico na medida em que através da leitura os reclusos podem alterar o seu comportamento e atitudes através da possibilidade de livremente expressarem as suas opiniões a partir das ideias presentes nos livros, por exemplo, em grupos de discussão e de leitura (Pérez Pulido, 1997).

A *Recommendation (89) 12*, adoptada pelo Conselho da Europa, em 1990, que contempla um relatório sobre o ensino nos EP, dedica um capítulo inteiro às bibliotecas. Neste capítulo é referenciada a importância das bibliotecas no seio de uma comunidade como um instrumento para a educação, informação e lazer das populações e como às bibliotecas integradas em estabelecimentos prisionais devem ser aplicados os mesmos standards, pressupondo a prossecução dos mesmos objectivos e desenvolvendo as mesmas funções que as bibliotecas públicas. Aos reclusos deve ser possibilitado o



acesso à biblioteca pública local ou, em alternativa, ser implementado um serviço de biblioteca no interior do EP.

Os reclusos têm o direito de serem informados e o direito de lerem. E para que este último possa ser cumprido os mesmos devem ter acesso às colecções de uma biblioteca, nomeadamente a livros em diferentes idiomas e à utilização de recursos audiovisuais e informáticos (Pérez Pulido, 1997).

O livro, outrora considerado como um objecto cuja circulação podia levantar algumas questões de segurança no quotidiano do estabelecimento e cujos conteúdos eram rigorosamente controlados, e o sistema de lista ou catálogo para acesso aos livros que impedia a sociabilidade e convivência entre os reclusos em torno da leitura, expressavam a autoridade rígida mantida pelas administrações dos EP. Actualmente o direito à leitura não pode ser limitado, “la oferta de lectura está considerada como un factor importante dentro de los dispositivos de reinserción que definen hoy día una de las funciones de la institución” (Fabiani, 1997:62).

Os objectivos devem reflectir a interligação que a missão da biblioteca deve ter com a missão e objectivos da instituição onde está integrada, participando na política de reinserção social, promovendo o desenvolvimento cultural através do conhecimento, da informação e da comunicação, servindo de apoio à política de ensino, promovendo eventos culturais, formando reclusos para o trabalho técnico como forma de reabilitação, integrando a biblioteca do EP com aquelas da comunidade exterior, através de redes, disponibilização de catálogos, promoção de protocolos, trocas de livros, etc., satisfazendo as necessidades de um utilizador com muito tempo livre.

Para o desenvolvimento destes objectivos, são apontadas as seguintes funções para a biblioteca – recreativa, educativa, informativa e formativa (García Perez, 2001).

A função recreativa talvez aquela mais utilizada, relacionada com a leitura de lazer.

A função educativa que se baseia no apoio que a biblioteca poderá dar ao ensino no EP, através da disponibilização de materiais de apoio escolar. Por outro lado, pode também servir como local para a realização de algumas actividades relacionadas com o ensino.

A função informativa relacionada com o contacto com mundo exterior através da leitura de jornais e revistas e outras publicações de carácter periódico e informativo.

Por último, a função formativa de primeiro contacto com uma biblioteca, de como este serviço funciona, etc. Esta função pode ter também um cariz jurídico, proporcionando ao recluso documentação para estar a par do seu próprio processo judicial. Nos EUA, por exemplo, as bibliotecas cumprem esta função de formação jurídica proporcionando “una

colección de libros y otros materiales para que los reclusos pudieran investigar sobre temas jurídicos-legales” (García Perez, 2001:87). Esta coleção pode estar fisicamente separada constituindo muitas vezes uma biblioteca à parte ou estar integrada na coleção geral da biblioteca.

Stearns (2004), Lehmann (2000b), Pérez Medina (2004) e Stevens e Usherwood (1995) desenvolvem ainda mais estas funções apontando os diversos papéis que a biblioteca pode ter, sem deixar de referir que o desenvolvimento dos mesmos está sempre limitado ao espaço e aos recursos humanos e financeiros existentes e ainda ao facto de que a biblioteca continua a ser “regarded as ‘peripheral’ resource by the rest of the prison” (Stevens e Usherwood, 1995:57).

Com base no modelo apresentado por Rhea Joyce Rubin em *Planning Process for Wisconsin Institution Libraries: a workbook*, de 1997, Pérez Medina (2004) e Lehmann (2000b) referem os papéis fundamentais a desenvolver pela biblioteca para:

- ↳ Leitura de lazer;
- ↳ A autoformação e autoaprendizagem (necessidades específicas dos reclusos, informação sobre carreiras e profissões, serviços de referência);
- ↳ A educação de adultos e educação de nível superior (informação sobre oportunidades de educação, aprendizagem da língua oficial para reclusos estrangeiros);
- ↳ A realização de actividades de dinamização;
- ↳ Apoio jurídico e aos programas de recuperação dos reclusos;
- ↳ Informação sobre a comunidade onde o estabelecimento está inserido;
- ↳ Retiro pessoal dos reclusos (como local de privacidade e silêncio);
- ↳ Consulta pelos funcionários do EP e apoio aos diferentes programas e iniciativas;
- ↳ Apoio ao programa educativo do EP.

Stevens e Usherwood (1995:58) referem ainda outros factores significativos no processo de reabilitação:

“...Fourth, because going to the library is a voluntary activity, it may have an important role in developing self motivation...Fifth, reading offers the inmate a chance to use time constructively...Sixth, reading can offer an opportunity to partake in an activity which counteract some of the negative aspects of both the inmate and the delinquent sub-culture in the prison and in the community...Seventh, reading can help provide the inmate with insight and help both at the “crisis point” and on a longer-term basis...Eighth, while reading can offer the inmate a mental stimulus, it can also have a calming effect on inmates, which may have some effect on later behaviour”.

O bibliotecário deve saber gerir os recursos, equipamentos e instalações dos quais é responsável para que possa desempenhar aqueles papéis que vão de encontro às necessidades do maior número de utilizadores possível.

O espaço da biblioteca é a base física a partir da qual se desenvolve uma diversidade de actividades culturais. A sua importância é aparentemente considerada uma verdade definitiva, mas o melhoramento da estrutura de funcionamento destes serviços continua ainda por concretizar-se. E é nesta etapa que se constata que, apesar da vontade existente em ter e disponibilizar um espaço de biblioteca, todas as condicionantes negativas que existem à volta da biblioteca contradizem um pouco essa vontade.

“ ...si les chefs d'établissement sont effectivement soucieux d'ouvrir et d'animer un espace réservé à la bibliothèque, des contraintes architecturales, le manque de ressources humaines, la surpopulation carcérale et certaines résistances du personnel de surveillance contredisent parfois cette volonté. “

(Lieber e Chavigny, 2005 :10)

### **3.4. Gestão e funcionamento**

A biblioteca do estabelecimento prisional poderá ser considerada uma biblioteca especial, pois diferencia-se das outras pela tutela institucional, legislação a que se reporta, instalações e tipo de utilizador (Traserra Coderech et al., 1997).

O modelo de biblioteca pública é aquele referido por Singer (2000) como sendo o mais comumente utilizado, no qual se considera que toda a população do EP (reclusos, administradores e pessoal técnico e de segurança) constitui uma comunidade, que a biblioteca deve servir.

Preconizar um modelo de biblioteca pública para esta biblioteca é, para alguns autores, incorrecto, já que os reclusos têm necessidades de informação muito específicas como sugere Pérez Pulido (1997:41), “un servicio de biblioteca de prisiones basado en un modelo de biblioteca pública centrado en el desarrollo de las colecciones de ocio y en la elección exclusiva del recluso, se habría de convertir en un centro de recreo”.

Este modelo pode condicionar o valor que a biblioteca pode assumir no programa de reinserção, para o qual é necessário o desenvolvimento de colecções adequadas aos objectivos de informação e educacionais, através das quais se pode concretizar grupos de discussão orientados que forneçam aos reclusos estímulos intelectuais mais gratificantes do que a literatura de lazer.

Pode também contribuir para uma não utilização da biblioteca por parte de grupos de reclusos com interesses e necessidades diferentes.

A aplicação deste modelo só é possível se tiver em conta outras necessidades e direitos dos reclusos, contribuindo para a educação formal e informal, para o desenvolvimento de actividades educacionais, cívicas e culturais e proporcionando aos reclusos formas construtivas de utilização do seu tempo livre (Grimes, 2000 ; Pérez Pulido, 1997).

A biblioteca pode assumir dois modelos de funcionamento (Lehmann, 2000b), a que Eiras (2007) denomina como “Modelo Autónomo” e “Modelo em Parceria”.

Aquelas a funcionar com base no Modelo Autónomo têm a sua independência na tomada de decisões quer a nível da gestão quer a nível de funcionamento dos serviços nas mais diferentes áreas abrangidas – o acesso, os recursos humanos, os recursos financeiros, os recursos de informação, os serviços, respondendo a um serviço que tutela os estabelecimentos prisionais, instituído a nível regional ou nacional.

São os EP, através da administração, que assumem todas as responsabilidades na organização e funcionamento das bibliotecas. Nos EUA, existe uma grande diversidade de legislação que regulamenta os sistemas penais e consequentemente, os EP e respectivas bibliotecas (Geary, 2003). Nos estabelecimentos federais e estatais, a organização e regulamentação de acesso da biblioteca está na directa dependência da administração de cada estabelecimento. Nos estabelecimentos de âmbito local (prisões locais), o serviço prestado é resultado da colaboração com as bibliotecas públicas locais (Mcook, 2004). No Canadá também as bibliotecas integradas em cada EP (para reclusos com penas superiores a dois anos) estão sob a tutela deste, de acordo com as regulamentações definidas pelo serviço nacional responsável, tendo uma forte ligação aos serviços de educação do estabelecimento.

As bibliotecas cujo modelo de funcionamento seja o Modelo em Parceria, sustentado pelo *Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas*, segundo o qual os “...serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas”, têm uma estreita articulação com a biblioteca pública local, funcionando como extensão/serviço da biblioteca pública como aliás acontece em vários países, designadamente a Noruega ou a Dinamarca ou em alguns países do Reino Unido, como a Inglaterra ou País de Gales.

Neste modelo é responsabilidade da biblioteca pública dotar a biblioteca do EP de recursos humanos, financeiros e de manter as colecções. O EP é responsável pelas subscrições de periódicos, pelos reclusos que auxiliam na biblioteca e pela organização do serviço. No Reino Unido, a cooperação entre bibliotecas públicas e bibliotecas dos EP não se limita ao nível de suporte técnico ou de colecções. A gestão destas bibliotecas é

partilhada entre o serviço nacional responsável pela gestão dos estabelecimentos prisionais e o serviço responsável pela gestão das bibliotecas públicas. As competências da biblioteca do EP e da biblioteca pública no que diz respeito à prestação de serviços aos reclusos encontram-se também regulamentadas.

“The governance model for prison libraries may take de form of contracted services between public libraries and/or institutions of higher learning, an operation managed solely by the prison authority, and possibly formal or informal arrangements by volunteer groups. It is not unusual to see a combination of these service methods in a single institution”.

(Lehmann, 2000b:5)

Em França, sob os auspícios da colaboração entre os ministérios da Justiça e da Cultura, são criados, em 1999, os *Services pénitentiaires d’insertion et de probation*, que irão encarregar-se da gestão das bibliotecas. Os parâmetros da colaboração das bibliotecas públicas locais encontram-se também regulamentados através de orientações dos dois ministérios (Guidez, 2002).

O modelo organizativo em países como a Itália, Espanha, Países Baixos ou Portugal, é o modelo que faz depender a gestão destes serviços exclusivamente dos EP onde estão inseridos e estes do serviço nacional que tutela os sistemas penitenciários. Em muitos casos, a biblioteca está dependente directamente das áreas de educação e ensino como é, por exemplo, o caso de Porto Rico (Pérez Medina, 2004).

Este modelo é também caracterizado por acordos de cooperação com instituições públicas ou privadas, embora muitas vezes de carácter irregular. A relação com a biblioteca pública local não é uma relação sistemática e regular e quando a mesma existe depende muitas vezes da boa vontade dos profissionais dessas bibliotecas públicas e dos técnicos dos próprios EP.

“Esto no quiere decir que dichas colaboraciones no se lleven a cabo, pero siempre son fruto de la buena voluntad (y, en muchos casos, de la dedicación de tiempo y recursos propios) del personal bibliotecario profesional de la prisión y de la biblioteca local. Por ejemplo, el préstamo “interbibliotecario” más habitual es el que se lleva a cabo de forma personal, es decir, es la bibliotecaria de la prisión la que se desplaza personalmente a la biblioteca pública más próxima y saca los libros en préstamo a su nombre.”

(Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004:10)

A independência da biblioteca, em termos organizativos, dos serviços de ensino e educação, é um dos primeiros passos para a consolidação do serviço bibliotecário no estabelecimento.

Em Espanha, a partir de 1999, surgem uma série de alterações que afectaram a gestão e organização dos serviços de biblioteca nos EP, nomeadamente ao nível da dotação de recursos humanos e financeiros próprios que as administrações dos estabelecimentos devem assegurar para o funcionamento dos serviços bibliotecários (Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004). Com a integração dos professores da estrutura educativa dos EP na

estrutura educativa geral, supõe-se que os estabelecimentos provenham as bibliotecas de pessoal próprio para a gestão da mesma.

Concretiza-se uma reorganização do trabalho nos EP criando-se a categoria de *Coordinador de Formación*, responsável pela gestão da biblioteca quando não existe um bibliotecário profissional. A biblioteca é desvinculada do ensino e da dependência organizativa que tinha da área docente, passando a ser gerida por pessoal do EP com formação específica excepto nos casos em que são contratados bibliotecários profissionais como é o caso da Catalunha.

“Tal y como ha ocurrido en el caso español, la biblioteca de las prisiones catalanas también ha quedado desvinculada de la escuela de la prisión y ha pasado a depender directamente del Sots-director de Tractament y se encuentra en el mismo nivel jerárquico que los psicólogos, los pedagogos, el director docente o el coordinador de educadores. Esta organización es fundamental, pues rompe con la dependencia educativa de la biblioteca de prisión y enlaza con la recomendación realizada por la IFLA en el sentido que el director de la biblioteca ha de estar al mismo nivel que los responsables de otras unidades administrativas, con autoridad para planificar y administrar el presupuesto de la biblioteca.”

(Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004: 11)

O *Programa de Organización y Gestión de Bibliotecas*, referido por Pérez Pulido e Sulé Duesa (2004), estabelece para além dos objectivos e das orientações para elaboração de regulamentos internos de gestão, a actualização dos modelos de gestão com a finalidade de cumprir vários propósitos, tais como o desenvolvimento de programas de formação para os responsáveis e para os reclusos voluntários que nelas trabalhem, a contratação de bibliotecários profissionais, a incorporação das TIC através da utilização de aplicações informáticas para a gestão da biblioteca, a elaboração de manuais e normas específicas de gestão, a incorporação de colecções bibliográficas orientadas para a leitura pelos reclusos e a programação de actividades de dinamização da leitura e de promoção de hábitos de leitura em colaboração com outras instituições exteriores ao EP.

No seguimento destas evoluções normativas, na Catalunha, a Direcção responsável pela gestão dos EP, desenvolve a partir de 2002 novas normativas, o *Programa marc de biblioteques dels centres penitenciaris de Catalunya: gener 2002*, com o qual se pretende implementar critérios de organização e funcionamento semelhantes a todas as bibliotecas, estimular a participação dos reclusos nas actividades que se desenvolvem na biblioteca e também impulsionar a participação da biblioteca em projectos comunitários. Fornece ainda informação sobre quais devem ser os serviços próprios da biblioteca, actividades, horário de abertura, serviços técnicos, pessoal e respectivas funções.

Estabelecem como objectivos a motivação para novos hábitos de leitura e para o crescimento intelectual, a contribuição para a educação permanente do recluso e facilitar o acesso ao conhecimento e à cultura e a estimulação do desenvolvimento intelectual,

social e cultural dos utilizadores destas bibliotecas, impulsionando atitudes de respeito e convivência em sociedade (Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004).

### **3.4.1. Os recursos financeiros**

Para a aquisição de mobiliário, equipamento e outros recursos materiais, as normas produzidas pela ALA, LA e IFLA salientam a importância da biblioteca estar dotada de um orçamento próprio sem no entanto definir o valor, salvaguardando que o mesmo deve ser definido anualmente. As normas são mais explícitas quando se referem à atribuição de recursos financeiros para o desenvolvimento das colecções. Os valores a atribuir são calculados em função do número de reclusos existentes.

A atribuição desta dotação é sem dúvida influenciada pelo grau de importância e independência que este serviço assume na estrutura organizativa do EP e no sistema penitenciário de cada país. Para tal, é essencial a presença de um bibliotecário profissional que esteja integrado na gestão do estabelecimento ao mesmo nível que responsáveis por outros serviços, principalmente na tomada de decisões.

“Si la biblioteca no disposa d'un pressupost segur i regular és molt difícil que pugui desenvolupar els seus serveis amb la màxima eficàcia i aprofitar plenament els seus recursos. El manteniment del local i de les instal·lacions, la renovació de la col·lecció, l'actualització del sistema informàtic, etc., són aspectes del servei que es poden veure seriosament afectats si la biblioteca no disposa d'una planificació pressupostària a mig i llarg termini adequada a les seves necessitats.”

(Sulé Duesa, 2005:131)

Do modelo de gestão e funcionamento aplicado depende a forma como os recursos financeiros são disponibilizados à biblioteca. No modelo organizativo em que as bibliotecas estão dependentes exclusivamente dos estabelecimentos prisionais, os recursos financeiros necessários seja para as infraestruturas, mobiliário ou equipamento informático, aquisição de espólio bibliográfico ou outros elementos essenciais ao funcionamento, são provenientes do orçamento geral do estabelecimento ou das estruturas administrativas que tutelam as bibliotecas e as áreas da educação dos estabelecimentos. Consequentemente, as bibliotecas não dispõem de um orçamento regular que seja estabelecido e controlado pelo bibliotecário responsável tal como referem Burgos Oliván e Sulé Duesa (2003) ou Pérez Pulido e Sulé Duesa (2004), que apontam contextos em que os recursos não são geridos directamente pela biblioteca do estabelecimento prisional. O fornecimento de equipamento e mobiliário é satisfeito a curto ou médio prazo mas a aquisição de bibliografia depende muitas vezes da boa vontade da administração (Bowden, 2003). São definidas rubricas orçamentais para a aquisição de monografias, publicações em série não existindo uma rubrica definida para materiais noutros suportes.

Guidez (2000) refere que o financiamento é o factor mais discriminatório no panorama das bibliotecas de estabelecimentos prisionais em França. Sem recursos financeiros autónomos, às bibliotecas é atribuída parte dos recursos financeiros destinados às actividades culturais.

Nos estabelecimentos em que é preconizado um modelo de funcionamento de parceria e articulação com a biblioteca pública local, as despesas são subsidiadas através de um financiamento conjunto das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais e das bibliotecas públicas locais. Muitas vezes o financiamento pelas bibliotecas públicas poderá ser em recursos materiais e bibliográficos (Sulé Duesa, 2005).

Nos casos em que a biblioteca pública local é responsável pela prestação de serviços aos reclusos, estabelecida através de protocolos entre os estabelecimentos e as bibliotecas públicas, é comum o EP suportar financeiramente os custos que a biblioteca tenha com estes serviços com atribuição de recursos financeiros à biblioteca pública local e suportar internamente os custos com a manutenção do espaço e do equipamento (Library Association, 1997).

### **3.4.2. Os serviços**

Os serviços prestados pelas bibliotecas podem ser de dois tipos – serviços técnicos e serviços aos utilizadores. Os serviços técnicos compreendem todos os processos relacionados com a gestão das colecções e com o tratamento técnico documental das mesmas.

Os serviços aos utilizadores geralmente praticados nas bibliotecas de EP são o serviço de consulta, de extensão bibliotecária e de empréstimo para os quais devem ser definidos procedimentos que tenham em atenção as características do estabelecimento tanto em termos de segurança e das condições de acesso dos reclusos à biblioteca, como de arquitectura e de distribuição e organização dos reclusos. No serviço de empréstimo inclui-se o serviço de empréstimo interbibliotecário habitualmente realizado junto de bibliotecas dos outros EP (Rubin e Suvak, 1995) ou das bibliotecas públicas locais. Na Catalunha, a colaboração com bibliotecas de diferentes tipologias (públicas, universitárias e especializadas) e até mesmo com bibliotecas de outros EP, é referida por Sulé Duesa (2005:262) nomeadamente para estimular o desenvolvimento do serviço de empréstimo interbibliotecário:

“Aquests acords de col·laboració o de participació no tenen perquè limitar-se a les biblioteques públiques, ja que les demandes d’informació a què ha de donar resposta la biblioteca penitenciària són molt àmplies. Per exemple, fóra bo establir acords amb biblioteques universitàries per cobrir les necessitats d’aquells interns que estiguin cursant estudis superiors, i també amb biblioteques especialitzades per satisfer demandes concretes sobre temes molt específics. Òbviament, no cal oblidar el préstec interbibliotecari entre les



biblioteques penitenciàries d'un mateix país o regió, ja que per afinitat d'usuaris és més que probable que disposin de fons d'interès mutu. Per últim, destacar el fet que les biblioteques de presó, dins d'aquests acords de col·laboració o de participació, han de ser vistes per la resta de biblioteques no tan sols com a centres receptors de documents en préstec, sinó també com a dipositàries d'obres que poden ser d'interès per als seus usuaris i que, per motius d'especialització, només es trobin a les presons (seria el cas, per exemple, d'obres sobre el concepte de la pena, sobre polítiques de reinserció, etc.)".

O serviço de consulta presencial, que pode estar organizado em livre acesso ou acesso condicionado, e o serviço de extensão bibliotecária com atividades de animação cuja existência pode ser condicionada pelo espaço físico.

Sulé Duesa (2005:204) menciona ainda os "servei d'orientació i formació, el servei d'informació i referència, el servei d'informació sobre la comunitat i el servei de suport a d'altres departaments dins de la preso".

O primeiro consiste na apresentação e explicação de todos os procedimentos e instrumentos inerentes à utilização da biblioteca, aos reclusos e outros utilizadores que pode ter como objectivo tornar a biblioteca um local familiar ao recluso que ele pode utilizar não só durante o tempo que passa no estabelecimento mas também quando sair do mesmo (Rubin e Suvak, 1995).

O segundo consiste no auxílio aos utilizadores nas consultas. Para tal, é necessária a existência de uma colecção de obras de referência de qualidade.

O terceiro tem como objectivo fornecer ao recluso informação sobre a comunidade onde o estabelecimento se insere principalmente no que diz respeito à preparação da sua saída para o exterior.

O último serviço mencionado tem como objectivo apoiar as diferentes áreas de trabalho do estabelecimento (não só a área do ensino e educação) na concretização dos seus objectivos. Rubin e Suvak (1995:93) referem ainda o "advisory service" ou "reading guidance", em que o bibliotecário aconselha o recluso no livro a escolher, tendo em atenção o nível de leitura, os interesses e o historial do utilizador.

A existência de todos ou só de alguns serviços é condicionada pela diversidade de condições que se apresentam nos estabelecimentos – o tipo de estabelecimento, o universo de utilizadores e perfil dos mesmos, a existência de outros serviços no estabelecimento, os recursos financeiros, humanos e materiais existentes.

Singer (2000) refere também alguns serviços que podem ser considerados de apoio ou que Rubin e Suvak (1995:96) referem como "miscellaneous services":

"The major ancillary functions of the CCI library are the production of photocopies and the provision of notary service to both staff and inmates...In addition to these services, the librarian and inmate clerk staff furnished inmates with product catalogs, aided them in filling purchasing orders, distributed legal forms, compiled bibliographies (upon request), handed

out Internal Revenue Service forms, advised those preparing tax returns, and distributed free publications, such as team sports schedules”.

Singer (2000:15)

Rubin e Suvak (1995:97) referem que a existência destes serviços pode ter vantagens e desvantagens, “if the library has enough staff, such extra services are not a bad idea – they make the library a community center of sorts for the inmates and a helpful program for the administration. If staffing is tight, however, these extra tasks can be a major headache – and may need to be negotiated”.

Por último, referir a existência de serviços para utilizadores com necessidades e condições especiais de acesso, mencionada nas normas apresentadas. Sulé Duesa (2001) destaca os reclusos com condições físico-motoras especiais, minorias étnicas e culturais ou reclusos separados e sem acessibilidade física (por razões de saúde ou segurança) à biblioteca, também mencionados por Burgos Oliván e Sulé Duesa (2003).

### **3.4.3. Os espaços e equipamentos**

Apesar do ambiente físico ser considerado uma variável importante para a ressocialização dos reclusos, as estruturas internas dos estabelecimentos prisionais em grande parte dos países da Europa e nos EUA, são consideradas desadequadas (Santos, 2003). Os melhoramentos introduzidos têm sido efectuados nas áreas de alojamento dos reclusos sendo negligenciadas as outras áreas utilizadas pelos mesmos. As melhorias feitas recaem geralmente ao nível arquitectónico que possibilitam melhores das condições de vida e de segurança no seio do estabelecimento sem contudo intervir noutras condições que podem contribuir para a reinserção e ressocialização do recluso (Santos, 2003).

Apesar da conjuntura ainda algo incerta, a tendência na definição de modelos arquitectónicos tem sido de proporcionar aos reclusos condições de reclusão semelhantes às condições de vida normais fora do EP, aplicando-se esta tendência tanto aos diferentes espaços de alojamento e de recreio como aos materiais utilizados (Santos, 2003).

Garcia Pérez (2001) sugere a necessidade do trabalho em equipa do bibliotecário, do arquitecto e das entidades responsáveis no momento da concepção do projecto de arquitectura do estabelecimento. O que maioritariamente ocorre, refere a mesma autora, é que a biblioteca é posteriormente adaptada em qualquer espaço muitas vezes partilhando o espaço com os serviços de educação e ensino, também demonstrado por Mayol i Fernández (1991).

Vogel (1995a) aponta alguns requisitos a respeitar na escolha da localização da biblioteca, entre os quais se destacam:

- ↳ Acesso directo e facilitado pelos reclusos que não dependa de acompanhamento;
- ↳ Fácil observação da entrada, utilização e saída dos reclusos da biblioteca para que não seja necessário um posto de segurança adicional;
- ↳ Proximidade com os serviços de educação permitindo um fácil acesso à saída ou entrada destes.

Muitas vezes localizada junto dos espaços dedicados à educação (por exemplo junto das salas de aulas), a biblioteca deve estar equipada com mobiliário específico (estantes, balcão de empréstimo e mobiliário diferenciado para diferentes zonas e adequado à leitura e consulta presencial) e proporcionar condições agradáveis e atractivas à estadia do recluso naquele espaço. Quando o espaço é agradável a utilização aumenta como sugere Mayol i Fernández (1991), mas o que regularmente acontece é que o espaço da biblioteca se assemelha apenas a uma sala de aulas com livros.

A realidade aponta para a existência de espaços muitas vezes diminutos, com mobiliário desadequado, sem condições ambientais ou mesmo decorativas adequadas a uma presença regular de utilizadores tal como demonstra Pérez Medina (2004) para as bibliotecas de estabelecimentos prisionais em Porto Rico. Qualquer objecto, material ou equipamento colocado na biblioteca está sujeito às mesmas regras de segurança que todos os outros materiais introduzidos nos espaços do EP condicionando sempre a criação de um ambiente adequado aos objectivos propostos para aquele espaço (Singer, 2000).

A decoração do espaço e o mobiliário condicionam a imagem da biblioteca. Um espaço desorganizado conduz a uma utilização negativa. O espaço deve estar decorado proporcionando um contraste com outros espaços do estabelecimento e o mobiliário deve ser similar aquele utilizado nas bibliotecas no exterior (Vogel, 1995a).

A relação do espaço/população prisional nem sempre é a mais adequada. As normas apresentadas definem vários critérios importantes a ter em conta na atribuição do espaço para a biblioteca. Enquanto as normas da LA referem um espaço mínimo de 93 m<sup>2</sup>, a IFLA apresenta uma tabela de relação entre o número de reclusos e o espaço a atribuir à biblioteca. Já a ALA recomenda, à semelhança da IFLA, as medidas para cada serviço integrado no espaço da biblioteca (gabinete do bibliotecário, serviços técnicos, serviço de empréstimo e referência, área de leitura e consulta presencial e área para as actividades e depósito).

Podem existir espaços que são muito pequenos e que têm a desvantagem de não permitir a integração de um espaço dedicado à leitura ou consulta de presença e, por outro lado, podem existir espaços que dadas as suas dimensões alargadas em termos espaciais tornam-se salas polivalentes nas quais não é possível concretizar os objectivos das bibliotecas tal como referem Lieber e Chavigny (2005:12):

"Simplement, ils ne permettent pas de disposer d'un coin accueillant, pour lire, échanger des propos, proposer une activité comme un jeu de société ou un club de lecture. Or les salles polyvalentes servent prioritairement de salles de sport ; plutôt aménagées dans cette perspective, elles se prêtent généralement assez mal aux activités culturelles, surtout celles qui réunissent un cercle limité et ont besoin d'une certaine intimité".

Outro aspecto a ter em atenção é a parcelização de espaços. Quando existem condicionantes na circulação de diferentes grupos de reclusos num mesmo estabelecimento, são muitas vezes adoptados vários espaços de biblioteca localizados não junto aos espaços de lazer e educativos mas, junto aos espaços de alojamento. No entanto esta multiplicação de pequenos espaços destinados a bibliotecas pode trazer algumas desvantagens. Em vez de existir uma biblioteca central com boas condições, colecções e serviços existem múltiplos espaços para os quais terão que ser partilhados a gestão e os recursos financeiros, humanos ou documentais, num contexto onde não existe pessoal suficiente, recursos financeiros, etc. e onde a questão do funcionamento de um sistema informático em rede também se coloca (Lieber e Chavigny, 2005). Por outro lado, a existência de uma biblioteca central que serve de local de armazenamento e de tratamento técnico dos livros unicamente acessível ao pessoal técnico e bibliotecas em cada estrutura destinada ao alojamento dos reclusos traz algumas vantagens, como sugerem as mesmas autoras (2005:14):

"Cette parcellisation est inéluctable, en raison des exigences de la sécurité. Il faut bien voir que tous les aspects n'en sont pas négatifs. On retrouve là en particulier les avantages de la petite bibliothèque de proximité : familière, adaptée à ses usagers. On peut espérer peut-être une évolution des bibliothèques vers l'accès libre, dans la mesure où la circulation des détenus sera, à l'intérieur de ces quartiers, beaucoup plus sécurisée et plus facile à assurer".

No entanto, para aquelas autoras o sucesso da existência de múltiplos espaços está dependente, em primeiro lugar, da capacidade dos bibliotecários, que são exteriores ao estabelecimento, de gerirem simultaneamente as colecções em diversos espaços. Em segundo lugar, da implementação de uma rede informática de gestão de colecções que abranja todos os espaços de biblioteca existentes e, por último, da eficaz conjugação de um espaço central que sirva unicamente para o serviço técnico interno com os múltiplos espaços de biblioteca existentes que pode sacrificar a convivência em prol da funcionalidade do sistema.

#### **3.4.4. A utilização das tecnologias de informação e comunicação**

São poucas as bibliotecas de EP que já recorrem a equipamento e software informático para informatizar e agilizar o trabalho técnico de funcionamento e gestão das colecções e, principalmente, o sistema de empréstimo. Em França, em 2004, apenas 62% das bibliotecas tinham o empréstimo informatizado (Lieber e Chavigny, 2005).

O problema na utilização das TIC não se coloca tanto ao nível do equipamento que pode ser adquirido pelos estabelecimentos mas sim ao nível do software e do funcionamento do mesmo, com procedimentos e operações inerentes ao trabalho profissional do bibliotecário e que torna-se difícil de manter sem a presença de um bibliotecário profissional ou sem a intervenção da biblioteca pública local. Apesar da presença do software continua-se muitas vezes a obter resultados pouco fiáveis na gestão das colecções documentais, pela ineficácia na performance dos mesmos, “on ne sait pas bien ce que l'on possède, ce que l'on prête, ce que l'on perd, ce dont on aurait besoin” (Lieber e Chavigny, 2005:19).

Por outro lado, a incompatibilidade do software utilizado na biblioteca do EP e aquele utilizado na biblioteca pública local prejudica o desenvolvimento do trabalho em rede que deveria ser fomentado. O ideal, segundo Lieber e Chavigny (2005) será a instalação de um software compatível entre os vários EP e com as bibliotecas no exterior favorecendo a gestão e a coerência de uma rede, ideia ainda mal entendida pelas administrações dos EP e que a ausência de bibliotecários profissionais só agrava.

A gestão de colecções não funciona em rede nem mesmo dentro dos estabelecimentos onde existe mais do que uma biblioteca. Kaiser (1995) aborda esta questão referindo que com a introdução do mesmo software de gestão documental para todas as bibliotecas de EP na Holanda, novas questões de segurança surgiram com a utilização das TIC, nomeadamente com a partilha de registos de catalogação, o acesso a um catálogo em rede ou o acesso a bases de dados de bibliotecas no exterior, que requerem a utilização de modems para garantir a ligação e que pode intervir com as condições de segurança dos estabelecimentos.

Dois dos principais riscos referidos por Kaiser (1995) são que os utilizadores possam utilizar de forma imprópria o sistema informático da biblioteca ou que através deste possam aceder a outros sistemas informáticos.

As normas da IFLA (2005:9) referem ainda outras utilizações que o bibliotecário pode desenvolver com a utilização das TIC e com o acesso à Internet: “Library staff shall have access to the Internet and to email, in order to answer information requests, search web

based library catalogs, communicate with professional colleagues and vendors, take distance learning classes, and participate in interlibrary loan”.

Para os reclusos, as TIC são “an important component of educating and preparing inmates for reentry to society” (Shirley, 2003:72). A sua utilização mais comum é enquanto recurso educativo para auxílio na elaboração de trabalhos no âmbito dos programas educativos. Como recurso de acesso à informação, nas bibliotecas dos estabelecimentos o acesso à Internet é vedado aos reclusos. Nos EUA, por exemplo, quando existe o acesso à Internet, este nunca é feito pelos reclusos mas sim através do bibliotecário fora do horário de abertura da biblioteca.

“Internet searching takes place after the library closes, towards the end of the librarian’s workday – peak time for global Internet use. This, combined with the fact that libraries do not have the fastest speed equipment, makes searching a very slow process. When inmates have to return to the library for the information, they sometimes feel that the librarian does not want them to get the information from the Internet. As the Internet is new and unavailable to them, they often think that this machine can provide them with anything they want, if only the librarian would cooperate.”

(Shirley, 2003:72)

A impaciência dos reclusos aqui referida é também mencionada por Singer (2000). São utilizadores que procuram que os seus pedidos sejam satisfeitos de imediato no que diz respeito à solicitação de materiais ou de serviços. Quando tal não acontece podem surgir situações de tensão e conflito entre o bibliotecário e os reclusos.

A Internet potencia o desenvolvimento pessoal do recluso e impede o agravamento da situação de isolamento em que o recluso se encontra imposto pela privação de liberdade a que está sujeito. Em estabelecimentos em que as condições de segurança o permitam “prisoners shall be given supervised Internet access for education and treatment purposes, as well as pre-release planning” (IFLA, 2005:9).

“Una persona retenida en prisión durante varios años tendrá enormes dificultades para reincorporarse a la sociedad y comprender los cambios acontecidos en el ámbito tecnológico si no tuvo la oportunidad de experimentarlos y asimilarlos durante su reclusión. En tales condiciones, la prisión se convierte entonces en un tiempo muerto, una realidad paralizada que no se adapta a las condiciones de la futura vida en libertad y que, en consecuencia, impide alcanzar con éxito el principal objetivo del sistema penitenciario: la rehabilitación social y laboral de los internos”.

(Franganillo et al., 2006:3)

A utilização de CD-ROM e o acesso a bases de dados em linha são também muito importantes no que diz respeito às colecções de temas legais, disponibilizadas principalmente em bibliotecas nos EUA. O baixo custo e o rápido acesso à informação sobrepõem-se às questões de segurança que a utilização das TIC podem suscitar (Vogel, 1996b).

Kaiser (1995) menciona algumas desvantagens na utilização excessiva das TIC e que podem conduzir à limitação do direito à leitura dos reclusos. As situações apontadas por este autor conduzem a que aos reclusos não seja permitido o acesso a um espaço físico de biblioteca, a uma escolha a partir das colecções de livros e outros materiais, a que não haja bibliotecários que auxiliem nas consultas realizadas, a que não haja actividades de dinamização e a que haja reclusos que com níveis elevados de analfabetismo ou estrangeiros não consigam, sozinhos, utilizar esta ferramenta.

A utilização das TIC na organização e recuperação de informação nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais é também analisada por outros autores: Vogel (1995 e 1996) que incide no papel positivo da utilização das TIC no apoio jurídico que as bibliotecas dos EUA devem disponibilizar aos reclusos, Bowden (2003) com um estudo sobre a utilização das TIC nos estabelecimentos prisionais dos EUA, Martín Roman (2005) na utilização das TIC para o desenvolvimento de projectos de e-learning nos estabelecimentos prisionais na Argentina.

#### **3.4.5. Os recursos humanos**

As linhas orientadoras da ALA, LA e IFLA para os serviços bibliotecários em estabelecimentos prisionais estabelecem a necessidade de integrar um bibliotecário profissional responsável pela gestão da biblioteca. A contratação de bibliotecários profissionais e outros técnicos especializados para as bibliotecas em meio prisional, tanto na Europa como nos EUA é uma prática corrente só no final do século XX.

O bibliotecário deve desenvolver programas que sejam adequados aos objectivos propostos e gerir recursos que garantam a qualidade do funcionamento da biblioteca interligando com o programa educativo do estabelecimento embora sem estar dependente do mesmo, fomentando as relações funcionais com o exterior e com o interior do estabelecimento.

O programa estabelecido para as bibliotecas de EP na Catalunha, especifica as funções do bibliotecário:

“Preparar y conservar los materiales del fondo bibliográfico y no bibliográfico; Comunicar y hacer circular la información; Elaborar los programas de las actividades que es desarrollen, aplicarlos i evaluarlos; Elaborar informes evaluativos de los internos que participen en las actividades; Participar en la proyección exterior de las bibliotecas, a través de la participación o representación con otras bibliotecas; Coordinarse con otros profesionales; Elaborar el listado de revistas y diarios para hacer subscripciones pertinentes; Controlar los registros de asistencia a la biblioteca; Controlar los registros de peticiones de libros de consulta o lectura”.

(Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004:14)

As funções a exercer pelo bibliotecário devem ter uma abrangência maior do que o contexto técnico aproximando-se daquelas exercidas pelos profissionais integrados nas bibliotecas públicas tal como refere Traserra Coderech et al. (1997:47), o bibliotecário “es la figura sobre la que se sustenta desde la gestión hasta la atención al usuario, pasando por las tareas técnicas y formación de sus colaboradores”.

Implementar serviços mais eficazes, atrair novos utilizadores, promover o livro e a leitura, tendo em atenção o devido enquadramento do meio onde estão inseridos e as necessidades específicas destes utilizadores, criando um ambiente adequado à leitura. Segundo Traserra Coderech et al. (1997:48) o bibliotecário “debe ser capaz de crear un ambiente adecuado a la lectura: un ambiente distendido y agradable, y la sensación para cada usuario de ser atendido de forma personalizada”.

O bibliotecário não é visto apenas como um profissional especializado, mas como sugere Singer (2000:13) “a useful and exploitable unit within the corrections’ hierarchy” em alguns estabelecimentos dos EUA, um funcionário ao qual podem ser atribuídas as mais variadas funções que saem fora do âmbito da biblioteca e da gestão da mesma.

Para Portugal, refira-se o estudo realizado por Eiras (2007) que aborda as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais, com especial incidência no papel e formação dos bibliotecários em ambiente prisional. Segundo este autor, os bibliotecários a trabalhar nesta área “devem compreender os propósitos da instituição e as dinâmicas da comunidade prisional” (Eiras, 2007). Um conhecimento interdisciplinar que abranja áreas tão diversificadas como línguas, psicologia, assistência social, direito, etc., e um perfil individual que reúna características como a adaptação, a liderança, o equilíbrio para lidar com utilizadores em ambiente prisional, com diversas idades e nacionalidades, nível cultural baixo e, por vezes, com níveis elevados de analfabetismo, é sempre uma mais-valia para o bibliotecário que desenvolva trabalho nestas instituições.

Lehmann (2000a), Lithgow (1996) e Ruler (1993) referem algumas características de personalidade importantes para o bom desempenho de um profissional. O bibliotecário deve apreciar a convivência com pessoas de diferentes culturas e etnias e possuir capacidades para uma boa comunicação, preferencialmente com conhecimento de diversas línguas e de questões legais. Por outro lado, deve estar ciente que o exercício das suas funções será feito num ambiente onde terá que lidar com atitudes de confronto, agressão, raiva, insatisfação e isolamento por parte dos utilizadores do seu serviço.

“You have to be able to deal with people who have committed the most horrific crimes, like sexual delicts, murder and other serious crimes. For this job selfemployment, a wellbalanced personality and cast-iron nerves are a must...One has to be able to stand and handle actual



or potentially dangerous situations and should have sufficient qualities to work with groups of prisoners without any escort or supervision”.

(Ruler, 1993:15)

Merece também uma atenção especial a referência à situação de isolamento que este grupo profissional enfrenta (Lehmann, 2000a; Shirley, 2003; Singer, 2000). Com escasso apoio ou contacto com outros bibliotecários e poucas oportunidades de formação e actualização profissional, estes profissionais são um grupo isolado dentro do seu próprio grupo profissional, com acesso limitado ao conhecimento dos recentes desenvolvimentos na sua área de especialização.

Para reduzir este isolamento são vários os grupos de trabalho ou projectos que se constituem. Refira-se por exemplo, a existência de um grupo de trabalho para as bibliotecas de prisão do *Chartered Institute of Library and Information Professionals* do Reino Unido ou o grupo de trabalho da *Section of Libraries Serving Disadvantaged Persons* da IFLA criado em 1985 com o objectivo de propor normas internacionais para estes serviços. A literatura aponta também para a criação com sucesso, de grupos de trabalho e associações, em outros países, que promovem e melhoram os serviços prestados por estas bibliotecas (Carolis, 2000; Reijnders, 1996). Costanzo (2003) refere a criação de uma associação que permite criar coesão e estrutura nas actividades desorganizadas e isoladas que surgem nas várias regiões de Itália. Na Holanda, os bibliotecários dos estabelecimentos prisionais, encontram-se regularmente em conferências e grupos de trabalho em que são abordadas diferentes temáticas sobre bibliotecas de estabelecimentos prisionais: informatização, para grupos multiculturais, formação e profissionalização (Reijnders, 1996).

É também por esta razão que o incremento de relações com a biblioteca pública local se torna tão importante, como sublinha Shirley (2003:74):

“Public libraries have more resources and training and more means to keep up to date with the latest in the profession. Correctional librarians could forge relationships with public librarians and invite them to share their skills by doing an occasional program in a prison, and sharing in training opportunities”.

Podem trabalhar na biblioteca reclusos voluntários, que têm a seu cargo algumas das tarefas técnicas da biblioteca, tal como a gestão dos empréstimos, a arrumação dos documentos nas estantes, etc. Em Espanha, existe a figura de “auxiliar de módulo, interno voluntario cuya tarea es la de servir de nexo de unión entre los reclusos que permanecen en los módulos sin salir y la biblioteca” (Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004:13). Estes reclusos não auferem qualquer tipo de remuneração possuindo no entanto outras vantagens decorrentes do próprio trabalho na biblioteca: maior liberdade, autonomia, maior facilidade de comunicação, de estudo, entre outras.

Refira-se também a figura do *Coordinador de Formación* criada para a execução de trabalhos técnicos da biblioteca e na organização do serviço quando não existe um bibliotecário profissional para o qual são estabelecidas as funções referidas por Pérez Pulido e Sulé Duesa (2004:14):

“establecer las necesidades de la biblioteca; asesorar a los usuarios; elaborar estadísticas y encuestas para la mejora de la calidad de servicios; hacer cumplir el Reglamento Interno; revisar los materiales y realizar la promoción de novedades; organizar actividades de colaboración con otras instituciones, culturales y de fomento de la lectura. Incorporar estas actividades al programa global del centro penitenciario”.

No caso francês, existem os *Services pénitentiaires d'insertion et de probation*, que, através dos *référénts*, regulamentam as actividades culturais e que detêm funções na coordenação de todas as pessoas que trabalham na biblioteca, na gestão do orçamento, nas condições de funcionamento da biblioteca (com a responsabilidade de fazer a ligação à administração do estabelecimento). Os *agents de justice* desempenham várias funções no estabelecimento entre as quais são responsáveis também pela gestão das bibliotecas na ausência de reclusos voluntários (Lieber e Chavigny, 2005). Os *détenus-bibliothécaires*, figuras presentes em grande parte das bibliotecas dos EP, referidos por Lieber e Chavigny (2005:21):

“Sont des acteurs essentiels, grâce au travail technique qu'ils effectuent, et au rôle qu'ils tiennent auprès de leurs camarades. Les tâches bibliothéconomiques quotidiennes comprennent le prêt, le classement et le rangement, parfois un catalogage simplifié. Elles peuvent s'étendre jusqu'à l'informatisation (avec une aide professionnelle)”.

No caso dos reclusos, um dos grandes inconvenientes é a sua inevitável mobilidade que condiciona o regular funcionamento da biblioteca e a falta de formação, dada regularmente em contexto de trabalho através da aprendizagem e da própria iniciativa do recluso ou em alguns casos com a ajuda de bibliotecários profissionais. A participação em formações exteriores (realizadas pelas associações de bibliotecários ou outras) ou de ensino à distância deveriam ser incrementadas tal como a validação profissional destas competências deveria ser um dos objectivos a ter em conta para o futuro dos reclusos (Lieber e Chavigny, 2005). Segundo estas autoras, num dos estabelecimentos em França, os responsáveis das bibliotecas municipais que intervêm nas bibliotecas dos EP “*rédigent une attestation de validation des acquis du détenu-auxiliaire*” (2005:21).

Guidez (2002) e Lieber e Chavigny (2005) referem, para além destes, outros intervenientes activos no funcionamento da biblioteca. Os *professionnels des bibliothèques* provenientes das bibliotecas municipais responsáveis pelos depósitos e renovação dos mesmos, pela formação dos reclusos, pela actualização das colecções e por propor e conceber acções de dinamização, e os *bénévoles* que, através de voluntariado, também exercem funções nas bibliotecas.

No Reino Unido, existem também diversos intervenientes na biblioteca. O *professional on-site librarian*, responsável pela biblioteca, o *library assistant* que realiza todas as rotinas diárias e substitui o responsável, o *prison officer librarian*, que faz a mediação entre a biblioteca e a administração, responsável pelos reclusos que exercem funções na biblioteca e pela segurança neste espaço. Desempenham outras funções para além da biblioteca. Finalmente o *inmate assistant*. O número de horas dispendido semanalmente por cada um depende do número de reclusos em cada estabelecimento (Prison Service, 2000).

Nos EUA, Singer (2000) refere que só a partir da década de 80 do século XX a gestão das bibliotecas em estabelecimentos se tornou profissional com a progressiva e regular integração de bibliotecários profissionais. Até essa data, as mesmas bibliotecas era geridas por professores ou reclusos sem supervisão. Em alguns casos são contratados bibliotecários para cada estabelecimento, noutros são contratados apenas técnicos auxiliares *library assistants* e *library technicians* sob a supervisão de um bibliotecário contratado a nível local ou regional (Sulé Duesa, 2005:60). Daí que os intervenientes sejam muitos e as suas funções variáveis.

#### **3.4.6. As colecções**

A diversidade, dimensão e crescimento das colecções, apesar de regulamentadas nas normas anteriormente referidas, são sempre influenciadas pelas limitações de espaço e da política de segurança definida para o estabelecimento prisional. São colecções constituídas basicamente por material impresso, algum material audiovisual e uma quantidade mínima de material multimédia. Embora se procure constituir colecções semelhantes aquelas existentes nas bibliotecas públicas, a tendência é procurar sempre livros (e outros documentos) e temas que se sabem ser mais populares e mais solicitados pelos reclusos, dado o escasso orçamento destinado à aquisição de publicações.

As assinaturas de publicações periódicas, que são relativamente dispendiosas, não são uma prática regular embora sejam consideradas “les seules lectures pratiquées par une bonne partie de la population carcérale, en particulier les jeunes” (Lieber e Chavigny, 2005:16).

No caso francês, cerca de metade das bibliotecas dos EP integram colecções que são adequadas segundo as recomendações da IFLA, com o mínimo de 20 livros por recluso apesar de não existir uma relação directa entre o número de reclusos e o crescimento das colecções. Lieber e Chavigny (2005) dão o exemplo do estabelecimento de *Fleury-Mérogis* (considerado o maior da Europa com cerca de 4300 reclusos) que tem 8

bibliotecas e um fundo de 30 500 documentos, o que representa apenas, em média, 7 livros por recluso.

O factor atractividade continua a ser o problema das colecções existentes. Para um grupo de utilizadores cujas actividades e ocupações favoritas de lazer não passam normalmente pela leitura é necessário que as colecções sejam frequentemente revistas e renovadas, tendo em atenção as preocupações, necessidades, sugestões e gostos dos utilizadores aos quais se destinam, os reclusos.

Várias falhas são apontadas às colecções destes serviços bibliotecários. Refere-se a falta de documentos na área de referência bem como de livros de língua estrangeira que promovam uma maior adequação das colecções às diversas culturas e línguas presentes nos estabelecimentos, tal como sugere Shirley (2003:70):

“Traditional library programs, services, and collections have been and for the most part continue to be designed predominantly for European American users. However, as communities become increasingly diverse, users are demanding more materials that address their cultural needs”.

Outra falha apontada é a inexistência de material multimédia e audiovisual. Com algumas excepções, as bibliotecas dos EP não integram estes materiais:

“Uniquement vouées à l'imprimé, elles ne contiennent ni disques, ni cédéroms, ni audiovisuel...Actuellement, les "nouveaux" supports, d'ordre pédagogique, restent généralement dans les quartiers scolaires, le matériel se trouvant dans les salles de classe ou d'activité. Au total, les documents multimédias demeurent donc inaccessibles à l'ensemble des détenus”.

(Lieber e Chavigny, 2005:16)

A perda regular de obras que não são devolvidas à biblioteca devido à mobilidade constante dos utilizadores e a falta de vigilância e o desgaste das mesmas quando excessivamente utilizadas e maltratadas pelos reclusos são outra das causas da falta de atractividade das colecções. Esta perda só pode ser minimizada se existir um cruzamento de informação entre a lista de empréstimos e a lista de reclusos que saem do estabelecimento o que exige bastante tempo e uma continuidade na gestão da biblioteca (Lieber e Chavigny, 2005).

Linda Bailey na sua obra *Jail library service : a guide for librarians and jail administrator*, citada por Chacón Alvarado (1993), menciona possíveis problemas que as colecções poderão estar sujeitas quando cedidas aos reclusos – iniciar incêndios ou obstruir instalações sanitárias com revistas, jornais e livros de capa mole, transporte de materiais de contrabando com livros de capa dura, utilização em apostas com jogos e outros materiais, colagem de mapas, pinturas e cartazes que podem ser utilizados para guarda de materiais de contrabando e, por último, CDs, discos, cassetes, películas ou vídeos

restringidos devido às regras de segurança dos estabelecimentos no que concerne à existência de metais.

Outro dos aspectos a ter em atenção é a falta de uma política estruturada de aquisições e de orçamento para aquisições. A escolha das obras a adquirir é feita aleatoriamente. As doações são frequentes mas nem sempre sujeitas a uma triagem e raramente adequadas às necessidades da população reclusa como aponta Guidez (2000).

Vogel (1995a) sugere algumas questões a esclarecer previamente à definição de uma política de desenvolvimento de colecções, entre as quais destacam-se quais as áreas que necessitam de mais desenvolvimento, o espaço e recursos disponíveis, devem as aquisições reflectir as sugestões de alguns reclusos ou o interesse de todos os que permanecem em silêncio, etc. Para além destas questões, o bibliotecário deve estar ciente das colecções existentes fora da sua biblioteca, dos privilégios de acesso e das limitações orçamentais. Outras condicionantes influenciam a definição da política de aquisições: legislação, acordos de colaboração, etc.

A política de aquisições levada a cabo segundo critérios técnicos definidos pelas normas internacionais deve suprir todas as carências informativas, educacionais e de lazer dos reclusos. As colecções devem ser constituídas por uma colecção de obras de referência (dicionários, enciclopédias, guias e directórios, etc.) dando importância a matérias como legislação penal, medicina, SIDA, drogas e toxicoddependência, material de suporte às actividades educativas, material de iniciação à leitura e material nos diversos idiomas presentes no EP, para além da literatura adequada à ocupação de tempos livres dos reclusos (Traserra Coderech et al., 1997).

Para Traserra Coderech et al. (1997:47) a política de aquisições deve ter em atenção que o “fondo no sólo está formado por material de interés para los internos, sino que dispone de un ‘centro de recursos’ que consultan habitualmente los profesionales del centro para mejorar y actualizar sus intervenciones educativas”.

O auxílio dos institutos nacionais que tutelam a área do livro e da leitura na constituição das colecções documentais é também muito importante. No caso francês, o *Centre National du Livre* auxilia de duas formas diferentes: anualmente para o desenvolvimento de fundos temáticos e em 2 anos consecutivos na criação de novos espaços ou extensões (Lieber e Chavigny, 2005). No entanto são muitas as bibliotecas em EP franceses que ainda ignoram este procedimento.

### **3.4.6.1. O acesso à informação e às colecções**

A limitação no acesso à informação também é um tema abordado na literatura nomeadamente por Chacón Alvarado (1993), Golay (1990), Mark (2005), Pérez Pulido (1997) ou Sulé Duesa (2005).

A censura pode condicionar o difícil equilíbrio entre o direito no acesso à informação pelos reclusos e as necessidades de segurança impostas pela administração do estabelecimento. Sulé Duesa (2005) sugere que as colecções devem respeitar este equilíbrio. A mesma opinião é partilhada por Chacón Alvarado (1993) que defende que a censura deve ser aplicada em livros ou revistas que possam afectar a segurança da biblioteca e do bibliotecário e Golay (2000) aponta inclusivamente alguns exemplos de documentos sujeitos a censura.

Além da censura no acesso à informação existem outras limitações que podem condicionar o acesso às colecções.

A limitação do horário e do tempo de acesso à biblioteca continua a ser um impedimento para a utilização da mesma, tal como o espaço destinado à consulta e leitura de presença a que nem todos os reclusos podem aceder (Chacón Alvarado, 1993).

As barreiras de acesso às colecções poderiam agrupar-se nas seguintes categorias referidas por Pérez Pulido (1997) e Singer (2000):

- ↳ Físicas (limitações de horário de abertura, de política de segurança de sobreposição com outras actividades; limitações em termos de espaço pela ausência ou inadequação do mesmo); na maioria dos estabelecimentos é exigida ao recluso a inscrição prévia para ir à biblioteca e esta ida é sempre acompanhada de segurança. Em alguns estabelecimentos pode acontecer que o recluso seja obrigado a escolher entre ir ao ginásio ou à biblioteca;
- ↳ Educacionais (limitações devido ao elevado grau de analfabetismo dos reclusos);
- ↳ Psicológicas (limitações que poderão surgir no relacionamento entre o bibliotecário e os reclusos devido a situações de pressão do próprio EP para as quais o bibliotecário deverá manter ruma posição neutral);
- ↳ Tecnológicas (limitações na utilização das TIC).

Grande parte dos estabelecimentos prisionais promovem já o acesso directo ao livro (Guidez, 2000 ; Lieber e Chavigny, 2005). O acesso directo é previamente solicitado aos guardas prisionais. O sistema de lista, sistema de acesso indirecto ao livro, que prevaleceu durante largo tempo nos EP, continua a ser utilizado em alguns estabelecimentos. Pelos locais de alojamento dos reclusos, circula uma lista e um carro

com alguns livros como complemento da lista. Os reclusos podem seleccionar da lista os títulos desejados. No entanto como aponta Fabiani (1997:62), “el sistema de la lista reduce el número de lectores potenciales y tiende a disuadir a aquellos que han manifestado un interés”. Por outro lado este sistema poderá ser válido e útil por ser o único acessível a reclusos aos quais, por razões de segurança, não é permitida a deslocação à biblioteca.

### **3.4.7. Os utilizadores**

Toda a população integrada no estabelecimento prisional (reclusos, administradores, pessoal técnico e de segurança) constitui uma comunidade à qual a biblioteca deve dar resposta. Sulé Duesa (2005) identifica ainda um outro grupo de utilizadores: os familiares e visitantes dos reclusos.

“The library’s mission would broaden from serving inmates to serving the information needs of all people who struggle each day with the enormity of the tasks before them, whether it is an inmate attempting to adapt to societal norms or the staff member who is aiding him to do so. If the library can be a place where inmates of different faiths explore issues through discussions of religious values (Vogel 1999), perhaps the library can be a place where similar discussions take place among staff members of different backgrounds as well, particularly with the growing presence of specialists from outside of traditional corrections.”

(Stearns, 2004:71)

Para este autor as bibliotecas devem ampliar os seus serviços que normalmente estão direccionados apenas para a população reclusa e caminhar para o desenvolvimento de serviços e colecções que sirvam as necessidades de toda a população do EP, estabelecendo assim uma relação de dependência e facilitando a comunicação com os outros serviços que fará aumentar o grau de importância e de pertinência da existência de uma biblioteca no interior de um EP, opinião partilhada por Traserra Coderech et al. (1997).

Contrariamente Garcia Pérez (2001) e Singer (2000), sugerem que a biblioteca é primeiramente dirigida à população reclusa relegando para segundo plano o seu papel no que diz respeito ao resto da população do EP.

A população prisional caracteriza-se na sua maioria por pessoas com um nível académico baixo e com alguma instabilidade ao nível intelectual e psicológico, com necessidades especiais que o bibliotecário deve ter sempre em conta de acordo com o que refere Singer (2000:12): “all decisions from material selection to personal demeanor must be predicated upon a constant awareness of the unique character of the prison population”.

Sobre as necessidades e percepções dos utilizadores, hábitos de leitura e relação com a biblioteca salientam-se ainda os trabalhos de Pérez Pulido (2001 e 2002) que incidem

sobre as perspectivas dos reclusos no estabelecimento prisional de Badajoz ou de Reijnders (1996) sobre os serviços e colecções disponibilizadas aos reclusos estrangeiros na Holanda.

Em Portugal, o estudo realizado por Afonso (2000) procura esclarecer perspectivas no que diz respeito aos hábitos de leitura dos reclusos, a partir do ponto de vista dos mesmos.

### **3.4.8. As actividades de dinamização e a relação com o ensino**

O espaço da biblioteca apresenta-se como a base sobre a qual são desenvolvidas as outras actividades culturais realizadas no estabelecimento, não só aquelas relacionadas directamente com as bibliotecas mas todas as outras que possam resultar dos objectivos de dinamização cultural propostos pelo estabelecimento como sugerem Lieber e Chavigny (2005:9): “la bibliothèqe est un espace fondamental dont l’activité s’inscrit dans l’ensemble des propositions socio-éducatives offertes aux détenus”.

Sobre actividades de dinamização existem vários trabalhos que merecem ser destacados: Castell Padilla (2004) que descreve duas actividades de dinamização em concreto ou Schneider (1996), Reese (2003) e Wilkinson (2005) que exemplificam através de várias actividades de dinamização de leitura, a importância da biblioteca na reabilitação do recluso.

A libertação do bibliotecário das tarefas técnicas e a apetência da biblioteca, pelas suas características inerentes de espaço dinamizador de actividades culturais dedicado por excelência à leitura, fazem com que seja o espaço preferencial para a realização de grande parte dos projectos culturais muitas vezes dedicados à leitura e à escrita, como por exemplo actividades de criação ou ateliês regulares para os reclusos reportados à escrita e à leitura, muitos deles dedicados à poesia e à reflexão filosófica, encontros com autores, actividades de animação relacionadas com eventos locais ou nacionais e internacionais (festas do livro, exposições bibliográficas sobre determinados temas), mas também a outras actividades artísticas como sessões de espectáculo de música, teatro ou cinema, exposições de artes plásticas ou de fotografia com os reclusos e até mesmo com a participação dos familiares dos mesmos.

“...programas de actividad cultural incluyendo trabajos de escritura recreativa, programas radiofónicos, exhibiciones temáticas o servicios multiculturales y multilingüísticos, además de proyectos conjuntos con los familiares de los reclusos. La oportunidad de mejorar servicios permite la creación de comités o grupos de usuarios para la consulta en la organización o provisión de los mismos”.

(Pérez Pulido, 1997:43)



Lieber e Chavigny (2005) sugerem que a relação com a comunidade local e a consciência do meio envolvente ao EP deve ser realçada, procurando sempre que a programação das actividades culturais realizadas na biblioteca seja definida em consonância com o calendário cultural local.

Nos estabelecimentos penitenciários da Catalunha as actividades de dinamização são diversas, estabelecem-se contacto com entidades culturais exteriores mais próximas aos estabelecimentos e com livrarias e organizam-se saídas programadas de reclusos a feiras do livros e outros eventos culturais. Por outro lado realizam-se também exposições das mais variadas temáticas, desde biografias, novidades na biblioteca, etc. concursos literários, clubes de leitura, entre outras. Traserra Coderech et al. (1997) refere a possível existência de constrangimentos na articulação entre estas e as actividades propostas pelo estabelecimento prisional nas quais os reclusos devem participar. Para tal, sugerem a integração das mesmas nos programas formativos do estabelecimento prisional.

As actividades podem agrupar-se em duas categorias: as *actividades de participación* que implicam a participação efectiva dos utilizadores da biblioteca como sejam os clubes de leitura ou os concursos literários e as *actividades de animación interna* organizadas pela biblioteca em que não é necessária a participação dos utilizadores, como por exemplo, as exposições temáticas (Traserra Coderech et al., 1997). Ambas têm como objectivo final a difusão da biblioteca junto dos reclusos e é por isso que se torna tão importante o estabelecimento de relações de proximidade com o ensino exercido no estabelecimento como fundamenta Traserra Coderech et al. (1997:48):

“Para ello participa en las distintas actividades educativas y se coordina con los diferentes profesionales del centro. Es importante tener en cuenta esta actividad integradora ya que un proceso aislado daría lugar a un trabajo incompleto. De esta forma creemos que las bibliotecas de prisiones, incluso con sus limitaciones, son una pieza clave del proceso educativo y lúdico, siendo su fin último la rehabilitación y la reinserción del interno-usuario”.

Na biblioteca do EP a necessidade de criar e formar novos leitores conduz à planificação e realização de actividades de animação do livro e da leitura. Nos utilizadores sem hábitos de leitura, a orientação dada pelo bibliotecário é essencial, indicando quais as fontes de informação disponíveis, como utilizá-las, qual a melhor forma de iniciar a leitura de acordo com as suas características e necessidades. Para além disso a possibilidade dos reclusos aprofundarem os seus estudos cria necessidades de consulta de diferentes materiais de âmbito escolar o que dá à biblioteca uma função de *biblioteca escolar* (Traserra Coderech et al., 1997). Para além de estimular a participação de novos leitores na biblioteca, a realização de actividades de dinamização pode ter também como consequência directa o desenvolvimento das colecções através da aquisição de fundos correspondentes a essas actividades como sugerem Lieber e Chavigny (2005:26):

“De manière interactive, les activités artistiques ont toujours une conséquence et un prolongement directs sur le développement de la bibliothèque par l’acquisition de fonds d’ouvrages thématiques correspondant à ces activités. La bibliothèque joue ici un rôle essentiel de centre de ressources”.

Nesta relação com o ensino, sugere-se uma biblioteca independente organicamente dos serviços que tutelam a educação e dos programas educativos definidos para o EP. Não obstante, não deixa de ser um dos seus principais objectivos auxiliar “a los procesos educativos en cuanto que alfabetiza para el empleo, constituye un soporte para la educación abierta y supone un recurso para el auto-aprendizaje” (Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004:2). Pela sua proximidade de objectivos e até mesmo geográfica no seio do EP, a colaboração regular entre os dois serviços seria uma mais-valia, o que nem sempre acontece. Segundo Lieber e Chavigny (2005:25) a biblioteca continua a ter uma imagem de espaço cultural e não de centro de recursos:

“...reste un obstacle majeur au développement d’actions concertées de prévention de l’illettrisme, de préparation à la vie professionnelle ou d’éducation à la santé. La bibliothèque est du reste trop souvent perçue comme un lieu culturel, dédié au loisir et à la détente, au détriment de sa fonction de centre de ressources documentaires”.

Por um lado, os professores ou outros responsáveis pela educação não se associam aos projectos culturais realizados pela biblioteca e, por outro, também não recorrem a ela como um serviço com recursos informativos que pode ser um instrumento útil e valioso para uma intervenção regular nos seus projectos educativos, recorrendo muitas vezes à sua própria biblioteca.

### **3.4.9. A colaboração com as instituições exteriores**

A colaboração com instituições exteriores ao EP é realizada maioritariamente com a biblioteca pública local da área de implantação do EP. A referência ao estabelecimento de relações com a biblioteca pública local vem mencionada não só nos procedimentos abordados no ponto 3.2. deste trabalho mas também em legislação e outras recomendações legais, nomeadamente no relatório sobre educação na prisão contemplado na *Recommendation (89) 12* já mencionada anteriormente. “...it is also advisable that this person be either an employee of the public library service or has very close links with that service, so that the prison library is integrated as far as possible with the public library service” (Council of Europe, 1990:35). Para Sulé Duesa (2005) esta colaboração tem 2 objectivos: o melhoramento de serviços e a redução dos custos.

Realizada de forma sistemática com protocolos previamente definidos ou de forma irregular e voluntarista, esta colaboração, que se pode estender a outras bibliotecas (universitárias, especializadas, etc.) ou outras instituições, pode trazer diversos benefícios às bibliotecas dos EP (Lehmann, 2003):

- ↳ Empréstimo interbibliotecário;
- ↳ O acesso a catálogos colectivos e bases de dados bibliográficas que permitissem o intercâmbio de registos bibliográficos;
- ↳ Apoio à formação em TIC, dos recursos humanos das bibliotecas dos EP;
- ↳ Publicações conjuntas;
- ↳ Apoio em programas realizados pelas bibliotecas dos EP e em actividades de animação por estas concebidas;
- ↳ Doação de livros e outros materiais para enriquecimento das bibliotecas dos EP.

A colaboração voluntarista, apesar dos benefícios, é uma forma que rapidamente se esgota quando os contratemplos no desempenho das funções daqueles que são voluntários começam a surgir. É necessário que o estabelecimento de colaborações seja definido através de protocolos formais entre as instituições como aponta Calvo (1997:60):

“Sin embargo hay un fallo en esta forma voluntarista de actuar. Las colaboraciones que se asientan en el interés profesional de algunas personas no están respaldadas por disposiciones y acuerdos formales entre instituciones, se acaban agotando...Para que un trabajo conjunto como puede ser el de la biblioteca pública y la prisión marque un surco profundo e imborrable hacen falta las dos cosas: el entusiasmo de las personas implicadas y el apoyo de las instituciones”.

As possibilidades de colaboração entre as bibliotecas de estabelecimentos prisionais e as bibliotecas públicas locais são um tema abordado com alguma frequência na literatura. Destacam-se as experiências retratadas nos trabalhos de Barlotti (2003) sobre um protocolo estabelecido entre as instituições que tutelam a Justiça e a Cultura em Ravenna, Carolis (2000) que apresenta uma visão mais ampla dos serviços bibliotecários em Itália e Kings (2004) que relata a experiência do projecto *Big Book Share* em Nottingham.

Calixto (2000) no seu trabalho sobre as bibliotecas públicas em Portugal, refere questões relacionadas com a colaboração e serviços que as bibliotecas públicas podem prestar aos reclusos.

Esta colaboração pode trazer benefícios não só às bibliotecas e aos reclusos mas também aos bibliotecários que nelas exercem a sua profissão. Mantendo contactos regulares com as bibliotecas exteriores aos EP, os bibliotecários combatem a situação de isolamento profissional, já referida neste capítulo, em que por vezes se encontram, estabelecendo através desta colaboração meios para que possam actualizar conhecimentos e contactos na sua área profissional.

As vantagens no estabelecimento destes protocolos são também mencionadas em *Prison libraries: Prison Service Order: order number 6710*, que regulamenta a prestação destes

serviços no Reino Unido. Entre outras vantagens, através da rede de bibliotecas públicas podem-se satisfazer com maior eficácia as necessidades de leitura e de informação dos reclusos e dos programas educativos desenvolvidos nos EP através de colecções que contemplam diferentes materiais e que são regularmente actualizadas (Prison Service, 2000).

O levantamento e revisão da literatura realizados tiveram como principal objectivo dar a conhecer as diferentes perspectivas e abordagens sobre o tema das bibliotecas de estabelecimentos prisionais, nas suas mais variadas vertentes – gestão e financiamento, espaços e equipamentos, recursos humanos e utilizadores, serviços e colecções, acessibilidade e difusão entre outras, enquadrando e fundamentando o tema e a interpretação dos resultados. Acrescentam-se as actividades de dinamização e a colaboração com instituições exteriores ao estabelecimento.

Procurou-se apresentar os vários factores que influenciam a forma de organizar e gerir uma biblioteca. Nesta área apontam-se como obras de referência dois manuais de autores norte-americanos, *Libraries inside : a practical guide for prison librarians* de Rubin e Suvak (1995) e *Down for the count : a prison library handbook* de Vogel (1995) e as orientações propostas pela IFLA, ALA e LA, que abordam as vertentes já mencionadas.

Considerados essenciais, estes factores serviram de base para a estrutura apresentada neste capítulo da revisão da literatura.

De igual forma abrangentes e contextualizadores deste capítulo e do projecto de investigação salientam-se os estudos levados a cabo por Curry (2003) no Canadá, que recolhe dados sobre os recursos humanos, os utilizadores, financiamento, colecções documentais, entre outros aspectos, nas bibliotecas dos estabelecimentos prisionais, por Lieber e Chavigny (2005), com um estudo que procura fazer uma avaliação dos resultados do acordo estabelecido entre o ministério da Justiça e o ministério da Cultura, para os serviços bibliotecários nos estabelecimentos prisionais em França e por Sulé Duesa (2005) sobre os serviços bibliotecários nos estabelecimentos prisionais na Catalunha.

## **4. Os estabelecimentos prisionais em Portugal e as suas bibliotecas**

*“Talk about rehabilitation...if there´s no library and no way to learn and to see the wonderful horizons outside...then rehabilitation becomes a joke”.*

(Schneider, 1996:48)

### **4.1. Introdução**

No que respeita à ocupação dos tempos livres nos estabelecimentos prisionais, apesar de sucessivas actualizações e alterações na legislação, é ainda actual o Decreto-Lei n.º 265/79. Para além de reafirmar a noção de preocupação com a execução de medidas preventivas que tenham como objectivo a reintegração do recluso na sociedade, define no artigo 4º, n.º 2 que o recluso “deve ter direito a um trabalho remunerado, aos benefícios da segurança social assim como, na medida do possível, ao acesso à cultura e ao desenvolvimento integral da sua personalidade”. Todavia, para que estes objectivos se concretizem, segundo o *Relatório do Sistema Prisional* do Provedor de Justiça de 1996, “torna-se indispensável, por isso mesmo, que o estabelecimento prisional seja dotado de condições materiais, morais e humanas que permitam prosseguir esse desiderato.” No seguimento desta ideia, o mesmo Decreto-Lei define no seu artigo 83º que “devem ser organizadas nos estabelecimentos, actividades culturais, recreativas e desportivas a fim de assegurar o bem-estar físico e mental do recluso e desenvolver as suas faculdades em ordem à reinserção social” e no seu artigo 84º, que “em todos os estabelecimentos é organizada uma biblioteca para uso dos reclusos”. No que respeita à concretização desta medida, a partir dos anos 80 do século XX, pouco se conhece sobre as primeiras bibliotecas a serem instaladas, onde e em que condições.

A partir dos *Relatórios sobre o Sistema Prisional*, de 1996, 1998 e 2003, elaborados pela Provedoria de Justiça, são fornecidos alguns dados que permitem traçar o panorama actual da biblioteca de estabelecimento prisional, em Portugal. Embora todos os EP tenham garantido aos reclusos o disposto no artigo 84º do Decreto-Lei n.º 265/79, não se pode considerar que os serviços e espaços que alguns estabelecimentos têm para as suas bibliotecas o sejam realmente.

Algumas bibliotecas procuram colmatar as suas insuficiências com a celebração de protocolos, designadamente com as bibliotecas municipais ou com a DGLB.

Estes relatórios apontam ainda para a insuficiência das colecções. São caracterizadas na sua maioria por monografias e periódicos, desta última categoria, apenas tendo disponível imprensa local, publicações de cariz religioso e jornais de outros EP. Muitos

estabelecimentos não recebem quaisquer jornais de âmbito nacional (não desportivos) ou revistas de âmbito genérico. Por outro lado, importa também referir que o aumento progressivo dos fundos documentais referido pelos relatórios de actividades da DGSP não implicou necessariamente a sua efectiva actualização e adequação e não existe a preocupação com a aquisição de livros e jornais estrangeiros.

No *Relatório do Sistema Prisional* de 1998 é mencionada uma utilização efectiva da biblioteca reduzida com média de 10% e um máximo de 30% em alguns EP.

Outro aspecto importante, para além das instalações e das colecções, é o horário de funcionamento da biblioteca. Na sua maioria funcionam com o horário normal de expediente o que impossibilita o acesso à biblioteca por parte de reclusos com actividades laborais ou outras, apesar da existência do sistema de empréstimo/requisição.

“Vê-se, assim, que o problema do nosso sistema prisional nunca foi – como continua a não ser hoje, no essencial – um problema de má legislação ou falta dela, antes consiste num problema de falta de visão global da estratégia adequada à execução das leis elaboradas (falta de vontade política e administrativa, falta de organização e de gestão, falta de meios humanos, técnicos e financeiros e, também, falta de empenhamento da própria sociedade no seu conjunto)”.

(CEDERSP, 2004:25)

## **4.2. Breve apresentação de instrumentos normativos internacionais e de legislação nacional**

As *Standard Minimum Rules for the Treatment of Prisoners* adoptadas pelo *Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes*, realizado em Genebra em 1955, foram o primeiro instrumento regulador de âmbito internacional para o tratamento dos reclusos. Não descrevendo um modelo de sistema penitenciário a adoptar, estas normas apenas tinham como objectivo estabelecer princípios e regras de uma boa organização penitenciária e de tratamento dos reclusos.

Estas recomendações foram actualizadas, para o contexto europeu, através de outros instrumentos normativos como é o caso da *Resolution (73) 5*, de 19 de Janeiro e da *Recommendation (87) 3*, de 12 de Fevereiro, que estabelece as *European prison rules*, elaboradas para se adequarem às alterações entretanto surgidas no âmbito do tratamento dos reclusos e da administração dos estabelecimentos prisionais e que definem “um conjunto de objectivos e princípios basilares sobre várias matérias e promovendo a sua implementação progressiva em todos os Estados-membros” (Santos, 2003:67).

As *European prison rules* foram objecto de uma revisão a partir de 2003 pelo *Council for Penological Cooperation*, surgindo uma versão actualizada com a *Recommendation (2006) 2*, de 11 de Janeiro que sugere, à semelhança das versões anteriores, a criação de uma biblioteca em todos os estabelecimentos:

“Every institution shall have a library for the use of all categories of prisoners, adequately stocked with a wide range of both recreational and instructional books, and prisoners shall be encouraged to make full use of it. Wherever possible the prison library should be organised in co-operation with community library services”.

Para além destes principais instrumentos reguladores, o Conselho da Europa tem dado uma especial atenção aos sistemas prisionais e à reinserção social dos reclusos, nos Estados-membros, revelada através da elaboração de várias resoluções e recomendações sobre matérias específicas, das quais importa destacar a *Recommendation (89) 12*, referida no capítulo anterior, que versa sobre a educação na prisão, e na qual é incluída referência às bibliotecas dos estabelecimentos prisionais.

Em Portugal, Santos (2003) identifica, desde o século XIX, três grandes períodos em que existiu actividade legislativa no regime jurídico de execução de pena de prisão e os mecanismos existentes para a reinserção social. Da Constituição de 1822 até à Reforma Prisional de 1936, desde a Reforma Prisional de 1936 até à Constituição da República de 1976 e, desde a Constituição da República de 1976 até à actualidade.

Da actividade legislativa destes três períodos destaca-se O *Regulamento das cadeias civis do continente e ilhas adjacentes*, de 21 de Setembro de 1901, que refere desde logo no seu Preâmbulo a criação de bibliotecas nos estabelecimentos: “espaços de leitura (associados ao ensino) a serem utilizados nos intervalos dos officios” (Eiras, 2007).

No terceiro período referenciado, destaca-se o Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, que tem como objectivo a reforma do sistema prisional em Portugal e que faz uma breve referência à obrigatoriedade da existência de uma biblioteca em cada estabelecimento prisional.

Em 1915, através da Lei n.º 428, de 13 de Setembro, organiza-se o serviço de administração e inspecção comum e geral de todos os estabelecimentos prisionais para maiores, a fim de orientar o sistema prisional e respectivos serviços. Com a designação de Direcção-Geral, esta instituição permanece até à actualidade com competências na área dos assuntos prisionais.

Em 2007 procedeu-se à reestruturação da DGSP e a sua orgânica foi estabelecida através do Decreto-lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, das Portarias n.ºs 516/2007 e 559/2007, de 30 de Abril e do Despacho n.º 10 505/2007.

A DGSP é um órgão auxiliar de administração judiciária tutelado pelo Ministério da Justiça. Actualmente, para a área do tratamento penitenciário foi adoptado um modelo de estrutura matricial dos serviços internos, agrupada por centros de competência, entre os quais importa destacar os Centros de Competências para a Educação e Dinamização Sócio-Cultural e Desportiva, para o Ensino e Formação Profissional e para Apoio à Reintegração Social que substitui a anterior Direcção de Serviços de Educação, Ensino, Formação Profissional e de Apoio à Reintegração Social de Reclusos. Para o primeiro interessa destacar a área de intervenção de promoção do acesso e da participação em programas e actividades de carácter sociocultural e desportivo e da coordenação dos recursos humanos para as equipas de educação a afectar aos estabelecimentos prisionais.

Os estabelecimentos prisionais, na directa dependência da DGSP, podem ser agrupados em função do tipo de reclusos, da classificação de segurança e do grau de autonomia. Em função do tipo de reclusos, os estabelecimentos são definidos em estabelecimentos centrais (para reclusos com medidas privativas de liberdade superiores a 6 meses), estabelecimentos regionais (para reclusos preventivos ou condenados a penas não superiores a 6 meses), estabelecimentos especiais (para tratamento de reclusos com necessidade de tratamento específico, ou seja, jovens adultos entre os 16 e os 25 anos de idade, para mulheres, hospitais prisionais e hospitais psiquiátricos prisionais). Os estabelecimentos prisionais podem também ser agrupados em função da classificação de segurança. Assim, existem estabelecimentos de Segurança Máxima, Fechados, Abertos e Mistos. Relativamente ao grau de autonomia os estabelecimentos centrais e especiais têm autonomia administrativa enquanto que os estabelecimentos regionais e cadeias de apoio estão directamente dependentes dos serviços centrais da DGSP.

Em Portugal, os estabelecimentos prisionais estão organizados em 4 distritos judiciais, Porto, Coimbra, Évora e Lisboa, este último que compreende também os estabelecimentos prisionais das Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

### **4.3. A biblioteca no estabelecimento prisional**

O Decreto-Lei n.º 265/79 obriga à instalação e organização de uma biblioteca integrada na valência de actividades desportivas e socioculturais de cada estabelecimento prisional. Nos vários relatórios consultados, da DGSP e da Provedoria de Justiça, é sempre feita menção à importância da biblioteca e do livro e ao papel que podem desempenhar na diminuição dos níveis de iliteracia da população prisional. O artigo 84º, já referido, é composto por 5 alíneas: “1 – Em todos os estabelecimentos é organizada



uma biblioteca para uso dos reclusos. 2 – A biblioteca deve ser constituída por livros, revistas e jornais, em número suficiente para respeitar a liberdade de escolha do recluso. 3 – O acesso do recluso às publicações existentes na biblioteca deve ser estimulado. 4 – A selecção das publicações compete à comissão referida no n.º 4 do artigo anterior e deve ter em vista a valorização dos conhecimentos do recluso, o desenvolvimento da sua capacidade crítica, bem como finalidades recreativas. 5 – Sempre que a isso não se oponham os fins de execução, pode autorizar-se o recluso a participar na gestão do serviço da biblioteca, no seu funcionamento e na difusão de livros, revistas e jornais relativamente a outros reclusos”. A comissão a que o n.º 4 faz referência é uma comissão constituída com o fim de orientar as actividades culturais, recreativas e desportivas no estabelecimento.

“Tendo em conta os índices de iliteracia da população prisional e considerando que um dos principais instrumentos de acesso à cultura é o livro por permitir o conhecimento e aperfeiçoamento da língua portuguesa, dinamização das bibliotecas – aumento do espólio, diversificação e renovação – foi uma das áreas de intervenção privilegiada”.

(DGSP, 2006:35)

Apesar do realce atribuído pelas próprias instituições governamentais nunca foram definidas as características desse mesmo serviço, nem os critérios no que diz respeito ao seu funcionamento, ao espaço, às colecções ou à utilização do mesmo pelos reclusos.

O trabalho de campo realizado durante o projecto de investigação revelou também que existe, por parte dos entrevistados, um desconhecimento das linhas orientadoras internacionalmente reconhecidas para a organização e funcionamento das bibliotecas em estabelecimentos prisionais, situação comum a diferentes países. O estudo de Curry (2003), realizado no Canadá, aponta para um desinteresse e desconhecimento por parte dos técnicos na aplicação de procedimentos orientadores, em que apenas 5 dos 37 estabelecimentos analisados conheciam as normas da ALA, IFLA ou LA, opinião também revelada por alguns entrevistados:

*“Sinceramente, não. Não vejo isso como algo de muito necessário que os livros estejam divididos, estejam registados, que saibam quem está a ler o quê, que tenham um tempo, caso seja um livro muito requisitado, tenhamos algum tempo previsto para cada leitor.”*

(EP-B1)

Os resultados da investigação sugerem ainda que a organização das bibliotecas nos EP portugueses é incipiente e baseada no senso comum dos técnicos e dos reclusos que nelas trabalham.

*“A gestão que nós temos aqui da biblioteca e como observou é uma gestão em termos de catalogação, de arrumação é muito incipiente porque nunca tivemos nenhum recluso, eventualmente com formação nessa área, porque isso a haver normalmente essas coisas são potenciadas, e no staff institucional não temos. Agora, naturalmente que havendo regras, mas o que eu estou a dizer em relação à biblioteca dos reclusos digo em relação por exemplo ao arquivo do estabelecimento prisional, temos exactamente o mesmo problema,*

*temos grandes dificuldades a esse nível, não sabemos fazer e o não saber fazer leva ao imprevisto de uma forma que se tenta com algum bom senso, mas que não é assente em regras de modo que isto seja assim é assim, independentemente da perspectiva de quem está neste momento a organizar ache.”*

(EP-B4)

Porém, a aplicação de normas e procedimentos biblioteconómicos é considerada importante e vantajosa tal como sugere Curry (2003:150):

*“might provide a public relations base and management advice to help prison librarians formalize their institutional roles, develop collection and policies, manage censorship and access issues, and better articulate how their libraries support the goals and objectives of the prison as a whole”.*

Os entrevistados sugerem também que a biblioteca do EP deve estar organizada e estruturada de forma semelhante às bibliotecas do exterior, criando e incentivando hábitos de leitura e consulta nos reclusos não só no interior do EP mas também após a sua saída:

*“Isso é um aspecto muito importante, acho que sim até porque haveria aqui na organização um maior rigor e uma extrapolação para o exterior e uma aproximação ou uma equivalência aquilo que se faz no exterior que é importante, porque aquilo que também se pretende aos diferentes níveis e também dentro das possibilidades é que a realidade interna seja igual à realidade externa naquilo que pode ser, de forma a que a pessoa saia daqui em relação a este assunto ou outro e que esteja preparada que o mesmo assunto funcione da mesma forma no outro sítio, essa questão é uma questão efectivamente pertinente deveria ser assim.”*

(EP-B4)

A construção de hábitos de leitura poderá também condicionar a sua posição na família e na sociedade como “conselheiros e incentivadores da leitura aos seus próprios filhos, parentes, companheiros de trabalho, etc.” (Afonso, 2000:133).

A investigação sugere também que a biblioteca é vista como parte integrante do programa de reabilitação do EP. A forma como a mesma pode contribuir para a reinserção do recluso e os benefícios que lhes pode trazer, deve ser vista no todo, como parte integrante dos instrumentos e programas disponibilizados no estabelecimento, sendo que o principal benefício que a biblioteca pode trazer aos reclusos é a construção de uma progressiva familiarização com a biblioteca, com a leitura e a aquisição de conhecimentos, que permaneça após a reentrada do recluso na sociedade à semelhança do que sugere Stearns (2004). Uma vertente de apoio à aprendizagem dos reclusos sobre a biblioteca e como utilizá-la, preparando o recluso para a sua saída e a sua utilização no exterior do estabelecimento.

*“Eu penso que isto resume um pouco esta nossa teoria aqui dos estabelecimentos, particularmente neste em que trabalho, que é assim, às reclusas e aos reclusos é nossa obrigação enquanto técnicos, e eu considero-me técnica, dar oportunidades aos reclusos de conhecer o que existe para além da vida que tiveram e portanto dar-lhes a possibilidade de lhes dizer “meus senhores, têm aqui esta ferramenta” e isso é a nível da sua formação pessoal e profissional. De forma que isso está ligado obviamente à biblioteca, tem que estar.*

*A biblioteca é onde pode e tem que existir um meio, se a pessoa quiser, de ir à procura, de estar. (...) A biblioteca pode ter esse papel, deve ter, que não é só de um sítio onde nós temos livros e onde estão lá e para onde vão livros e de vez em quando lá se vai buscar alguns e requisitar. A biblioteca deve ser um espaço dinâmico onde eu possa ensinar a falar português, a consultar um livro, a consultar um periódico, portanto tem que ser um espaço dinâmico e é isso que nós tentamos fazer e, assim só pode e só contribui para a reinserção. (...) Deve ser um espaço de aprofundar os conhecimentos e obter novos conhecimentos e por isso deve ser dinâmico e só assim contribui parece-me, e só pode contribuir exactamente para a reinserção social e não só, e aumento da capacitação em termos de conhecimento daquele que procura e daquele que vai à biblioteca”.*

(EP-B2)

Relativamente às funções desenvolvidas nas bibliotecas nos EP são referenciadas as áreas do lazer, da informação e de apoio ao ensino e à formação profissional, entre outras. Por várias condicionantes (financeiras, humanas, de espaço, de acesso e segurança, de tipologia de estabelecimento e de população prisional) são escassas as bibliotecas que conseguem cumprir todas as funções inerentes a estes campos de actuação (Lehmann, 2000b). Nos diferentes estabelecimentos estudados, a área de maior importância é do lazer e entretenimento. A título de exemplo, refira-se os estabelecimentos junto da Polícia Judiciária, com reclusos sujeitos a uma grande mobilidade, em que as funções mais desenvolvidas são aquelas relacionadas com o lazer. A investigação sugere que a biblioteca funciona como um “centro de entretenimento” e “pólo dinamizador” de todas as actividades culturais, não só do livro e da leitura, realizadas no estabelecimento prisional (DGSP, 2007:47), em detrimento da perspectiva da biblioteca como centro de recursos, de apoio à educação formal e informal, de apoio jurídico, de apoio à área da saúde ou de apoio ao trabalho dos técnicos do EP. Para outros, são complementares as áreas do lazer e de apoio ao ensino e à formação profissional. A informação é uma área que acompanha as restantes e é muitas vezes preterida, quer pelos responsáveis, quer pelos próprios reclusos devido à existência de televisão no interior das camaratas e das celas em muitos estabelecimentos prisionais.

*“Eu acho que umas se complementam com as outras. Quando nós conseguimos por um aluno ou uma pessoa a ler um livro é importante porque há alguma coisa para aprender. Vai aprender a ler, a interpretar, vai aprender isso tudo. Vai alargar horizontes. Aqui pelas requisições que se faz é muito a nível de lazer. Eles ocupam o tempo lá dentro com os livros que vêm buscar à biblioteca. A nível de formação profissional só com indicação técnica. Não temos grandes requisições a esse nível. A nível do ensino sim. A biblioteca é um complemento da parte do ensino.”*

(EP-B5)

#### **4.4. Gestão e organização da biblioteca no estabelecimento prisional**

Organizadas segundo um modelo de funcionamento autónomo, as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais têm a sua coordenação atribuída ao Serviço de Educação e Ensino de cada estabelecimento.

De acordo com as opiniões dos entrevistados esta dependência dos Serviços de Educação e Ensino parece adequada. Consideram que não existe, na orgânica da DGSP, outro serviço que possa de forma mais eficaz desempenhar essa coordenação, pois os Serviços de Educação têm a responsabilidade de conhecer cada recluso de forma individualizada e por isso a coordenação da área da biblioteca faz sentido, garantindo a ligação com o projecto de ensino e das actividades culturais do estabelecimento. Por outro lado, a investigação demonstra também que essa dependência só é pertinente na estrutura actualmente existente. Num contexto de mudança a tutela da biblioteca poderia ser transferida para um outro serviço destinado exclusivamente às actividades culturais mas a sua autonomia não foi considerada por nenhum entrevistado como sugere a literatura (Pérez Pulido e Sulé Duesa, 2004).

*“Eu penso que a supervisão por parte dos serviços de educação e ensino, fazendo a ponte com os serviços centrais e dando autonomia aos reclusos, de acordo com os reclusos que também lá temos, eu penso que sim. Há actividades que eu acho que não faz sentido os serviços de educação estarem mas aqui acho que sim, até para haver e garantir a continuidade, para garantir a supervisão, para garantir a ponte. Acho que são os serviços indicados para o efeito. Nos serviços que temos acho que são os serviços indicados para o efeito. Agora se nós tivéssemos uma área de animação sociocultural a trabalhar aqui ou alguém formado em bibliotecas, aí se calhar seria diferente, agora dentro do organograma em que funcionamentos, acho que sim”.*

(EP-B4)

A coordenação dos Serviços de Educação e Ensino era desenvolvida em estreita articulação com a Direcção de Serviços de Educação, Ensino, Formação Profissional e de Apoio à Reintegração Social de Reclusos que tutelava a área do ensino e da biblioteca nos estabelecimentos prisionais, reorganizada em 2007 em Centros de Competências. Esta Direcção de Serviços era responsável pela recolha e tratamento de todos os dados relativos ao funcionamento e utilização das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais, segundo informação recolhida na realização das entrevistas. Para os entrevistados, esta Direcção de Serviços poderia consolidar o seu papel coordenador, de ligação e de uniformização de todas as bibliotecas dos EP:

*“Agora os serviços centrais, daquilo que eu acho, e isto não é justificação para nada, mas de alguma forma também faz aqui o enquadramento das coisas, os serviços centrais deveriam ser e neste caso nomeadamente a Direcção dos Serviços de Educação e Ensino e da Formação Profissional e de Apoio à Reinserção Social dos Reclusos, deveria ser a direcção de serviços que servisse aqui de trave mestra e de forte emissor para os estabelecimentos*

*prisionais, nomeadamente para os serviços de educação e ensino de com regularidade, formas de fazer, técnicas de assim, disto e daquilo melhores, formas de potenciar e tal, não o fazem. Há aqui graves problemas na emissão daquilo que os serviços centrais deveriam emitir para os serviços em termos gerais mas concretamente neste assunto de forma a normalizar determinados aspectos que deveriam estar normalizados, de forma também a servir de elemento enquadrador e formador dos técnicos e de os acompanhar e de ir tendo feedback em relação ao trabalho deles, isso não se faz, e aquilo que se sente, que eu sinto às vezes também que os técnicos verbalizam, estão entregues a si próprios, a direcção de serviços de educação e ensino só nos pede as estatísticas, quantas actividades recreativas, o movimento da biblioteca, quantos livros, quantos leitores, quantos livros requisitados, mas para além disto nada”.*

(EP-B4)

#### **4.4.1. Os recursos financeiros**

Apesar do investimento regular nos últimos anos, os escassos recursos financeiros destinados a esta área, continuam a ser uma questão problemática referenciada tanto nas fontes consultadas como nas entrevistas realizadas no âmbito deste estudo. As bibliotecas não são dotadas de orçamentos autónomos e em que estejam previstas participações para as diversas áreas que necessitam de desenvolvimento – a aquisição de equipamentos, mobiliário ou colecções ou a realização de actividades de dinamização. Os recursos financeiros são atribuídos ao estabelecimento prisional e geridos pela administração deste, e dos quais uma parte é destinada à biblioteca.

Dada a insuficiência dos mesmos, os recursos são maioritariamente destinados à actualização das colecções no que diz respeito às grandes novidades em termos de literatura, relegando para segundo plano a aquisição de outros recursos necessários, existindo por vezes períodos sem qualquer actualização e renovação das colecções (Provedoria de Justiça, 2003).

*“Nós temos pequenas verbas apenas para aquisição de livros. Todos os anos compramos alguns livros e compramos, são à volta de 400 euros mais um bocadinho, 660 euros não temos mais que isso. É manifestamente insuficiente e depois também no dia a dia quando queremos desenvolver actividades, o simples marcador, o retroprojector...Não temos computadores. Nada está informatizado, começámos agora a informatizar só a escola.”*

(EP-B3)

A revisão da literatura sugere que a biblioteca deve ser dotada de uma rubrica orçamental independente do restante orçamento do estabelecimento ou da instituição que tutela os estabelecimentos, a contemplar todas as áreas: mobiliário e outros equipamentos, colecções e assinaturas, empréstimo interbibliotecário e o acesso a bases de dados, salários e formação, apesar de que em muitos casos tal não acontece. O estudo realizado por Bowden (2003) às bibliotecas dos estabelecimentos prisionais nos EUA, demonstra que grande parte das bibliotecas não dispõe de um orçamento atribuído, sujeitando os seus pedidos à boa vontade da administração do estabelecimento prisional.

#### **4.4.2. Os espaços e serviços para os reclusos**

Os serviços de empréstimo e consulta local são os serviços regularmente prestados nas bibliotecas dos estabelecimentos prisionais. A consulta local de todos os materiais da biblioteca, incluindo aqueles em suporte multimédia e audiovisual, funciona apenas naquelas bibliotecas que dispõem de espaço para tal. As normas de utilização dos espaços diferem de estabelecimento para estabelecimento pois estão condicionadas pelas normas de segurança de cada um. O serviço de empréstimo abrange todos os livros disponíveis em livre acesso, com algumas exceções, nomeadamente obras de referência.

Por último, o serviço de extensão bibliotecária, de apoio à realização das actividades culturais no estabelecimento que existe, mais uma vez, quando o espaço assim o permite.

Os resultados da investigação não sugerem a existência estruturada de um serviço de referência, de informação e de orientação sobre como utilizar a biblioteca ou como pesquisar uma determinada informação ou de um serviço de empréstimo interbibliotecário (Burgos Oliván e Sulé Duesa, 2003), este último só realizado com as bibliotecas públicas locais e apenas por alguns estabelecimentos. O empréstimo entre bibliotecas de diferentes EP não existe. Quando existe mais do que uma biblioteca no mesmo estabelecimento prisional, casualmente poderá existir empréstimo entre as mesmas.

A inspecção realizada pela Provedoria de Justiça de 1996, verificou a inexistência de biblioteca em três estabelecimentos prisionais e o reduzido número de estabelecimentos prisionais com espaços exclusivamente utilizados para a biblioteca ou sala de leitura. Espaços pequenos, adaptados, espaços partilhados muitas vezes com os espaços de ensino principalmente nos estabelecimentos prisionais regionais ou a inexistência de qualquer espaço físico estando a biblioteca confinada a possuir “apenas um ou dois armários desorganizados e com poucos volumes, situados em lugares pouco apropriados, tais como corredores, gabinetes dos técnicos e gabinetes das chefias de ala” (Provedoria de Justiça, 1998:241), são as diversas realidades apontadas.

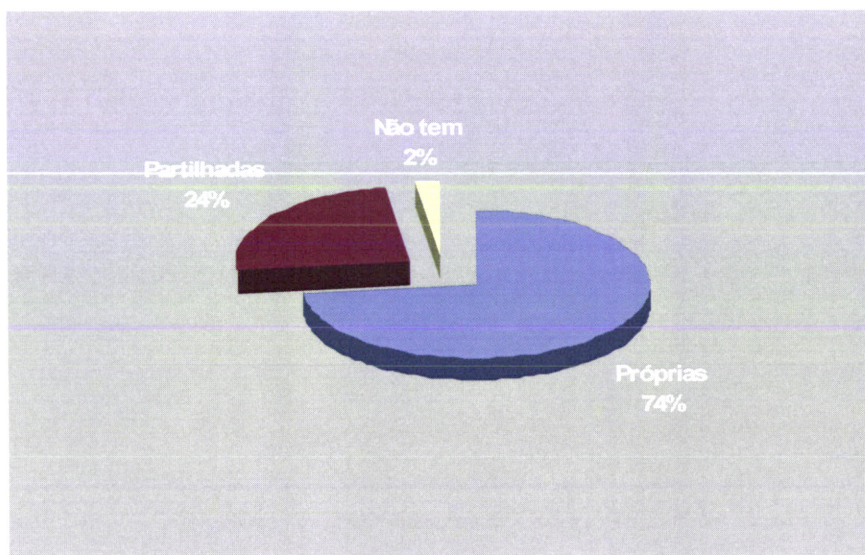
A inspecção de 1998 aponta que “de acordo com dados de Abril de 1997 da DGSP existiam salas próprias para biblioteca em 16 estabelecimentos e espaços adaptados em 36 estabelecimentos. Na presente inspecção verificou-se existirem salas próprias para biblioteca em 26 estabelecimentos e espaços adaptados em 29 estabelecimentos” (Provedoria de Justiça, 1998:241).

Dentro destes, as inspeções de 1996 e 1998 mencionam bibliotecas em locais tão diversos como gabinetes dos serviços de educação, salas de aulas, consultórios médicos, salas de trabalho ou no bar do pessoal de vigilância. Ocorrem ainda situações “em que a “biblioteca” do EP é apenas um armário no corredor, com aspecto pouco cuidado e com um acervo de livros assaz reduzido” (Provedoria de Justiça, 1998:241). Perante esta situação, que se mantém ao longo dos anos, a Provedoria de Justiça refere em 2003, que, sempre que seja necessária a existência de espaços partilhados, deve-se “evitar a junção de funções muito díspares ou contendendo com sectores sensíveis do Estabelecimento. Ilustração do que se deve evitar foi dada pelo EPR de (...), onde a biblioteca se encontrava instalada nos Serviços Clínicos, propiciando uma maior devassa destes ou, em alternativa uma maior rigidez no acesso àquela.” (Provedoria de Justiça, 2003:386).

Em 2003, o relatório da Provedoria de Justiça refere um acréscimo de 8 estabelecimentos com sala própria para biblioteca, face a 1998. Paralelamente, são apresentadas situações de extinção da biblioteca por falta de espaço ou de partilha de espaços em estabelecimentos recentemente renovados (Provedoria de Justiça, 2003).

No questionário exploratório enviado, a segunda questão estava relacionada com as instalações da biblioteca para a qual foram colocadas 3 opções de resposta – próprias, partilhadas e não tem. Para esta questão obtiveram-se as seguintes respostas:

**Quadro 2 - Instalações da biblioteca nos EP**



Em resposta à existência ou não de biblioteca no estabelecimento prisional (primeira questão), a resposta foi afirmativa em todos os questionários recebidos. Para a segunda questão, um dos estabelecimentos inquiridos respondeu que não dispunha de instalações

da biblioteca, 11 responderam que o espaço da biblioteca era partilhado e os restantes estabelecimentos dispunham de espaço próprio para a biblioteca.

Para além dos 6 estabelecimentos seleccionados para o projecto, foi possível visitar as bibliotecas de outros 2 estabelecimentos prisionais no decorrer da fase de trabalho de campo. Quer a partir da observação dos espaços quer a partir das reflexões dos entrevistados, são várias as questões que surgem quando o problema do espaço para a biblioteca é abordado – a localização da biblioteca, a presença de diferentes espaços destinados à biblioteca no estabelecimento prisional, as diversas utilizações do espaço (das quais se destaca a disponibilidade para leitura presencial) a luminosidade e decoração da sala e o mobiliário e equipamentos disponibilizados.

Com as condições físicas actualmente existentes nos estabelecimentos portugueses, os espaços para bibliotecas estudados são considerados suficientes pelos entrevistados. Existem estabelecimentos cuja biblioteca se encontra instalada perto da área destinada ao ensino, noutros a biblioteca encontra-se instalada nas zonas de alojamento (celas e camaratas) dos reclusos ou em zonas de recreio e de convívio, sendo esta última opção a menos frequente.

As normas da IFLA e da LA propõem que a biblioteca tenha uma localização central no interior do estabelecimento, preferencialmente junto da zona de ensino, com espaço suficiente para as actividades dos utilizadores, para o trabalho técnico e para armazenamento dos recursos (gabinetes técnicos, depósito, balcão de atendimento, estantes para todos os recursos, área das novidades, mesas e cadeiras para leitura presencial, área de TIC para uso dos reclusos, fotocopiadora e área para actividades em grupo). Mayol i Fernández (1991:23) refere que o local e o espaço da biblioteca é “uno de los problemas más complejos que presentan los centros penitenciarios”.

Dos estabelecimentos visitados nesta investigação, apenas 5 dispunham de espaço para consulta local e menos ainda dispunham de espaço suficiente para diferenciar áreas de recursos como sugerem Burgos Oliván e Sulé Duesa (2003): área destinada às actividades em grupo, área destinada aos livros, organizados por temáticas, área para as publicações periódicas, área de destaques e novidades e área de recursos multimédia, que, serve por vezes, simultaneamente para os utilizadores e para o trabalho técnico desenvolvido. Não dispõem de áreas separadas para trabalho técnico e depósito.

A localização da biblioteca numa área central próxima do ensino parece ser uma opção que merece alguma discordância por parte dos entrevistados pois torna mais difícil o acesso à biblioteca pela totalidade da população reclusa, sendo apenas de mais fácil acesso e estímulo para os reclusos que frequentam o ensino, já que usualmente as



medidas de segurança impostas obrigam a que os reclusos tenham que solicitar autorização aos guardas prisionais para se deslocarem das áreas de alojamento para a biblioteca.

*“Sim, acho que é melhor. Dentro de cada zona até por questões de segurança, as mulheres não podem sair do pavilhão a não ser que haja uma actividade programada e isso implique o envolvimento de grande número de vigilância. Portanto acho adequado, mais, acho que durante o fim-de-semana, por exemplo, e as nossas salas de leitura estão abertas ao fim-de-semana, penso que as pessoas que estão lá dentro mais facilmente, ao depararem com uma biblioteca, uma sala multiusos vão, estão e são capazes de agarrar um livro.”*

(EP-B3)

*“Sim, uma em cada ala é muito melhor. Eu acho que é muito melhor do que haver uma biblioteca central distanciada do preso. Assim, estando em cada ala o preso se quiser vai pelo seu próprio pé vai dentro da biblioteca. E mesmo que a motivação não seja muita só o facto de ir lá, faz com que ele tenha uma relação com o livro de maior proximidade.”*

(EP-B1)

Em França, para a resolução deste problema optou-se pela instalação em todos os estabelecimentos de uma biblioteca central que funcionará como depósito e para trabalho técnico ligada a pequenos espaços de leitura localizados nas diversas zonas de alojamento (Lieber e Chavigny, 2005), proporcionando a todos os reclusos um maior grau de liberdade na sua utilização.

Dado que as zonas de alojamento, de convívio e de ensino em grande parte dos estabelecimentos prisionais portugueses estão estruturadas em diferentes alas ou pavilhões tornou-se assim necessário por questões de segurança no que diz respeito à circulação dos reclusos, a existência de diferentes espaços para a biblioteca, pertinente apenas quando os espaços disponibilizados também são espaços de leitura e não meros depósitos de livros, mesmo assim nem todos os entrevistados concordam com a existência de espaços separados.

*“Não necessariamente. Acima de tudo queríamos era um espaço maior onde eles pudessem vir sem estas restrições, este dia é um piso, outro dia, outro piso. Hoje é para requisitar livros, de tarde é para utilizar a biblioteca.”*

(EP-B5)

Esta parcelização de espaços não significa a existência de uma biblioteca com diversos espaços mas sim diversas bibliotecas num mesmo estabelecimento que funcionam autonomamente. Num dos estabelecimentos visitados cada ala tem um técnico superior de reeducação responsável pela mesma e pela biblioteca aí localizada. Quando questionados sobre a existência ou não de relações entre as diferentes bibliotecas para actividades em conjunto, empréstimo e circulação de materiais, a resposta é negativa.

Outra questão abordada foi a existência de espaço e mobiliário destinado à consulta local. Tanto nos espaços adaptados e remodelados como nos espaços construídos de raiz, este é um factor nem sempre contemplado. Dos estabelecimentos visitados, 3 não

dispunham de espaço para leitura e consulta, um dos quais é um estabelecimento recente, construído de raiz, com espaço próprio para biblioteca mas para o qual não foi concebido espaço suficiente para consulta. De acordo com os responsáveis pelo estabelecimento, o espaço disponível, para além de não proporcionar a consulta local, não é suficiente para disponibilizar em estantes o total das colecções para que os reclusos possam visualizar. O mesmo acontece com as actividades de dinamização, quando não existe espaço suficiente, as mesmas são realizadas fora do espaço da biblioteca, limitando de certa forma a realização dos projectos e contribuindo para um maior desconhecimento e uma menor utilização e familiarização da biblioteca pelos reclusos.

*“Não, deveria ser muito maior. Porque nós quando temos projectos nunca podemos pensar em mais do que seis ou sete reclusos senão não é viável. A utilização da biblioteca devido ao espaço tem que ser sempre por pisos e nunca podemos deixar vir os reclusos no mesmo dia, é completamente impossível.”*

(EP-B5)

A utilização que se faz da biblioteca está assim condicionada pelo espaço existente. Dos estabelecimentos visitados encontram-se as mais diversas situações no que diz respeito à utilização da biblioteca. Existem bibliotecas que são utilizadas como meros depósitos de livros, outras que são utilizadas para consulta e estudo e ainda para a realização de actividades de dinamização do livro e da leitura, outras que acumulam com funções de sala multiusos, com uma diversidade de utilizações que ultrapassam aquelas próprias de uma biblioteca. Os espaços aptos para consulta, estudo e realização de actividades de dinamização, têm luminosidade natural e mobiliário que, embora não concebido especialmente para bibliotecas, procura proporcionar aos reclusos um espaço agradável e de convívio para os mesmos (sendo esta uma das principais preocupações manifestadas durante as entrevistas), com cadeiras e mesas para consulta, sofás e estantes onde os livros estão organizados por temáticas e, em alguns estabelecimentos, estantes para destaque de jornais e revistas. A organização do espaço é estimulada procurando sempre que o mesmo esteja decorado, muitas vezes com cartazes e pinturas realizadas pelos reclusos.

Quanto aos recursos materiais, poucos são os responsáveis que consideraram suficientes ou adequados os recursos existentes. Existem estabelecimentos em que os recursos materiais se resumem à existência de papel e caneta, dificultando a concretização de actividades de dinamização, outros estabelecimentos dispõem, para além de equipamento informático, por exemplo fotocopiadora, televisão, leitor VHS e DVD, sistema de som e retroprojector.

*“O computador acho que precisava de ser substituído por um computador mais rápido, mais funcional, mais adequado às funções que se destina, efectivamente vai fazendo, vai fazendo, é um bocadinho diferente, e acho que esse aspecto tem alguma importância. Depois a televisão, o leitor de DVD, os sofás acho que aquela parte está bem, acho que precisaríamos eventualmente de um ecrã mas de um ecrã para projectar, que eu acho que isso ia potenciar a visualização das coisas, mas vamos ter e acho que deveríamos, temos que começar a pensar agora em ter ali assim, se calhar coisas também mais interactivas, em termos de consulta, eventualmente para os reclusos, se calhar arranjar ali um espaço interactivo...”*

(EP-B4)

No que diz respeito à acessibilidade ao espaço, dependendo das medidas de segurança de cada estabelecimento, a localização da biblioteca pode ser um factor inibidor da utilização da mesma, como sugere Chacón Alvarado (1993). Quando a biblioteca é central ao estabelecimento e situada fora da zona de alojamento dos reclusos, normalmente o acesso é feito através de horários previamente definidos para cada ala, por razões de segurança. Quando o recluso deseja ir à biblioteca deve solicitar autorização à segurança de cada ala e tem um tempo determinado para lá estar. No caso das bibliotecas localizadas nas diferentes alas, o acesso à mesma é facilitado não exigindo procedimentos de segurança tão rigorosos, já que muitas vezes os reclusos só saem das zonas de alojamento quando existem actividades programadas. Este acesso à biblioteca implica a atribuição de mais recursos humanos para a segurança o que provavelmente influencia a decisão de instalar bibliotecas em todas as alas.

O reduzido horário de abertura das bibliotecas e o tempo que o recluso pode lá passar é um factor que pode desencorajar a utilização das mesmas (Chacón Alvarado, 1993; Wilkinson, 2005) apesar de que a investigação aponta para um esforço que é feito pelos responsáveis para proporcionar aos reclusos um horário mais abrangente da biblioteca:

*“Pode ser sempre feito mais alguma coisa. (...) Se tivéssemos mais disponibilidade de horário. Nós às vezes não temos disponibilidade. (...) Está estipulado por piso. Quando eu estou a dar aulas não posso estar a interromper para ir dar um livro a um recluso. Mas eles têm horas e têm horário disponível para a biblioteca. (...) Por isso é que nós temos períodos da manhã e períodos de tarde, para poder repartir. E já tem acontecido e é uma mensagem que eu lhes passo. Sempre que eu esteja cá e haja alguém com necessidade e não haja interferência com o trabalho do guarda, pois ele também tem que estar disponível, eles podem vir e, só mesmo se não for possível”.*

(EP-B5)

Eiras (2007), refere o reduzido horário de abertura das bibliotecas dos EP portugueses, muitas vezes inferior a 10 horas semanais. Liggett (1996), no estudo realizado às bibliotecas de Ohio, refere que estas têm um horário de funcionamento que varia entre 32 horas e 76 horas semanais. Na sua maioria, as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em Portugal, estão abertas durante o horário normal de trabalho, entre as 09.00h e as 17.00h:

“...omissão generalizada da existência de horário especial para os reclusos com ocupações laborais que tornem inviável o acesso nas horas normais de abertura. De facto, regista-se que a quase totalidade das bibliotecas apenas se encontra aberta, quando muito, até às 17h15 ou 17h30, sendo a norma a abertura durante os períodos das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 16h30”.

(Provedoria de Justiça, 2003:386)

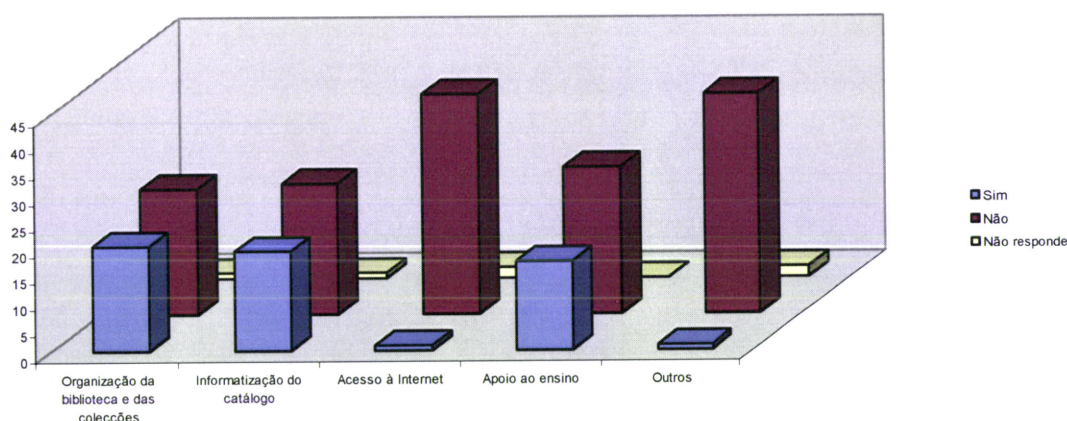
Para além dos reclusos com ocupações laborais existem também os reclusos que integram o ensino e a formação profissional. Na ausência de horários de abertura mais abrangentes que só funcionam em alguns estabelecimentos, por exemplo durante a semana após as 17.30h ou ao fim-de-semana, funciona o sistema de requisição através de catálogo que a Provedoria de Justiça (1998:242) aponta:

“não me parece ser totalmente eficaz para colmatar a ausência de horário de abertura específico para reclusos trabalhadores, quer porque o recluso pode não se encontrar no local onde a lista passa no momento em que ela aí está disponível, quer porque persiste sempre a necessidade de ir levantar os livros durante o período de abertura o qual o recluso está ocupado”.

#### 4.4.3. A utilização das tecnologias de informação e comunicação

A utilização de equipamento e aplicações informáticas é ainda escassa. O relatório da Provedoria de 1998 refere apenas algumas bibliotecas que utilizam sistemas informáticos (Provedoria de Justiça, 1998) para a sua gestão interna.

Quadro 3 – Utilização das TIC nos EP



Através do quadro é perceptível que parte dos estabelecimentos prisionais disponibiliza equipamento informático para a sua biblioteca. Existem estabelecimentos que dispõem de PC, impressora e digitalizador para a gestão quotidiana da biblioteca. Das 45 bibliotecas que responderam ao questionário, 20 utilizam as TIC para a organização e gestão da biblioteca e das colecções e 19 têm um catálogo informatizado. Apenas 17 bibliotecas referem que as TIC são utilizadas para o apoio ao ensino, nomeadamente para os reclusos poderem preparar os seus trabalhos escolares. O facto das bibliotecas

estarem dotadas de espaço para consulta local possibilita aos reclusos a permanência neste espaço para efeitos não só de lazer mas também de estudo e de continuidade da aprendizagem adquirida através da formação profissional em TIC disponibilizada pelos EP aos reclusos, sendo esta uma das áreas de formação profissional preferidas pelos mesmos (DGSP, 2007:43).

À semelhança de muitos estabelecimentos em Portugal, no Canadá os reclusos apenas podem utilizar as TIC no âmbito dos cursos de ensino e formação disponibilizados nos EP (Curry, 2003).

*“Não temos computadores porque os reclusos não podem estar em contacto com os meios informáticos. A não ser que estejam nos cursos de informática ou na escola mas eles não podem ter computadores nem acesso a meios informáticos.”*

(EP-B1)

Se lhes é permitida a utilização das TIC na biblioteca para apoio ao estudo ou à realização de trabalhos escolares, é uma mais-valia que merece ser considerada e estimulada nas bibliotecas de todos os estabelecimentos.

*“O ideal seria um ou dois computadores porque há a questão da consulta de CDs, dicionários e outros assuntos que possam ser trabalhados em CDs e eles poderiam fazê-lo enquanto estão na biblioteca. Por isso eu acho que hoje em dia como a área da Informática está desenvolvida, acho que precisávamos de mais equipamento. (...) Hoje quem não sabe ou tem conhecimento das novas tecnologias anda completamente desactualizado. Por isso acho que sim a biblioteca deveria ser uma forma de proporcionar a essas pessoas que queiram. Porque temos aqui cursos de informática mas depois não há continuidade porque eles não têm onde praticar.”*

(EP-B4)

Para a gestão interna, a utilização das TIC não significa a utilização de aplicações de gestão documental concebidas para bibliotecas. A investigação sugere a utilização regular de aplicações genéricas tal como o Excel, Word ou Access da Microsoft para gestão das colecções, requisições e organização da biblioteca, muitas vezes concebidos pelos próprios técnicos e reclusos que possuem habilitações literárias e qualificações na área das TIC (DGSP, 2006).

Para os reclusos, a utilização das TIC na biblioteca, possibilita a preparação de trabalhos escolares e o acesso a CD-ROMs e DVDs (recursos ainda escassos nas colecções das bibliotecas). Não existe acesso à Internet nem a bases de dados de acesso remoto. Os técnicos superiores de reeducação e ensino têm acesso à Internet nos próprios gabinetes de trabalho. Para o questionário enviado apenas uma biblioteca respondeu afirmativamente a esta questão, quando colocada como opção de resposta.

*“Nas bibliotecas é inexistente até porque até há bem pouco tempo nos estabelecimentos prisionais, existir um computador na zona prisional era sempre um sarilho na cabeça das pessoas porque os computadores poderiam servir e pôr em causa algumas questões de segurança. Nesta fase, estas coisas tendem a evoluir até porque já há outra sensibilidade e outros conhecimentos de que os computadores que estiverem na biblioteca podem ter só*

*uma determinada limitação ao nível da execução e eles não terem acesso à Internet, porque aí sim levantava questões de segurança.”*

(EP-B3)

O acesso remoto à informação pode ser considerada a questão mais problemática na utilização das TIC nas bibliotecas dos estabelecimentos prisionais. Actualmente o acesso não é permitido em grande parte dos estabelecimentos e levanta graves questões ao nível da segurança (Bowden, 2003; Wilhelmus, 1999). As normas da IFLA preconizam a disponibilização da Internet e e-mail para os técnicos da biblioteca e o acesso supervisionado à Internet e aos recursos multimédia para os reclusos com mediação do bibliotecário (Carolis, 2000; Shirley, 2003; Sullivan, 2000).

Shirley (2003) apresenta o exemplo de um CD-ROM desenvolvido pelo estabelecimento prisional de Maryland (EUA) que explica aos reclusos como funciona a Internet e como eles podem utilizar e beneficiar deste recurso. O mesmo objectivo teve a actividade realizada no *Centro Penitenciario de Jóvenes de Barcelona*, mas esta com acesso livre e directo à Internet, relatada por Franganillo et al. (2006).

Para Vogel (1997), a utilização das TIC na biblioteca, seja através de CD-ROM ou acesso remoto a bases de dados em linha, poupa tempo ao recluso e ao bibliotecário, reduz potenciais roubos de livros e as idas à biblioteca que devem ser supervisionadas pela segurança do estabelecimento.

A investigação demonstra uma aparente indefinição no que diz respeito à utilização das TIC quer a nível dos serviços, neste caso na biblioteca, quer a nível pessoal, de utilização pelos reclusos na zona de alojamento, necessitando que cada estabelecimento, quando tem autonomia para tal, defina procedimentos para essa utilização ou que solicite para equipamentos específicos a autorização aos serviços centrais, ou seja, à DGSP. Surge assim uma diversidade de situações, em que alguns estabelecimentos disponibilizam na biblioteca equipamento informático tanto para os técnicos como para os reclusos e em que noutros não é permitida a sua utilização.

*“...isto sem falar em Internet e Intranet e coisas assim, porque isso não se sabe muito bem como é que deve ser, é um assunto que há muitos anos está a ser discutido no sistema e já se pensou que haveria possibilidade de os indivíduos terem acesso à Internet mas com barreiras na mesma, no mesmo acesso.”*

(EP-B4)

#### **4.4.4. Os recursos humanos**

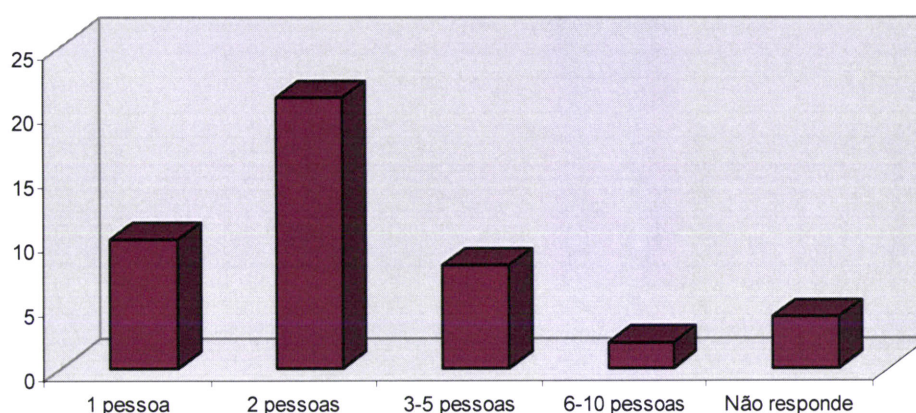
O quadro de pessoal da DGSP não integra técnicos superiores de biblioteca para exercerem funções nas bibliotecas dos estabelecimentos prisionais. Estas são asseguradas pelos técnicos superiores de reeducação integrados no Serviço de Educação e Ensino de cada estabelecimento.

Foram colocadas 2 questões no questionário exploratório que permitiram, numa perspectiva genérica, aferir os recursos humanos afectos às bibliotecas. É perceptível, não só pelas respostas ao questionário mas também pela consulta de outras fontes e através da observação destes serviços, que a organização da biblioteca é normalmente da responsabilidade de um técnico superior de reeducação e de reclusos que desempenham funções na biblioteca sob a coordenação do técnico referido:

*“Tem um recluso em cada biblioteca, porque não temos pessoal administrativo suficiente. E temos um técnico de educação. O que significa que é da responsabilidade do técnico de cada ala a gestão directa e depois a coordenação desta gestão é feita com o director ou com alguém que ele nomeie para esse fim”.*

(EP-B1)

#### Quadro 4 – Responsáveis pela biblioteca



A partir das respostas obtidas conclui-se que geralmente a biblioteca é gerida quotidianamente por 1 ou 2 pessoas, um técnico superior de reeducação e um recluso. Se existirem diferentes espaços para a biblioteca, o n.º de colaboradores na biblioteca cresce e são normalmente outros reclusos que estão sob a coordenação de um técnico de reeducação ou outro responsável. Em alguns casos (5 respostas), surgem outras pessoas que também colaboram na organização da biblioteca – professores, educadores, terapeutas ocupacionais ou técnicos de orientação escolar e social.

As normas da IFLA consideram que a biblioteca, independentemente do seu tamanho, deve ser gerida por um bibliotecário profissional, sendo que este pode ser contratado pela instituição que tutela os estabelecimentos, pela rede de bibliotecas públicas, outras bibliotecas ou instituições. Nos estabelecimentos com uma lotação superior a 500 reclusos, o bibliotecário deve exercer funções a tempo inteiro. A integração de mais recursos varia consoante as necessidades de cada instituição. A biblioteca pode ainda integrar o trabalho de reclusos e voluntários que devem receber orientações e formação no local de trabalho.

O técnico de reeducação acompanha cada recluso desde a sua entrada no estabelecimento até à sua saída nas mais diversas vertentes – ocupação laboral, ensino, execução da pena, etc. De acordo com algumas opiniões mesmo que nos quadros da DGSP fossem integrados técnicos superiores especializados na área de biblioteca teria sempre que existir uma coordenação por parte dos técnicos superiores de reeducação.

Esta não deixa de ser uma opção adequada e correcta mas, não impede tal como a literatura sugere que sejam integrados bibliotecários nas bibliotecas dos EP, profissionais que podem dedicar a esta tarefa todo o seu tempo de trabalho, sem se dispersarem por outras funções, planificando serviços e actividades, gerindo colecções que promovam o aumento dos níveis de utilização (Blunt, 1994; Garcia Pérez, 2001), clarificando e definindo o papel da biblioteca no seio do estabelecimento (Mayol i Fernández, 1991).

Tomando como exemplo a Inglaterra e o País de Gales, Pérez Pulido (2002:31) refere que a biblioteca é:

“el segundo método más solicitado (después de los responsables de la institución) para conseguir información de referencia. La explicación a este hecho la encontramos fundamentalmente en la existencia de un servicio de biblioteca organizado y de un bibliotecario profesional al frente”.

Costanzo (2003:2) refere que o desenvolvimento e a qualidade das bibliotecas em EP são condicionados por 2 questões principais: primeiro a detenção dos reclusos que é ainda vista como punitiva e não como reabilitadora do recluso e segundo, o reconhecimento da profissão de bibliotecário e da importância que a mesma tem no desenvolvimento destes serviços:

“The general public do not understand that it takes real professionals to provide the broad range of library services needed: there are books and readers, but many people do not have an understanding of our true role in bringing the two together. We are considered 'invisible.' I am sure many of you know what I am talking about. We need to demonstrate the highly skilled and professional role played by librarians in institutions such as prisons. Our profession certainly would benefit if people had a better understanding of the knowledge skills required”.

A realidade portuguesa apresenta-se complicada, com um reduzido número de técnicos superiores de reeducação ou outros responsáveis que não podem estar somente a desenvolver funções numa determinada área, por exemplo, a biblioteca. As suas funções exigem que seja realizado um acompanhamento do recluso em todas as suas vertentes:

*“Eu acho que como supervisor, como ponte, isso aí que sim sem dúvida, até pela competência que se pressupõe que a pessoa tenha, agora, efectivamente, depois se calhar, dependendo dos recursos, se calhar há estabelecimentos que dependendo dos técnicos podem afectar mais, por exemplo o técnico da biblioteca é também o do ensino, mas é também o que carrega os cartões, mas é também o que dá artigos de higiene e limpeza. É difícil”.*

(EP-B4)



Costanzo (2003) refere a realidade italiana, em muito semelhante ao panorama português. Em Itália, as bibliotecas são coordenadas por um *educator* que é também responsável pelo acompanhamento do recluso, a sua reeducação e comportamento durante o tempo de pena, pelo que este técnico não trabalha na biblioteca deixando esta ao cuidado de um recluso. Curry (2003) refere que no Canadá, apenas 30% das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais analisados são geridas por técnicos com qualificações na área.

Com a integração de bibliotecários em meio prisional, a tempo inteiro ou parcial, ou com técnicos dos Serviços de Educação e Ensino, a literatura e a investigação realizada sugerem que o trabalho dos reclusos nas bibliotecas é também essencial e pertinente não só para o próprio recluso mas também para o espaço em si e para os reclusos utilizadores do espaço. O recluso recebe remuneração pelo trabalho prisional que desenvolve, seja na biblioteca ou em qualquer outro espaço do estabelecimento prisional.

O recluso mantém o espaço organizado e em funcionamento e gere as colecções, os empréstimos e as consultas realizadas. Por outro lado, desenvolve também características de um técnico de referência na medida em que é ele que faz a mediação entre a biblioteca e os utilizadores, com sugestões de leitura, no apoio ao ensino, de orientação dos colegas sobre as regras de utilização do espaço, etc. Os técnicos procuram sempre seleccionar reclusos para a biblioteca que tenham algumas características consideradas essenciais – motivação para trabalhar naquele espaço, formação académica, apetência para a leitura, capacidade de organização e gestão dos recursos e dos espaços, capacidade na área da informática, espírito de dinamização e de convívio com os outros reclusos, entre outras, como sugere Flageat (1998). Também os respondentes desta investigação referem a importância do papel dos reclusos:

*“Por exemplo se a biblioteca não tiver quem a dinamize, é evidente que os técnicos são responsáveis pela biblioteca e depois nós escolhemos alguns reclusos para a tempo inteiro estarem a fazer orientação e a gestão daquele espaço. Se o recluso que foi nomeado para lá ele próprio não tiver alguma apetência para a leitura, alguma apetência pela dinamização do espaço, pela arrumação dos livros, das revistas e dos jornais deforma a torná-los mais apetecíveis, é evidente que a biblioteca se transforma num espaço morto”.*

(EP-B1)

*O trabalho, por exemplo, da outra reclusa, quando lá estive como já era de nível académico superior organizou, foi lá descobrir livros da altura do Marcelo Caetano, do Salazar, achou que aquilo era importante estar lá separado, organizou e destacou e dava explicações também. E fez um projecto de educação para a cidadania em que ela explicava o funcionamento dos tribunais, que estava muito giro, em que ela ia explicando e ia funcionando com um grupo de 2 ou 3, ela funcionava mais com aquelas que frequentavam mais a biblioteca, as que tinham mais apetência. Houve uma altura que chegou a abrir inscrições nos pavilhões para albergar esse projecto que era por sessões sobre os vários temas dentro da cidadania e algumas inscreveram-se. Isso foi uma forma de ela também chamar pessoas à biblioteca”.*

(EP-B2)

Os benefícios que esta ocupação laboral pode trazer são manifestados nas entrevistas realizadas e nos relatórios da Provedoria de Justiça (1998:242):

*“Verificou-se ainda que em muitos estabelecimentos os reclusos estão encarregues das bibliotecas, parecendo-me que com resultados bastante bons, quer para a organização e funcionamento das mesmas, quer para a reinserção social do recluso e desenvolvimento da sua auto-estima”.*

Esta ocupação laboral preenche os tempos livres dos reclusos, estimula o estudo para aqueles que frequentam o ensino e a necessidade de procura de informação para conseguir transmiti-la aos outros reclusos melhorando os seus conhecimentos, entre outras vantagens:

*“Pode trazer, não tem obrigatoriamente que trazer. Na minha perspectiva eu acho que eles aprendem a organizar-se, a gerir o próprio grupo que frequenta a biblioteca, a ler ou a procurar informação, porque o colega que vem de fora que lhe pergunta por exemplo já leste, sabes do que é que trata, se calhar vai obrigá-lo a um esforço ainda maior em termos de leitura e do desenvolvimento de parte desse indivíduo que está a trabalhar na biblioteca, se tiver interesse obviamente no desenvolvimento dessa tarefa, porque se não tiver, olha não sei nunca li e pronto, e conversa encerrada relativamente a isso. Agora em termos pessoais pode ganhar muito, pode beneficiar bastante com isso, desde que esteja aberto para tal”.*

(EP-B1)

*“Bem, do meu ponto de vista trazem sempre benefícios por duas razões. Por um lado ele próprio se diferencia mais, por outro lado ao ter um bom desempenho acaba por ter uma proximidade junto do pessoal de vigilância e junto do pessoal técnico que lhe dá mais visibilidade. Ao lhe dar mais visibilidade há possibilidade de quem aprecia o comportamento dele, porque os vigilantes e os técnicos têm que dar opinião no conselho técnico sobre o percurso prisional dele e ele ao tornar-se mais visível é natural que as pessoas o consigam ver de outra maneira, de uma melhor maneira e portanto é natural que traga alguns benefícios”.*

(EP-B1)

Para Fabiani (1997:62), o recluso, apesar de não ser, assume o papel de bibliotecário como uma alternativa para a passagem do tempo, desenvolvendo relações quer com os técnicos e, conseqüentemente com a administração do EP, quer com os outros reclusos que se destacam do quotidiano prisional: “él detenta una capacidad superior de informar y de ser informado sobre la situación de la prisión”, contribuindo para a sua auto-estima (Curry, 2003).

Os técnicos do Serviço de Educação e Ensino não têm formação académica especializada na área das bibliotecas. Tem sido feito um esforço, embora de carácter irregular, por parte da DGSP na realização de acções de formação que permitam a sensibilização dos técnicos para o trabalho a desenvolver. Para tal, foi estabelecido em 1998 um protocolo com o extinto IPLB (agora DGLB) que tem abrangido técnicos de vários estabelecimentos. O relatório da DGSP de 2000 refere a realização de uma acção de formação de *Introdução ao tratamento documental* que abrangeu 30 técnicos de 27 estabelecimentos (cerca de metade dos estabelecimentos prisionais existentes) e teve

como objectivo “proporcionar aos técnicos conhecimentos actualizados sobre a organização e gestão do espaço das bibliotecas, abrindo-lhes novas perspectivas para a dinamização desses espaços, designadamente através da organização de actividades de animação da leitura” (DGSP, 2000:55).

Wilkinson (2005) refere a necessidade de formar os técnicos das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais na área da criação e da dinamização de grupos de leitura, fomentando o desenvolvimento da leitura, com práticas adaptadas das bibliotecas locais. Os entrevistados consideram a formação manifestamente insuficiente e deveria abordar outros temas que não o tratamento técnico documental, nomeadamente animação e dinamização de bibliotecas:

*“Acho que era importante principalmente para os técnicos de educação. Não tanto para o recluso que está na biblioteca porque está sempre transitoriamente mas no meu ponto de vista para os técnicos. Talvez não seja bonito ou elegante dizê-lo mas há técnicos costumam voltar as costas aos livros. (...) Depende muito da pessoa. Ou se tem apetência pela leitura já ou não se tendo apetência pela leitura não se vai fazer com que os outros a tenham. Do meu ponto de vista se se desse alguma formação aos técnicos nesta área quem sabe se não se acenderia lá uma luzinha dentro”.*

(EP-B1)

*“Sim, mas noutras áreas em que fazia sentido, por exemplo a animação da biblioteca. Se calhar em termos de animação de uma biblioteca fazia todo o sentido que os técnicos das diferentes áreas pudessem fazer acções de formação nessa área”.*

(EP-B1)

Para os reclusos a formação é inexistente. Os conhecimentos que adquirem são transmitidos pelos técnicos superiores de reeducação que coordenam o seu trabalho. Quando questionados sobre a pertinência da existência de formação para os reclusos, as opiniões dos entrevistados divergem. Para uns, não se justifica a existência de formação dado o carácter transitório dos reclusos na biblioteca, principalmente naqueles estabelecimentos com reclusos em pena preventiva.

Para outros, apesar da mobilidade dos reclusos, esta formação é considerada útil, na medida em que os reclusos que nela participassem poderiam transmitir os seus conhecimentos a outros que os substituíssem nas suas funções de organização da biblioteca, previamente à sua saída do estabelecimento, como sugerem os entrevistados:

*“Sem dúvida, agora se se fizesse essa formação para os reclusos, nós depois tínhamos a possibilidade de garantir a passagem. Já não seria a mesma coisa mas relativamente a situações em que está prevista a saída do indivíduo, por regra o indivíduo que está na biblioteca, a saída dele é previsível como é aquele espaço mais a meio são indivíduos condenados que estão por ali e então há a possibilidade de liberdade condicional mas não sabemos quando e isso dá para preparar e integrar previamente ali um indivíduo para, pronto embora depois se calhar os indivíduos que recebessem a formação daqui a não sei quanto tempo já cá não estivessem mas haveria o resultado do seu trabalho em termos de organização e de aferição ali de uma série de procedimentos que ficava feito e depois daria para manter com uma qualidade diferente ou eventualmente haver aqui alguma formação e depois actualização de formação com alguma regularidade, se calhar isso aí digamos que já*

*seria qualidade de serviço. Estamos a falar entre a não existência, a existência de algumas pessoas a saber e depois o acompanhamento das situações em que há alguma actualização, isto aqui já é qualidade de serviço”.*

(EP-B4)

A revisão da literatura demonstra uma abordagem abrangente a esta questão, com a referência a exemplos de formação de reclusos para assistente de biblioteca com certificado de qualificações promovendo uma futura integração no mercado de trabalho (Carolis, 2000; Costanzo, 2003). Com as condicionantes de segurança a formação poderia ser fornecida em contexto de trabalho, no interior do estabelecimento (Guilhem, 1998).

Outra questão levantada foi a intervenção regular de bibliotecários no meio prisional, nomeadamente através de estágios profissionais ou programas de apoio. Já foi referido que, para os entrevistados não é considerada necessária a integração de técnicos superiores de biblioteca no quadro de pessoal da DGSP, contrariamente ao que é proposto pela literatura, pois podem ter essa colaboração através de outros meios, nomeadamente através da colaboração com a biblioteca municipal ou através de realização de estágios:

*“Nós não precisamos de um bibliotecário a tempo inteiro. Nós precisamos de um bibliotecário em determinados momentos, na organização da biblioteca, para programar algumas actividades da biblioteca. Esta questão do protocolo com a câmara e a colaboração com a biblioteca municipal supre-nos essa falta. Nós temos tido actividades regulares com os técnicos da biblioteca municipal que nos suprem essas falhas. (...) Se calhar seria interessante termos um estagiário nesta área. Porque as bibliotecas são uma coisa que existe há muitos anos nos estabelecimentos prisionais mas não eram trabalhadas por falta de recursos, porque não eram uma área prioritária e neste momento parece-me, pelo menos para este estabelecimento, que é uma área prioritária pelo menos de há 2 anos a esta parte. Trabalhar a biblioteca como sendo uma área de intervenção em termos do projecto de organização social e do projecto de ajuda à estruturação da personalidade dos reclusos de primeira importância”.*

(EP-B5)

*“Sim. É sempre útil. (...) Nós tentamos. Nós não queremos estar fechados e, portanto, se houver intervenção obviamente em termos de orientação, tem que estar é tudo de acordo e com respeito pelas normas e regras de segurança, a partir daí estamos sempre receptivos porque aprendemos. São pessoas de fora que vêm transmitir e por isso é mais valorizado por elas. É uma pessoa de fora, que traz, não é uma pessoa do sistema”.*

(EP-B2)

Castell Padilla et al. (2004) refere a colaboração com instituições académicas, nomeadamente o trabalho de estudantes de Biblioteconomia da Universidade de Barcelona no desenvolvimento de actividades de dinamização na biblioteca do *Centre Penitenciari de Joves de Barcelona*. Aliás, os mesmos autores referem que a organização da biblioteca e a dinamização de actividades quando realizadas por técnicos exteriores ao estabelecimento prisional é mais valorizada pelos reclusos, despertando a curiosidade dos mesmos por actividades semelhantes que se desenvolvam no exterior e os espaços

relacionados, para as quais a biblioteca pode fornecer informação, estimulando a comunicação e partilha de opiniões. Reforça-se a função de vínculo que a biblioteca deve fomentar com o exterior, contribuindo assim para a ressocialização dos reclusos. Esta valorização é também referenciada por Stearns (2004), para quem os esforços para corrigir comportamentos dos reclusos parecem ser mais bem sucedidos quando realizados por profissionais exteriores ao estabelecimento.

#### **4.4.5. As colecções**

Na abordagem inicial realizada (questionário) recolheram-se informações sobre os recursos documentais disponíveis, esperando aprofundar as questões durante as entrevistas.

As primeiras questões colocadas relacionavam-se com a existência de catálogo e com o tratamento documental das colecções.

Cerca de 33 bibliotecas (74%) responderam afirmativamente quanto à existência de catálogo, para a qual se obteve apenas uma resposta em branco. No que diz respeito à realização de tratamento documental, obteve-se uma maioria não muito significativa de bibliotecas que não realizam tratamento técnico documental, cerca de 23 estabelecimentos (52%) e 2 respostas em branco. O tratamento documental realizado não é feito de acordo com os procedimentos biblioteconómicos estabelecidos mas tem em atenção o respeito por critérios tão importantes como a identificação, organização, disponibilização e acesso às colecções. Dos estabelecimentos visitados, uma biblioteca estava a proceder à reorganização e acondicionamento dos livros com base na Classificação Decimal Universal.

As questões seguintes relacionadas com as colecções tiveram como objectivo a recolha de informações actualizadas sobre as mesmas, com vista à sua comparação com dados recolhidos através da análise de fontes documentais.

Segundo os relatórios da DGSP, as colecções documentais das bibliotecas têm tido uma evolução favorável ao longo dos últimos anos. As bibliotecas são “providas de grande diversidade de material de leitura que permite aos reclusos uma ampla liberdade de escolha” (DGSP, 2007:47).

O relatório de actividades da DGSP de 2004, refere que “o espólio das bibliotecas teve um aumento de 10.341 títulos, perfazendo um total de 174.961, graças a donativos, em língua portuguesa e estrangeira, de editoras, reclusos, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), Fundação Calouste Gulbenkian, jornais, autarquias e outros” (DGSP,

2006:35). No final de 2006, o espólio atingia já um total de 175.511 livros disponíveis, sendo 22.284 livros de língua estrangeira (DGSP:2007).

Os relatórios da Provedoria de Justiça de 1996, 1998 e 2003, apontam também um crescimento favorável das colecções, embora com falhas em algumas bibliotecas.

Em 1996, a inspecção realizada por esta instituição refere estabelecimentos centrais em que a “relação entre o número de reclusos e a quantidade de livros é mínima. (...) Pode ainda constatar-se que, em muitos casos, os estabelecimentos estão mal equipados no que respeita à qualidade e variedade dos livros de que dispõem” (Provedoria de Justiça, 1996:110).

Em 1998, a mesma instituição, e tomando como critério base 300 livros por biblioteca e 5 livros por recluso, conclui que:

“a grande maioria dos EP, quer centrais, quer regionais, se encontra apetrechada de uma forma considerada suficiente ou mesmo razoável, sendo a média de volumes por recluso de cerca de 10 volumes e apenas se verificando a existência de 2 estabelecimentos (...) onde existiam menos de 300 volumes nas bibliotecas (268, na primeira e cerca de três dezenas na segunda)”.

(Provedoria de Justiça, 1998:243)

Ainda assim existiam 2 estabelecimentos centrais em que o limite de 5 livros não era atingido e um estabelecimento com um valor de 5,51. Nos estabelecimentos regionais existiam 5 estabelecimentos com valores inferiores a 5 livros e um estabelecimento com um valor um pouco acima dos 5 volumes.

Em 2003, a Provedoria de Justiça aponta já uma evolução positiva, principalmente nos EP regionais, no que diz respeito ao número de livros por recluso, persistindo apenas 2 estabelecimentos centrais com valores inferiores aos limites estabelecidos e um estabelecimento regional com valores também inferiores. O mesmo relatório aponta inclusive alguns estabelecimentos que dispõem de valores elevados tais como 19,57 livros e 30, 49 livros por recluso (Provedoria de Justiça, 2003).

A IFLA propõe a existência de uma colecção de 2000 livros ou 10 livros por recluso, 20 títulos de revistas ou uma subscrição por cada 20 reclusos, diversos jornais nacionais e locais, materiais audiovisuais e multimédia em quantidade suficiente. Anualmente, o orçamento deve contemplar a substituição de 10% da colecção.

Esta tendência de crescimento pode não ser correspondida no que diz respeito à qualidade e diversidade das colecções documentais e é contrariada pelos relatórios bem como pelas opiniões dos entrevistados: “De notar que nem sempre o aumento quantitativo do número de volumes disponíveis nas bibliotecas implicou uma efectiva actualização e adequação dos espólios” (Provedoria de Justiça, 1998:243).

A investigação sugere que não são estabelecidas políticas de aquisições e desenvolvimento de colecções que devem ser o resultado do equilíbrio entre as sugestões dos reclusos e as suas necessidades a nível educativo e informativo, baseadas em critérios tão importantes como o estudo da população prisional e as suas necessidades, o desenvolvimento da colecção em diferentes áreas técnicas de conhecimento e literatura, desactualização e deterioração dos materiais.

Os recursos financeiros permitem apenas comprar as grandes novidades no que diz respeito à literatura, e em alguns estabelecimentos as sugestões dos reclusos são tidas em atenção (num dos estabelecimentos visitados as sugestões são recolhidas ao longo do ano e depois é feita uma listagem, a partir da qual vão sendo adquiridas as obras à medida que existem recursos financeiros). O desenvolvimento das colecções quer no que diz respeito à qualidade, quer no que diz respeito à diversidade e actualização, está sujeito às doações recebidas por diversas instituições públicas e privadas, entre as quais se destaca a DGLB, a Fundação Calouste Gulbenkian, as autarquias (normalmente através das bibliotecas municipais), as editoras (por exemplo, o Círculo de Leitores), jornais, e particulares. Os donativos podem ser uma alternativa pertinente à falta de recursos financeiros desde que os livros sejam adequados às necessidades representadas, o que nem sempre acontece tal como sugere a literatura (Burgos Oliván e Sulé Duesa, 2003).

*“Agora, por exemplo, vou-lhe falar de uma coisa que é muitas das vezes nos estabelecimentos prisionais é que recebemos ofertas e, montanhas, mas livros que de facto nem sempre são adequados à nossa população reclusa. São livros que as pessoas em vez de deitar para o lixo trazem para aqui. Quando aqui há uns anos nós tínhamos 5 mil e tal livros numa biblioteca, o número era capaz de ser razoável mas a qualidade não”.*

(EP-B3)

Acrescentam-se a estes, os recursos adquiridos pelos EP e aqueles doados pelos próprios reclusos. Muitas vezes são os próprios técnicos ou professores que trazem os livros, jornais e revistas solicitados pelos reclusos.

Quanto aos géneros literários representados, entre a ficção e não ficção, grande parte das colecções das bibliotecas é de ficção, dentro da qual se destacam os romances, os policiais, a banda desenhada e a poesia (Provedoria de Justiça, 1998).

No que diz respeito às publicações periódicas, existem na maioria dos estabelecimentos prisionais. Dos 45 estabelecimentos que responderam ao questionário apenas 5 (11%) não possuíam jornais e revistas na biblioteca.

Através do mesmo questionário também foi perceptível que esta existência não é garantia de diversidade e abrangência, questão também retratada nas inspecções realizadas pela Provedoria de Justiça em 1998 e 2003. Grande parte das bibliotecas,

principalmente nos EP regionais, recebe apenas jornais de outros estabelecimentos ou a revista da DGSP, ou jornais de âmbito regional, com periodicidade diária, semanal e mensal. Quando é referida a existência de jornais de âmbito nacional, são maioritariamente jornais desportivos. Existem também publicações periódicas de cariz religioso e da área da saúde.

Para além das publicações periódicas, interessava também aferir da existência de recursos de apoio ao ensino e à formação profissional e recursos cujo suporte não fosse o impresso. Para a maioria dos entrevistados, as bibliotecas estão bem apetrechadas no que diz respeito à quantidade mas são um pouco insuficientes em qualidade e actualização. Das 45 bibliotecas que responderam ao questionário, 36 têm recursos de apoio ao ensino (5 não disponibilizam esses recursos e 4 bibliotecas não responderam). Os entrevistados consideram que as bibliotecas têm uma quantidade e qualidade razoável de livros e obras de referência de apoio ao ensino (muitas vezes solicitados às escolas locais) mas não de apoio à formação profissional ou à preparação para a saída dos reclusos. Para a formação profissional, os próprios formadores trazem todos os manuais necessários e não foi demonstrado nenhum interesse em integrar na biblioteca recursos que possibilitem o aprofundamento nessa área.

Enquanto o suporte impresso é comum nas bibliotecas o mesmo já não se pode dizer dos recursos audiovisuais e multimedia. No que diz respeito à existência de CDs, DVDs ou VHS, 10 bibliotecas disponibilizam recursos em CD/DVD e apenas 9 disponibilizam recursos em VHS e apenas para consulta presencial no espaço da biblioteca.

Para os entrevistados, deveria ser feito um esforço para o aumento de recursos multimédia nas bibliotecas. Carolis (2000:351) afirma que o CD-ROM possibilita um aumento “delle opportunità informative e formative per i detenuti” para além das vantagens ao nível do espaço, dos custos e da recuperação da informação.

A presença de publicações em língua estrangeira, em inglês e outras línguas, foi também uma questão abordada. O seu aumento, nomeadamente as línguas eslavas, é uma necessidade que se coloca com o acréscimo de reclusos provenientes de países da Europa de Leste. Segundo dados da DGSP, em 2006, os estrangeiros representavam 20,2 % da população reclusa, valor que tem vindo a aumentar nos últimos anos (DGSP, 2007). Apesar disso, os livros em língua estrangeira, no mesmo ano representavam apenas 12,7% do espólio das bibliotecas de todos os estabelecimentos. A escassez de livros em língua estrangeira é também referenciada pelos relatórios da Provedoria de Justiça de 1998 e 2003, apresentando este último, algumas sugestões para colmatar essa lacuna:



“Já se tendo anteriormente discorrido a este respeito, a realidade agora vivida impõe que se chame a atenção para o recente aumento do leque de línguas maternas pela população reclusa, designadamente com a entrada em número significativo de reclusos falantes de línguas eslavas. É necessário que os fundos das bibliotecas acompanhem esta nova realidade. Neste ponto, a contribuição das embaixadas e consulados dos respectivos países pode ser bastante importante, dada a dificuldade natural de encontrar livros nessas línguas no mercado português. Também deve ser ponderada, nestes casos, a entrada de publicações periódicas já existentes em Portugal e direccionadas às comunidades migrantes, sejam elas lusófonas ou, como será o caso da maioria senão totalidade das restantes, russófonas ou de outras línguas eslavas. A não existir disponibilidade de verba para a sua assinatura, creio que as entidades que publicam tais periódicos, em geral ligadas a associações de imigrantes, estarão disponíveis para minorar o afastamento dos seus compatriotas em situação de reclusão. A renovação e actualização do espólio é imprescindível a qualquer biblioteca, seja na sua função de apoio às actividades escolares, seja na sua função mais restrita de repositório de saber e cultura”.

(Provedoria de Justiça, 2003:389)

Para o Canadá, Curry (2003) refere que apenas metade dos estabelecimentos contemplados no seu estudo disponibilizam livros em língua estrangeira. A integração da biblioteca do EP numa rede de empréstimo interbibliotecário para colmatar as lacunas da colecção em termos de língua estrangeira é destacada na literatura (Carolis, 2000; Reijnders, 1996).

Reijnders (1996) afirma que os reclusos estrangeiros podem sentir-se isolados por diversas razões, não entendem a língua e por isso têm dificuldades em ver televisão, ler um livro, comunicar com outros reclusos ou com os funcionários do estabelecimento, não têm o apoio que outros reclusos poderão ter, têm menos visitas e não têm revistas e livros na sua língua materna. Neste contexto, a biblioteca desempenha um papel fundamental para aqueles que têm dificuldade em ler a língua, para aqueles que pertencem a grupos culturais diferentes ou para aqueles que têm interesse em aprofundar conhecimentos sobre as suas culturas de origem.

O mesmo autor refere que para além das próprias colecções, as bibliotecas dos EP na Holanda, solicitam livros em diversas línguas estrangeiras, às bibliotecas locais, à biblioteca nacional ou a outras bibliotecas, nomeadamente bibliotecas de outros estabelecimentos prisionais, que procurem corresponder às necessidades dos reclusos não só de literatura traduzida mas de escritores da sua própria nacionalidade, livros técnicos, jornais e revistas. As colecções estão concentradas em centros de apoio que depois suportam toda a rede de bibliotecas em EP.

Destaca-se ainda o interesse na disponibilização do regulamento do estabelecimento na biblioteca, e o desenvolvimento dos recursos na área da saúde e do direito penal ainda escassos nas bibliotecas dos estabelecimentos em Portugal, quer centrais quer regionais. O apoio jurídico é disponibilizado pelos técnicos superiores de reeducação daí a

necessidade de integrar na biblioteca recursos que permitam o aprofundar de conhecimentos nessa área:

*“(...) desde o código civil, coisas em termos jurídicos que lhes permita também, uma vez que não há, o apoio jurídico é nosso técnico, mas não é em termos de código do processo penal, coisas que têm de consultar, que querem, que devem, está lá, o regulamento do estabelecimento está lá”.*

(EP-B2)

Pérez Pulido (2002) defende que a informação que os reclusos mais solicitam está relacionada com a temática do direito penal, actualização de legislação penitenciária, direitos e deveres dos reclusos, sendo fundamental que o recluso tenha sempre disponível toda a informação de que necessita sobre a sua situação e processo penal.

Nos EUA são disponibilizadas colecções jurídicas aos reclusos, já bastantes desenvolvidas, integradas ou nas bibliotecas dos EP ou em espaços separados, sendo que o apoio jurídico é um dos serviços prestados pela biblioteca (Geary, 2003).

No Canadá, o estudo realizado por Curry (2003) refere que apenas 62% das bibliotecas respondentes disponibilizam aqueles que são os documentos jurídicos que devem integrar as colecções das bibliotecas, segundo directivas nacionais.

No Reino Unido, também são definidos os documentos legais que obrigatoriamente devem pertencer às colecções das bibliotecas (Prison Service, 2000). Desta forma, a biblioteca e o bibliotecário pode ter um “papel mediador, social y formador” disponibilizando informação e esclarecendo e auxiliando o recluso na sua situação penal (Pérez Pulido, 2002:31).

A investigação realizada aponta ainda para lacunas nas áreas de referência, recursos técnicos e de conhecimento e, de preparação da saída do EP e reentrada do recluso na sociedade que, são temas cada vez mais procurados pelos reclusos e que não são disponibilizados nas bibliotecas dos estabelecimentos (Burgos Oliván e Sulé Duesa, 2003). Também Lehmann (2000b) refere a importância da disponibilização de recursos relacionados com oportunidades de trabalho e de carreira no exterior, com informação sobre a comunidade, que pode apoiar o recluso nos primeiros meses de reintegração na sociedade.

Nos estabelecimentos estudados as colecções são disponibilizadas em livre acesso aos reclusos, que podem requisitar, com algumas excepções (por exemplo, obras de referência), para leitura no espaço da biblioteca ou nas celas e camaratas. Na opinião dos respondentes este é o melhor sistema porque permite ao recluso conhecer o livro para melhor escolher:

*“O directamente às estantes é o mais adequado. Não concordo nada com o catálogo, se calhar porque já passei por essa experiência e vi que não era funcional, não despertava o interesse. Muitas vezes eles até lêem o título, dizem vou ler este deve ser interessante e passadas as duas primeiras páginas, não era bem isto que estava à espera, porque, porque nem tiveram hipótese de folhear o livro. É muito complicado, o título por si só muitas vezes não diz nada. Eu acho que é muito importante que eu possa chegar aqui e retirar o livro”.*

(EP-B1)

Ao contrário, o acesso indirecto ao livro através de lista ou catálogo não permite ao recluso identificar adequadamente o livro e considerar de interesse a sua requisição. Para Fabiani (1997:61), o sistema de requisição através de lista “suprime las posibilidades de sociabilidad en torno de la lectura”, pois o recluso quando se dirige à biblioteca procura não só o contacto com os livros mas também o convívio que o mesmo proporciona com os outros reclusos, a troca de opiniões ou simplesmente o passar um tempo longe das celas e camaratas. O acesso indirecto aos livros está presente principalmente naqueles estabelecimentos em que o espaço da biblioteca não reúne condições adequadas para consulta local.

#### **4.4.6. A biblioteca e os utilizadores**

Em 2005 e 2006, o total da população prisional era de 12.889 e 12.636 respectivamente. Dos totais apresentados, a população reclusa feminina representa apenas 6,8% e 7% respectivamente. Já foi referido anteriormente a percentagem representativa dos estrangeiros reclusos – 20,2%. Genericamente pode caracterizar-se a população como sendo maioritariamente masculina com uma idade média de 35,6 anos e com baixos níveis de formação escolar contribuindo assim para uma elevada taxa de analfabetismo, em que 10% são analfabetos e 60% não possuem para além do 2º ciclo do ensino básico. Esta situação agrava-se quando se fala na população reclusa feminina (DGSP, 2007).

De acordo com os relatórios de actividades da DGSP, os utilizadores característicos das bibliotecas são indivíduos na faixa etária entre os 20 e os 39 anos, com maior incidência entre os 30 e os 39 anos, com habilitações académicas ao nível do 2º e 3º ciclos. Para 2006, a mesma fonte refere que “ao longo do ano, foram requisitados 27.718 obras, em Língua Portuguesa, e 3.099 em Língua Estrangeira. Verificou-se um total de 15.384 leitores ao longo do ano, dos quais 14.061 optaram pela leitura em Português e 1.323 em Língua Estrangeira e preferido como género literário o Romance, seguido da Poesia” (DGSP, 2007:47).

Existe uma baixa utilização efectiva das bibliotecas. A Provedoria de Justiça aponta, em 1998, um valor médio de 10% de leitores em relação à população de cada estabelecimento que pode atingir o máximo de 30% em alguns estabelecimentos. O

mesmo relatório aponta a “desadequação e desactualização dos espólios” como condicionantes desta realidade (Provedoria de Justiça, 1998:243).

A literatura sugere que a leitura de jornais e revistas é a primeira opção de escolha dos reclusos (Burgos Oliván e Sulé Duesa, 2003), opção também apontada por esta investigação. A consulta de periódicos é predominante em alguns estabelecimentos e contribui em grande parte para o aumento das estatísticas a nível de utilização. Nestes, as rubricas “relacionadas com a política, justiça, desporto e publicidade são as mais avidamente procuradas” (Afonso, 2000: 129). Esta procura de informação relacionada com a justiça, vida prisional, nova legislação reforça a ideia de que será necessário um desenvolvimento das colecções nas áreas da justiça e do sistema penal. Segue-se depois como género literário preferido, o romance, seguido da poesia, do conto e da banda desenhada. Os relatórios da Provedoria de Justiça apontam ainda o policial e as aventuras como géneros literários preferidos.

O estudo desenvolvido por Afonso (2000: 130) refere também outras escolhas de leitura dos reclusos – religião, parapsicologia, temas profissionais, esotéricos e biografias –, que apontam para uma diversidade de necessidades que deve ser tida em conta. É de realçar os temas profissionais, cujos recursos são inexistentes nas bibliotecas analisadas neste estudo.

A preferência por jornais e revistas deveria ser estimulada e acompanhada por um aumento das assinaturas de publicações periódicas. A leitura de revistas e jornais contribui para que a biblioteca possa cumprir o seu papel de ligação e contacto ao mundo exterior, mantendo os reclusos actualizados e informados sobre o quotidiano local, nacional e internacional. Paralelamente, o aumento de assinaturas pode contribuir para o aumento de recursos em áreas tão importantes quanto tão pouco desenvolvidas – a área de informação e a área de preparação da saída do EP.

É de referir que, para além das publicações periódicas, o que também contribui para o aumento do número de requisições é por vezes a “adesão entusiástica de um pequeno grupo fiel” (Provedoria de Justiça, 2003:387), perspectiva também revelada por esta investigação. As taxas de utilização das bibliotecas são baixas e o seu valor depende muitas vezes da utilização por parte de um grupo de indivíduos que frequentam o ensino e que à partida os técnicos sabem que participa sempre activamente nas actividades de dinamização realizadas. Por isso, em muitos estabelecimentos, os períodos de funcionamento das aulas, em que surge a necessidade de procurar mais informação sobre os assuntos, ou de realização de actividades são também aqueles períodos com uma maior taxa de utilização da biblioteca, em que se nota um acréscimo de utilizadores.

Pérez Pulido (2002) aponta para a mesma tendência sugerida nesta investigação, apesar de não existir uma relação de dependência directa entre os reclusos que frequentam o ensino e os que frequentam a biblioteca, existe uma maior incidência de reclusos que utilizam a biblioteca por motivos escolares.

*“Nós tentamos que para elas isto seja motivador, embora é preciso motivá-las para todas essas tarefas, elas não vão por si à biblioteca, as do ensino sim senhora, procuram até porque são motivadas, procuram para os trabalhos. As outras muitas vezes, como as do ensino vêm e dizem “hoje aprendemos isto, hoje houve isto na escola” e depois elas também têm interesse e lá vão”.*

(EP-B2)

Para os entrevistados, as actividades de dinamização são o que mais estimulam os reclusos a aderir a uma maior utilização da biblioteca não só para a participação nas mesmas mas também para futuras consultas e, se for o caso, para o apoio ao estudo. A mesma opinião é manifestada por Afonso (2000:3):

*“Será através de actividades de leitura, quer através do ensino ou da dinamização da biblioteca, que poderemos cativar os reclusos para a leitura de livros, nunca esquecendo que o ponto de partida serão os jornais e revistas até à leitura de obras literárias, tendo como materiais de apoio e motivação não só os suportes impressos como os informáticos, o que para estas pessoas é sempre motivo de curiosidade e surpresa”.*

A título de exemplo, fornecem-se alguns dados recolhidos sobre os estabelecimentos estudados neste projecto de investigação. Um dos estabelecimentos com uma média de lotação de 989 reclusos em 2005 teve uma utilização da biblioteca de 113 reclusos em Junho de 2005 (cerca de 11,5%). Outro estabelecimento com uma média mensal estabelecida entre os 56 e 71 reclusos, teve uma utilização mensal de 5 leitores, em Junho de 2005 (cerca de 9% do valor mais baixo referido). Por último, um outro exemplo de um estabelecimento com uma média mensal de 167 reclusos em 2005, teve em Junho do mesmo ano 15 leitores na biblioteca (cerca de 9%).

Afonso (2000), menciona no seu estudo realizado a cerca de 23 estabelecimentos prisionais em Portugal, que mais de metade da população prisional, quer masculina, quer feminina não frequenta a biblioteca (52,58% para um total de 445 homens e 56,46%, para um total de 147 mulheres). Valores semelhantes são apresentados, quando questiona a participação nas actividades de dinamização. Para um total de 419 respostas, 53,94% não participam em actividades na biblioteca. O mesmo estudo aponta ainda que a actividade preferida é ver televisão ou ouvir música “o que é de compreender, pois torna-se mais acessível e adequado ao nível de formação dos reclusos e às condições que lhes são proporcionadas” (Afonso, 2000:128), sendo assim um factor condicionante na utilização da biblioteca pelos reclusos, durante o seu tempo livre, como sugerem os participantes nesta investigação:

*“As pessoas estavam encerradas 24 horas por dia, comiam na cela, etc., e era fundamental terem como ocupar o tempo e nessa altura tive os índices mais elevados de leitura e era fundamental a existência da biblioteca. Isso foi alterado, as condições do que era permitido aos reclusos ter na cela também foi alterado. Neste momento a televisão que é permitida está nas celas, substitui quase o livro por completo, apesar de ter alguns indivíduos que insistem na leitura e na requisição dos livros. Mas a imagem continua a ser muito mais importante, mais importante que os livros”.*

(EP-B6)

A desadequação dos espaços e das colecções, a fraca divulgação das mesmas ou a indisponibilidade horária (Afonso, 2000) são também alguns dos factores que contribuem para a baixa utilização da biblioteca, embora a falta de formação e a falta de hábitos de leitura no meio prisional, que “como reflexo que é da sociedade, revela o mesmo problema da falta de leitura” (Afonso, 2000:95), sejam as principais causas apontadas pelos entrevistados:

*“Acho que podia ser muitíssimo melhor. Acho que a razão se prende muito basicamente com não havendo grande peso na população presente de hábitos de leitura e às vezes até se pensa mais se nós tivéssemos mais jornais e se tivéssemos um expositor de revistas e jornais na zona prisional, às vezes podia ser uma forma de ali passar para outra coisa qualquer mas a nossa população, muita dela não chega com hábitos de leitura porque os que chegam mantêm-nos, e reforçam-nos, um indivíduo que chega aqui com hábitos de leitura reforça-os porque tem muito mais tempo disponível para isso. Tem muito a ver com os hábitos e depois provavelmente também acredito que do ponto de vista institucional devesse existir aqui uma maior incidência nesta área, de trabalho nesta área de forma a com criatividade, cativar mais gente para a leitura, por isso acho que tem a ver por um lado com dinâmicas mais incisivas e mais regulares, em continuidade, não aos soluços mas em continuidade. E por outro lado aquilo que também corresponde à falta de hábitos de leitura nós estamos numa população, mesmo a população mais jovem com menos de 30 anos e com menos de 20 sem hábitos de leitura e temos inclusivamente gente dessas idades que não tem o 1º ciclo ou seja, também há aqui aspectos de falta de competências para leitura. Depois há aqueles indivíduos que têm o 2º ciclo ou que têm não sei o quê ou que têm o 1º ciclo mas é ali uma coisa muito básica em termos de desempenho, ler um livro é uma tarefa ecúlia e acho que são esses os factores que estão aqui subjacentes. Mas penso que a instituição podia fazer mais para que esta situação invertesse um bocadinho”.*

(EP-B4)

Pérez Pulido (2002:18) sugere que a divulgação dos recursos e da própria biblioteca pode ser veiculada aquando da entrada dos reclusos no estabelecimento, quando são informados dos serviços existentes, casualmente através de outros reclusos e, também, através do ensino, sendo que “el equipo docente de la prisión constituye una vía privilegiada de información”, o que reforça a perspectiva da boa comunicação que deve existir entre o ensino e a biblioteca. Burgos Oliván e Sulé Duesa (2003) acrescentam ainda a elaboração de um guia de funcionamento da biblioteca e guias de leitura que podem coincidir com datas comemorativas, bibliografias temáticas e listas de novidades como meios de divulgação dos recursos. Os mesmos autores acrescentam ainda a realização de sessões de formação para grupos de reclusos como forma de captar novos leitores.

A utilização da biblioteca por parte de outros grupos de utilizadores, funcionários, familiares, entre outros, é uma das vertentes não exploradas nos estabelecimentos prisionais em Portugal. No estudo realizado por Curry (2003) no Canadá, a percentagem de utilização por outros utilizadores para além dos reclusos é também muito baixa. Stearns (2004) e Sulé Duesa (2005) sugerem também que os funcionários do estabelecimento não utilizam este instrumento como suporte para o desenvolvimento do seu trabalho. Ao contrário, no estudo realizado por Liggett (1996) em Ohio, um pouco mais de metade das bibliotecas respondentes tinham funcionários como utilizadores.

Num dos estabelecimentos visitados os guardas prisionais também utilizam a biblioteca, no entanto os dados dessa utilização não são contabilizados nas estatísticas enviadas à DGSP. Todavia, a investigação revela que esta dinâmica de utilização não está criada porque se parte do princípio que o funcionário tem mais liberdade, pode sair e ir às bibliotecas municipais, tem acesso e portanto, na opinião de alguns entrevistados, não se tira um livro ao recluso para dar ao funcionário, dada a escassez de recursos. Essa dinâmica só pode funcionar se a biblioteca do EP tiver capacidade para responder às necessidades tanto dos reclusos como dos funcionários, o que não acontece nos estabelecimentos portugueses. Quando existem livros técnicos necessários para formação e informação dos técnicos, esses estão localizados nas áreas de trabalho dos mesmos.

“Staff members have access to library services and other information sources (e.g Internet) outside the prison walls. The library is in reality a source of support for staff. Program materials aimed at inmates may be placed there; technical materials may be obtained from outside sources through its agency; or it may provide an occasional reading and reference resource. It does not, however, have the impact or importance for staff that it does for those for whom it is the only source of information and intellectual growth”.

(Singer, 2000:13)

#### **4.4.7. Os projectos e as actividades de dinamização**

Quando o espaço da biblioteca permite, é neste espaço que são realizadas todas as actividades culturais do estabelecimento. São concretizados diversos projectos e actividades de dinamização do livro e da leitura ao longo do ano, mas também projectos de outras áreas como a música ou a dança, o cinema ou teatro como sugerem Lieber e Chavigny (2005 :1):

“La bibliothèque est évidemment cette base essentielle sur laquelle d'autres activités culturelles vont venir se poser. D'abord les activités qui ont un lien direct ou indirect avec les bibliothèques-médiathèques publiques (écriture, théâtre, vidéo, cinéma, musique), mais parfois aussi toutes les autres, en raison de la réalité physique de ce lieu culturel et des volontés d'animation qu'il aura générées”.

As actividades têm maior incidência durante o período de funcionamento das aulas, dada a colaboração existente em muitos estabelecimentos, entre os técnicos do Serviço de Educação e Ensino e os professores que leccionam nos estabelecimentos:

*“Sim. Por isso é que o Serviço de Educação faz questão que os professores sejam chamados também a dinamizar a biblioteca. (...) Porque era importante que eles, porque aceitam de forma diferente porque os professores não carregam o peso da instituição enquanto que nós temos o peso da instituição. Por outro lado é importante que o exterior seja cada vez mais chamado a participar e a desenvolver actividades cá dentro, porque trazem coisas novas, porque há áreas que dominam melhor que nós e é importante que assim seja. (...) Porque cá nós temos, por exemplo, o jornal está entregue a um docente com a colaboração de mais um ou dois, mas com um responsável, a biblioteca está também entregue a nível de projectos também a um docente e a nível de outras actividades, o teatro, a música, essas actividades estão todas entregues pelo menos a um que depois com a participação dos outros se vão desenvolvendo, em que o Serviço de Educação fica com a supervisão de tudo isso e vê até que ponto essas coisas estão a ser positivas ou não para o desenvolvimento pessoal e formação do recluso”.*

(EP-B5)

Em tempo de aulas, a biblioteca funciona em muitos estabelecimentos como parte integrante do projecto escolar do EP, como centro de apoio, sala de estudo e, muitas vezes, sala de aulas. Em Portugal, à semelhança do que é apontado por Mayol i Fernández (1991) para as bibliotecas dos estabelecimentos em Barcelona, a biblioteca colabora nas actividades educativas e culturais do centro.

A planificação conjunta entre serviços de educação e biblioteca pode possibilitar por um lado tornar o ensino mais atractivo e, por outro, promover a biblioteca e os recursos existentes, tendo em atenção os procedimentos de segurança.

Esta relação pode trazer diversos benefícios (Bouchard e Kunze, 2003):

- ↳ Para os estudantes pois aprendem a pesquisar e a utilizar uma biblioteca;
- ↳ Para os responsáveis pelo ensino porque lhes permite desenvolver projectos atractivos;
- ↳ Para os bibliotecários porque reforça a sua missão no EP;
- ↳ Para o estabelecimento porque os reclusos estão ocupados diminuindo a preocupação nos problemas de segurança que possam surgir;
- ↳ Para a sociedade porque permite que os reclusos reentrem com uma maior preparação na pesquisa e procura de soluções para os seus problemas.

A *Recommendation 89 (12)* aponta para a necessidade da biblioteca suportar a educação formal e informal do recluso através da colaboração com o ensino, por exemplo, com a realização de aulas na biblioteca, para que os necessários recursos ao ensino possam ser mostrados aos reclusos, com o esclarecimento durante as aulas sobre o funcionamento da biblioteca procurando estimular para a sua utilização, e finalmente,



com a utilização para exposições ou mostras bibliográficas relacionadas com o programa educativo em vigor.

Para Burgos Oliván e Sulé Duesa (2003) a biblioteca pode participar activamente na planificação e desenvolvimento do programa de ensino do estabelecimento prisional.

Para além da realização destas actividades, o espaço da biblioteca, como já foi referido, é muitas vezes utilizado para outras actividades e fins, nomeadamente a realização de actividades de ginástica, costura, cabeleireiro ou mesmo aulas. Num dos estabelecimentos realizavam-se em 2003, aulas de yoga, budismo e reiki (Provedoria de Justiça, 2003). Da mesma forma, a literatura sugere que a biblioteca assume através dos livros, para além das funções educativa, informativa, formativa e de lazer, uma função social, de construção de relações entre os reclusos, de comunicação e partilha de experiências de leitura, entre os reclusos e a instituição e, entre os reclusos e o mundo para além da prisão, através, por exemplo, dos encontros com os autores (Guilhem, 1998; Pérez Pulido, 2002; Wilkinson, 2005).

Nos relatórios da DGSP consultados são várias as referências a actividades desenvolvidas ao abrigo do protocolo entre a DGSP e a DGLB: concurso de leitura e escrita *Preso ao Livro*, sessões de biblioterapia, sessões de sensibilização e de animação da leitura, entre outras. O sítio *Web* da DGLB divulga os vários projectos realizados em 2007 e em 2008, como *A Palavra Cativa*, *A Cor das Histórias*, *Biblioterapia*, *4 Poetas de Amor do Séc. XX*, *O Livro da minha vida* ou *Ah! Isto é que é Poesia?* e *Actos Poéticos*.

Nas bibliotecas dos estabelecimentos prisionais não existe uma planificação anual e regular das actividades a desenvolver e aquelas realizadas não são consideradas suficientes pelos entrevistados:

*“As actividades de dinamização, temos ao longo do ano meia dúzia delas, eu penso que temos as possíveis não temos as necessárias. Não acho que esteja. Acho que deveria ter uma dinâmica, o que eu acho é que deveria haver uma planificação de trabalho para a biblioteca ao longo do ano, vamos fazer assim na biblioteca, tal e tal, de forma a haver um fio condutor das coisas, das actividades, das dinâmicas”.*

(EP-B4)

Realizam-se palestras para as quais se convidam escritores ou outras personalidades, subordinadas a diversos temas, concursos de leitura, por exemplo de poesia com declamação de poemas, comemorações de dias temáticos, como sejam o Dia Mundial do Livro ou o Dia Mundial da Poesia, mostras bibliográficas de autores (vida e obra). Realizam-se também sessões de cinema e teatro e actividades ligadas à música, feiras do livro, idas à biblioteca municipal e vários colóquios sobre temas da actualidade, o livro ou o autor do mês como sugerem os participantes desta investigação:

*“Tivemos um projecto com as mulheres a decorrer o ano passado que era Chuva de Ideias, que nos juntávamos aqui. Elas escolhiam um tema e então todas acabávamos por ficar aqui de uma forma informal. Era fornecida bibliografia sobre esse tema. E elas depois estavam aqui a conversar e a debater ideias de uma forma um pouco informal. Fizemos a escrita de um livro que está pronto a ser editado. Este ano, temos um projecto que é conhecer os nossos escritores portugueses”.*

(EP-B5)

*“O que nós vamos fazendo e falando agora nas iniciativas de dinamização da biblioteca, fazemos encontros semanais à 2ª feira na biblioteca. Esses encontros semanais, nós chamamos-lhe o grupo dos afectos, é um grupo formal. Nesse grupo pode-se fazer várias coisas, desde ver um filme sempre no espaço na biblioteca. O tentar levar pessoas àquele espaço para ver se sentem lá bem, ainda que esteja muito frio agora de Inverno e é muito quente de verão. Num grupo, podemos estar no grupo falando de um tema. Quando se fala à volta de um tema, metemos aí uns dez livros em cima da mesa e esses livros podem ser poesia ou outro tema e tentar que depois no meio dessa conversa dessa tarde se vá mexer nesse livro. Temos as sessões de escrita criativa com o apoio da biblioteca municipal de (...), que vem uma técnica às vezes dinamizar. Chamamos, já tivemos duas vezes Conversas com café, que tem a ver com recitação de poesia, conversa à volta de um tema, enquanto se bebe o café e come-se o biscoito, também tem sido interessante”.*

(EP-B4)

Encontram-se ainda referências a uma outra actividade de grande importância – o jornal do estabelecimento, presente em quase todos os EP, normalmente preparado no espaço da biblioteca e pelos reclusos que nela trabalham.

A literatura (Kings, 2004; Lehmann, 2002; Reese, 2003; Schneider, 1996; Wilkinson, 2005) revela a importância de proporcionar diferentes actividades de dinamização do livro e da leitura para os diferentes grupos de utilizadores do EP, nomeadamente para aqueles que estão a dar os primeiros passos na leitura ou por exemplo, para os pais e mães reclusos, proporcionando-lhes actividades de leitura com as quais possam construir uma relação mais próxima com os filhos, incentivando os hábitos de leitura dos reclusos e dos filhos:

*“Fazem o conto, como temos mães com crianças, há também que dinamizar a relação entre mãe e filho e a esse nível começa-se por aí, contar as histórias, ou vêm elas ao infantário [no interior do EP] contar as histórias ou vão as crianças à escola ver onde é que as mães andam em termos de ensino.*

(EP-B2)

#### **4.4.8. A colaboração entre a biblioteca e as instituições externas**

A aproximação à comunidade e ao meio envolvente onde o EP se insere é uma política que só no final do século XX começou a ser incrementada nos estabelecimentos prisionais, como sugere o estudo de Santos (2003:109):

*“Apesar da construção dos estabelecimentos prisionais, até ao terceiro quartel do século XX, ser dominada pela ideia do afastamento do tecido urbano, as tendências mais recentes apontam, como já vimos, para a inclusão daqueles no seio das comunidades a que pertencem. Esta ideia de aproximação da prisão à comunidade tem como fundamento o pressuposto de que ‘todos os esforços devem ser feitos no sentido de assegurar que os*

regimes prisionais sejam concebidos e geridos de forma a (...) minimizar os efeitos negativos da detenção e as diferenças entre a vida na prisão e a vida em liberdade”.

Nesta perspectiva, a biblioteca pode ser um elemento facilitador da aproximação do estabelecimento à comunidade local através da celebração de protocolos com diversas instituições de âmbito nacional, regional ou local que abranjam a área do livro e da leitura.

Esta formalização de protocolos está presente em muitos estabelecimentos prisionais em Portugal. Quando tal não acontece, existem acordos de cooperação com um carácter mais informal mas que procuram colmatar as necessidades sentidas pelos técnicos e pelos reclusos dos EP. Por outro lado, esta colaboração também permite que a comunidade exterior adquira um maior conhecimento da vida no estabelecimento prisional contribuindo para um incremento das relações entre a comunidade e o estabelecimento, como sugerem os entrevistados:

*“É positiva porque há actividades que são eles que as realizam e por isso permite-nos ter aqui alguns técnicos das áreas da escrita e da leitura e da biblioteca e ter algumas actividades, que seriam impossíveis pois não temos profissionais nessa área. Por outro lado permite-nos ter acesso a alguns livros e algum material didáctico que não temos na nossa biblioteca. Por outro lado para além da biblioteca municipal, temos a biblioteca da câmara municipal do Projecto Andarilho, que é itinerante e que todas as semanas, vem ao estabelecimento e nos permite a requisição de alguns livros. E portanto aquilo que nós queríamos que fosse desejável, é complementado por esses complementos. Não temos que ter nós tudo, outra vantagem é que traz pessoas ao estabelecimento prisional que levam mensagens nossas nomeadamente aquilo que eles vêm e experiências aqui que dá para que as pessoas conheçam melhor a realidade da vida dentro do estabelecimento prisional. Por vezes nós temos uma ideia muito diferente do que é que se passa cá e portanto trazer gente da rua que não tem nada a ver connosco a um estabelecimento prisional com uma actividade, porque nós mesmo nos voluntários, os nossos voluntários têm actividades dirigidas, não vem só por si fazer a visita, têm de facto um papel de ensino dentro do estabelecimento, portanto permite-nos que eles venham, que eles vão, que levem as mensagens, aquilo que se passa, a nossa acção, todo o trabalho que fazemos com o recluso e tudo isso. Por um lado é objectivo, de alguém que não está dentro do estabelecimento e o facto é relatado de uma forma muito diferente”.*

(EP-B5)

Ainda assim, apenas 18 (40%) dos estabelecimentos que responderam ao questionário afirmam que têm protocolos ou projectos com instituições exteriores (2 estabelecimentos responderam em branco).

Dos 26 EP regionais, 11 responderam afirmativamente mencionando a instituição com que tinham protocolo designadamente com as bibliotecas municipais ou câmaras municipais. Apenas 2 EP regionais mencionaram protocolos com a DGLB através da DGSP. Relativamente aos EP centrais, 6 dos 16 EP que responderam ao questionário afirmaram ter protocolo com alguma instituição, designadamente 3 com a DGLB, tal como acontece com o único EP especial que respondeu ao questionário, 2 com a biblioteca municipal e outro com “outras bibliotecas”.

As bibliotecas dispunham de protocolos com as bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, colaboração que foi progressivamente substituída pela participação das bibliotecas municipais.

O protocolo estabelecido em 1998, entre a DGSP e a DGLB, intitulado *Programa Leitura sem Fronteiras* promove a oferta de livros, acções pontuais de sensibilização do livro e da leitura, acções continuadas de contacto com textos e os seus autores que abrangem diversos estabelecimentos cada ano. A Provedoria de Justiça (1998:244) refere que o protocolo destina-se “ao aumento do acervo das bibliotecas dos estabelecimentos, à formação de bibliotecários e à promoção de iniciativas de incentivo à leitura e que se espera venha a contribuir para a renovação dos espólios literários e sua actualização”.

São os acordos formados por instituições governamentais que tutelam a justiça e a cultura, que têm permitido, noutros países como o Reino Unido, a França, a Espanha, a Itália ou a Holanda, o desenvolvimento com sucesso, das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais (Barlotti, 2003; Blunt, 1994; Burgos Oliván e Sulé Duesa, 2003; Prison Service, 2000; Reijnders, 1996). Na prática, estes acordos são depois desenvolvidos entre as bibliotecas dos EP e as bibliotecas e outras instituições locais, abrangendo diversas vertentes do trabalho a desenvolver tal como refere Guidez (1996):

“La volonté politique mise en pratique dans les régions a donné les résultats que nous avons exposés. Des bibliothèques ont été aménagées dans les établissements. Des budgets sont affectés pour les acquisitions. Les bibliothèques publiques s’engagent dans un processus d’aide technique et professionnelle au travers de conventions”.

No caso português, não é visível que a colaboração que se tem vindo a desenvolver, tenha tido um papel preponderante na modernização das bibliotecas dos EP ou numa maior abertura das mesmas ao exterior, estabelecendo uma rede de bibliotecas de EP com ligação ao mundo em seu redor, como a literatura sugere para outros países.

Têm-se realizado diversas iniciativas de dinamização da leitura ao longo dos anos que abrangeram em 1999, 8 estabelecimentos, em 2000, 15 estabelecimentos e em 2003, 21 estabelecimentos. Em 2004, o número de estabelecimentos abrangidos foi 25, e em 2006 esse número desceu para 16.

Refira-se também a existência de protocolos ou colaborações com a Fundação do Gil, Juntas de Freguesia, Escolas Secundárias e associações particulares.

A investigação sugere que a colaboração com as bibliotecas municipais é aquela a que mais frequentemente as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais recorrem:

*“Trazem-nos sempre experiências e transmitem-nos experiências que nós depois podemos aplicar aqui. Por exemplo a ideia do livro colectivo surge de uma dessas reuniões com o director da biblioteca municipal em que tinha sido feita essa experiência numa escola do ensino básico e tinha resultado muito bem. E eu achei muito interessante e eu insisti com a*

*(...), temos que a fazer também. Foi aquela que mais me cativou na altura. A ideia das palavras livres, por acaso até tiveram depois um profissional para nos ceder para tratar disso, também foi da biblioteca municipal. E depois a formação, quando eles têm alguma formação, comunicam-nos sempre. Para além de que realmente têm-nos ajudado com alguns empréstimos que nos precisamos”.*

*(EP-B5)*

Esta colaboração pode abranger várias vertentes do serviço bibliotecário: formação, apoio técnico na organização da biblioteca, apoio na realização de actividades de dinamização, e a mais comum, o empréstimo de colecções como sugerem Burgos Oliván e Sulé Duesa (2003).

Singer (2000:14) aponta para a importância que o empréstimo interbibliotecário representa para a biblioteca do EP, “is a lifeline to the outside world and can be utilized to obtain materials that are new or in high demand or which represent on-of-a-kind requests”.

Calixto (2001) no seu estudo realizado sobre as bibliotecas públicas em Portugal refere a colaboração que algumas bibliotecas mantêm com os estabelecimentos prisionais. Esta é uma área de trabalho das bibliotecas municipais ainda incipiente, em que o serviço prestado incide quase exclusivamente no empréstimo de colecções, que necessita de um desenvolvimento estruturado com recursos financeiros atribuídos especificamente para esta área.

Calvo (1997) através da comparação entre as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais no Reino Unido e aquelas dos estabelecimentos em Espanha conclui que a colaboração e o apoio das bibliotecas públicas é essencial para o desenvolvimento e a transformação das bibliotecas dos EP. Carolis (2000) e Costanzo (2003) referem exemplos de sucesso em Itália, em que os sistemas bibliotecários locais abrangem activamente as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais que são integradas nesses sistemas com, por exemplo, um catálogo conjunto disponível para todas as bibliotecas do sistema.

Muitas vezes, a indisponibilidade dos técnicos do Serviço de Educação e Ensino no acompanhamento dos técnicos das bibliotecas municipais, é o que tem influenciado a irregularidade da presença destes nos estabelecimentos. A receptividade por parte das bibliotecas municipais é muito grande, de acordo com os entrevistados, para a qual não existe o acompanhamento suficiente dos técnicos, mais uma vez devido à variedade de funções que estes têm de exercer. Por isso, a colaboração deve assumir um carácter formal, que obrigue a uma regularidade e uma continuidade do projecto definido, como apontam os entrevistados:

*“Houve uma proposta, uma tentativa, um ensaio que se fez há uns anos atrás, 5, 6 anos mas ficou pelo caminho e, reconhecidamente, porque nós não tínhamos capacidade de recursos humanos para fazer uma parceria com eles. Porque de facto a Câmara Municipal*

*de (...) e as bibliotecas que eles vão dinamizando, a equipa era fabulosa e podíamos ter feito um bom trabalho na altura mas os técnicos eram insuficientes aqui neste serviço estávamos com uma população de quase mil reclusas e, portanto ficou parado”.*

*(EP-B3)*

Este capítulo apresentou os resultados obtidos no projecto de investigação tendo por base a estrutura apresentada no capítulo anterior. Os dados obtidos através do questionário, das entrevistas, de fontes e da observação foram analisados revelando as tendências actuais no desenvolvimento das bibliotecas de estabelecimentos prisionais, em Portugal.

Sugere-se assim que, a nível nacional, as bibliotecas de EP estão ainda longe da situação ideal quer a nível de recursos quer de utilização de instrumentos padronizados na sua gestão.

As bibliotecas de EP não são geridas por profissionais bibliotecários e os técnicos superiores de reeducação têm pouco tempo disponível para a biblioteca sendo a sua gestão baseada no senso comum destes profissionais e por isso o trabalho desenvolvido pelos reclusos no quotidiano das bibliotecas é extremamente valorizado.

Do mesmo modo, as infraestruturas e os recursos humanos, materiais e documentais são considerados insuficientes. Seguindo a mesma tendência, também, a disponibilização das TIC e o acesso à Internet são questões ainda por normalizar. Também o desenvolvimento do fundo documental está longe do desejável, não havendo uma política de aquisições definida. Esta questão é mais notória no que respeita aos recursos multimédia.

Foram verificados, também, baixos níveis de utilização das bibliotecas, sendo os serviços com mais afluência a leitura de jornais e revistas e a participação em actividades de dinamização. Estas abrangem as áreas da leitura, da música, do teatro, entre outras, e contam muitas vezes com o apoio de entidades exteriores, nomeadamente as bibliotecas municipais próximas aos estabelecimentos prisionais.

As perspectivas dos entrevistados, reveladas a partir de excertos das entrevistas fornecem uma visão esclarecedora e contextualizadora das bibliotecas de estabelecimentos prisionais, por vezes discordante das orientações sugeridas pela literatura apresentada.

## 5. Conclusões e recomendações

*“...a existência e dinamização das bibliotecas como geradoras de informação, cultura e prazer na sua prática, levando os reclusos a aproveitarem esta ‘pausa’ no seu percurso de vida para a sua formação, informação e valorização, podendo ela preencher o vazio e a falta de contacto com o mundo exterior e tornando-os cidadãos aptos a enfrentar o exterior quando deixarem os muros da prisão”.*

(Afonso, 2000:96)

### 5.1. Introdução

A partir dos resultados analisados no capítulo anterior, são a seguir apresentadas as conclusões desta investigação realizada em bibliotecas de estabelecimentos prisionais bem como a proposta de algumas recomendações e futuros projectos de investigação a realizar nesta área, que se esperam úteis para possibilitar um avanço do conhecimento nesta área científica.

A realização deste estudo e a possibilidade de visitar as bibliotecas de estabelecimentos prisionais contribuiu para um conhecimento mais profundo sobre os estabelecimentos prisionais, as suas bibliotecas e os serviços desenvolvidos. Da mesma forma, com a apresentação dos resultados, espera-se proporcionar e transmitir as observações e aprendizagens adquiridas sobre as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais, em Portugal. Este foi um caminho de investigação, de estudo e de aprendizagem de como a construção de diferentes hábitos e comportamentos dos reclusos pode ser estimulada com a presença dos livros e das bibliotecas em meio prisional.

As considerações apresentadas ao longo do trabalho referem-se maioritariamente, como a origem da literatura indica, à América do Norte e Europa Ocidental, já que pouco é conhecido sobre a realidade em outros países. Relembra-se também que, as conclusões e recomendações apresentadas são resultado da observação e da análise dos dados recolhidos em 6 estabelecimentos prisionais e, da análise de fontes documentais. Estas conclusões apontam para a existência de diversos constrangimentos que podem condicionar o desenvolvimento das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais, em Portugal, à semelhança de outros países europeus.



## **5.2. As bibliotecas dos estabelecimentos: que perspectivas?**

A investigação realizada mostra que o desenvolvimento das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais teve um maior incremento a partir do final dos anos 90 do século XX. Todavia, também é sugerido que esse desenvolvimento, em Portugal, é construído à margem daqueles que são os critérios considerados na literatura como necessários para a implementação destes serviços. No relatório de 2003, a DGSP evidencia os aspectos para os quais tem direccionado os seus esforços de desenvolvimento “tendo em vista uma melhor compreensão dos interesses e necessidades dos reclusos para consequentemente possibilitar um melhor planeamento dos projectos educativos” (DGSP, 2003:23):

- ↳ Estatística dos dados relativos aos movimentos de livros e a sua relação ao nível de escolaridade dos reclusos;
- ↳ Caracterização da população que frequenta a biblioteca e géneros mais procurados;
- ↳ Promoção de iniciativas de incentivo à leitura, onde se integram concursos literários, encontros com os escritores e debates com os reclusos;
- ↳ Colaboração com entidades públicas e privadas com vista ao aumento e diversificação do espólio das bibliotecas;
- ↳ Apetrechamento e renovação das bibliotecas com equipamentos e materiais diversos necessários ao seu funcionamento (mobiliário, equipamento informático, etc.).

Apontam-se em seguida alguns aspectos que, pensa-se, contribuem para o desenvolvimento das bibliotecas de estabelecimentos prisionais e que a investigação indicia que têm sido preteridos pelos técnicos, pelas administrações dos EP ou pelas instituições governamentais que tutelam as áreas da justiça e da cultura.

A investigação revela a inexistência de normas e procedimentos para a organização, gestão e funcionamento das bibliotecas comuns a todos os estabelecimentos prisionais paralelamente ao desconhecimento das orientações internacionalmente reconhecidas para aplicação nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais. Por um lado, a sua aplicação é considerada vantajosa, pois permite disponibilizar ao recluso um serviço semelhante ao que ele encontrará no exterior, por outro, essa aplicação não tem qualquer utilidade prática no quotidiano da biblioteca do EP.

A investigação revela também uma preocupação na resolução das questões mais imediatas e não em desenvolver serviços estruturados com políticas e procedimentos



definidos para todos os estabelecimentos, o que reflecte a ausência de profissionalização dos serviços.

A biblioteca é vista como um elemento dinamizador da vida dos reclusos na prisão, capaz de motivar a alteração de hábitos e comportamentos, através da ocupação do tempo passado no estabelecimento. Porém, essa importância não é acompanhada por uma melhoria e desenvolvimento estruturado dos serviços. Apesar das reconhecidas carências, muitas vezes a resposta é “não se pode fazer mais”.

Sugerem-se, através dos resultados da investigação, diversos benefícios que a biblioteca pode trazer aos reclusos. A ocupação dos tempos livres, o incentivo à criação de hábitos de leitura e de pesquisa e a progressiva familiarização com a biblioteca, a manter com a reinserção do recluso na sociedade, são considerados os mais importantes.

Estes benefícios contribuem para alteração de valores dos reclusos e poderão moldar e influenciar o seu comportamento futuro na reentrada na sociedade, criando cidadãos capazes de intervir e de decidir.

As bibliotecas de estabelecimentos prisionais desenvolvem fundamentalmente o seu papel de centro de apoio ao lazer e centro de apoio aos programas educativos do estabelecimento, relegando para segundo plano o desenvolvimento e a concretização de outros possíveis papéis para cumprimento das suas funções formativa, educativa, informativa e recreativa. A investigação sugere que predomina o modelo de biblioteca pública e os interesses dos reclusos mas é difícil a manutenção de todos os papéis que a biblioteca pode assumir e a satisfação de todas as necessidades informativas e educativas dos reclusos.

A investigação sugere que as bibliotecas assumem uma perspectiva de espaço cultural, de convívio, de comunicação e interacção não só com o livro mas também com os outros reclusos, à semelhança do espaço de sociabilidade sugerido por Fabiani (1997). Para este autor, não se pode ambicionar a tornar estes espaços semelhantes aos espaços exteriores com um funcionamento *normal*, dadas as características socioculturais da população prisional e a natureza e objectivos do sistema penitenciário.

Coordenadas pelos Serviços de Educação e Ensino de cada estabelecimento, apoiadas num modelo de funcionamento autónomo, as bibliotecas têm uma organização sustentada pelo senso comum dos técnicos, sem procedimentos uniformizados para todos os estabelecimentos. Os Centros de Competências da DGSP poderiam assumir um papel coordenador e uniformizador das bibliotecas dos EP, estimulando a comunicação entre as mesmas. A investigação indicia falta de comunicação entre as bibliotecas dos

diferentes estabelecimentos prisionais e um desconhecimento do trabalho desenvolvido por cada uma delas.

Os dados analisados sugerem a escassez de recursos em diversas vertentes, entre os quais se destacam os recursos financeiros, com orçamentos que parecem insuficientes para abranger todas as necessidades de aquisições (materiais e documentais) e os recursos humanos, com poucos técnicos que não têm formação específica para o desenvolvimento e criação de diferentes e mais atractivos serviços e actividades.

Os serviços disponibilizados são os serviços de consulta local, empréstimo e extensão bibliotecária. A investigação mostra que a integração de bibliotecários permitiria o desenvolvimento de áreas de trabalho já existentes e a criação de novos serviços e valências para a biblioteca, possibilitando um aumento do número de utilizadores. As actividades de dinamização do espaço e os projectos realizados são os meios mais adequados para estimular os reclusos para a utilização regular da biblioteca e, conseqüentemente para a progressiva criação de diferentes hábitos de leitura.

Tendo em consideração as características físicas dos estabelecimentos, os resultados apontam para uma satisfação por parte dos entrevistados relativamente aos espaços existentes.

Contudo, a partir da observação dos espaços, sugerem-se diversas fraquezas que podem ter algum impacto negativo no papel reabilitativo que a biblioteca desempenha:

- ↳ A adaptação a espaços existentes que muitas vezes não reúnem condições para instalação da biblioteca, por exemplo celas diminutas com pouca luminosidade;
- ↳ A partilha de espaços com outros serviços do estabelecimento que pode criar limites no acesso à biblioteca;
- ↳ A dimensão dos espaços que, em muitos estabelecimentos, condiciona a instalação de uma sala de leitura, a realização de actividades de dinamização e, até mesmo, a disponibilização da totalidade das colecções;
- ↳ A localização do espaço e o reduzido horário de funcionamento que podem criar também dificuldades no acesso.

A utilização das TIC nas bibliotecas dos EP não obedece a condições comuns a todos os estabelecimentos e pode abranger duas vertentes: a utilização enquanto suporte do trabalho técnico e a utilização enquanto suporte e recurso de informação para os reclusos, nomeadamente de apoio ao ensino ou para consulta de documentos multimédia. A utilização para acesso à Internet não é permitida no espaço da biblioteca,

nem através de mediação do técnico responsável. O acesso à Internet pode ser feito pelo técnico responsável no seu posto de trabalho pessoal.

Quanto aos recursos humanos, destaca-se o trabalho desenvolvido pelos técnicos superiores de reeducação, que com a multiplicidade de tarefas inerentes às suas funções, pouco tempo podem dedicar à biblioteca, delegando nos reclusos todas as tarefas da gestão quotidiana. Os reclusos desenvolvem um papel fundamental na organização e funcionamento diário da biblioteca e na mediação e comunicação com os outros reclusos, utilizadores da mesma. A investigação sugere que esta ocupação possibilita-lhes alguns benefícios, contribuindo quer para a sua valorização enquanto indivíduo, quer para a sua valorização no EP, junto dos técnicos e administração e dos reclusos.

As colecções disponibilizadas aos reclusos apresentam-se em quantidade considerada suficiente pelos entrevistados, embora abaixo dos níveis propostos pela IFLA, nomeadamente no que diz respeito à assinatura de publicações periódicas e aos recursos multimédia. A investigação sugere baixos níveis de qualidade e actualização.

Não existe uma política de aquisição e desenvolvimento de colecções, estando a biblioteca sujeita às ofertas recebidas por diversas instituições. A área de maior desenvolvimento é a área da ficção em detrimento das áreas de referência, do conhecimento, da saúde ou da justiça. A investigação evidencia ainda a necessidade de desenvolvimento na vertente de aquisição de publicações em línguas estrangeiras representativas da população prisional.

Os níveis de utilização das bibliotecas são considerados baixos, consequência principalmente dos baixos níveis de literacia e da falta de hábitos de leitura dos reclusos. Existem alguns factores que contribuem regularmente para os níveis de utilização: a realização de trabalhos escolares, a leitura de publicações periódicas e a realização de actividades de dinamização do livro e da leitura. Ao contrário do que é sugerido na literatura, as bibliotecas dos estabelecimentos portugueses servem exclusivamente para utilização dos reclusos. A investigação não sugere interesse em abranger outros grupos de utilizadores que têm a possibilidade de consultar recursos em bibliotecas exteriores ao estabelecimento. Com a escassez de recursos disponíveis não é considerada pertinente a aquisição de recursos direccionados a outros utilizadores para além dos reclusos.

A realização das actividades de dinamização é irregular e não obedece a uma planificação anualmente definida. As actividades são realizadas com maior incidência durante o período escolar, resultado da colaboração que existe entre os Serviços de

Educação e Ensino e o corpo docente que serve o estabelecimento. São preparadas actividades que abrangem a escrita, a leitura, a música, o teatro e o cinema, entre outras.

A existência de acordos formais ou informais com instituições exteriores ao estabelecimento foi também um dos pontos abordados nesta investigação. Cerca de metade dos estabelecimentos que responderam ao questionário exploratório não têm acordos de colaboração estabelecidos. O protocolo assinado entre a DGSP e a DGLB não abrange anualmente todos os estabelecimentos. Os acordos abrangem normalmente duas vertentes: o apoio na realização de actividades de dinamização e o apoio às colecções quer através de empréstimo interbibliotecário (com as bibliotecas municipais), quer através de doações (DGLB). O apoio noutras áreas (formação, apoio técnico na organização da biblioteca) é menos comum.

Sumariamente, e tendo em atenção as respostas obtidas para a última questão proposta no guião da entrevista relacionada com as fraquezas das bibliotecas, a investigação indicia que:

- ↳ A localização é considerada desvantajosa, no caso daquelas bibliotecas que não se situam na zona prisional de alojamento, porque exige mais medidas de segurança e procedimentos a tomar (os reclusos devem inscrever-se junto do chefe de ala e dizer a hora e dia a que querem ir);
- ↳ O espaço físico, de dimensões reduzidas, não possibilita a realização de actividades de dinamização;
- ↳ Existe uma fraca actualização de colecções, nomeadamente de livros em língua estrangeira e recursos multimédia;
- ↳ Existe um fraco desenvolvimento das TIC;
- ↳ Existe falta de organização da biblioteca, consequência do pouco tempo dedicado pelos técnicos superiores de reeducação a estes serviços, que condiciona a visibilidade e o nível de divulgação da mesma junto dos reclusos;
- ↳ A falta de hábitos de leitura dos reclusos contribui para a fraca utilização da biblioteca.

Uma leitura atenta dos resultados deixa transparecer outros constrangimentos com que os técnicos se deparam diariamente: ausência de formação aliada à falta de recursos informáticos, materiais e informativos.

### 5.3. Algumas recomendações

Propõem-se neste ponto, algumas recomendações que se pensa pertinentes para o desenvolvimento destes serviços, consolidando o seu papel dentro dos estabelecimentos prisionais e transformando a biblioteca num centro de recursos informacionais com diversidade de temáticas, suportes e ligação ao mundo exterior, favorecendo sempre a procura de nova e mais actual informação, sendo que as duas primeiras recomendações são consideradas essenciais e das quais todas outras poderão decorrer. Algumas destas recomendações têm sido também referidas nos relatórios das inspecções realizadas pela Provedoria de Justiça.

A **sensibilização da estrutura organizacional** e dos restantes funcionários dos estabelecimentos prisionais, nomeadamente dos responsáveis pela segurança do EP, para o trabalho desenvolvido na biblioteca.

A **integração de bibliotecários profissionais** sob a coordenação do Serviço de Educação e Ensino, que dedicariam todo o seu tempo de trabalho à biblioteca e que deveriam ter a coordenação dos diferentes espaços da biblioteca no estabelecimento. Vários países da Europa revelam uma tendência para a progressiva profissionalização das bibliotecas dos EP, em Espanha, principalmente na Catalunha, em França ou no Reino Unido.

A participação de bibliotecários na gestão da biblioteca poderia decorrer da integração de profissionais no quadro de pessoal da DGSP ou através da integração das bibliotecas dos estabelecimentos em redes locais de bibliotecas.

A **definição de normas de funcionamento** que poderiam auxiliar no reconhecimento e desenvolvimentos dos serviços, uniformizando procedimentos nos diferentes estabelecimentos.

A **reorganização e equipamento dos espaços existentes**. Mesmo que existam diferentes espaços localizados nas diferentes alas, deveria existir apenas uma biblioteca com diversos pólos e não várias bibliotecas que funcionam independentes. Os espaços deveriam ser readaptados com material e mobiliário adequados, permitindo a consulta local e a realização de actividades. Deveria também ser permitido o desenvolvimento das TIC, por exemplo, com a criação de redes e acesso a catálogos de bibliotecas locais, Curry (2003) defende que os reclusos, durante o tempo que passam no estabelecimento prisional, são muitas vezes *information poor* porque não beneficiam dos recursos normalmente disponibilizados nas outras bibliotecas.

Por último, deveria ser feito um esforço para a manutenção de horários mais alargados de funcionamento, por exemplo ao fim-de-semana, permitindo o acesso aos reclusos com ocupações laborais.

**A criação de políticas de aquisição e desenvolvimento de colecções** que permitiriam a actualização regular e uma maior diversidade temática, nomeadamente nas áreas da saúde, da justiça, técnica e profissional. Aumento das assinaturas de publicações periódicas e recursos em suporte multimédia que possibilitariam uma actualização mais regular com menos custos e menos problemas nas questões de armazenamento. A Provedoria de Justiça (1996; 1998; 2003) aponta para o esforço que deveria ser feito para dinamizar a colaboração das diversas entidades públicas e privadas, para as ofertas às bibliotecas dos estabelecimentos, aplicando o Estatuto de Mecenato, e para a aquisição de livros em língua estrangeira. Para tal sugere o desenvolvimento de contactos com embaixadas e serviços consulares dos diferentes países representados, sensibilizando para a sua colaboração ou ainda com entidades, em Portugal, que editem publicações periódicas destinadas às comunidades estrangeiras, no sentido de assegurar, nos estabelecimentos com maior número de reclusos dessas comunidades, a disponibilização dessas publicações.

**A dinamização regular das colecções**, proporcionando o livre acesso às mesmas onde não exista e preparando regularmente dossiês temáticos com recortes de imprensa, mostras bibliográficas e destaques temáticos, estimulando a leitura através da narrativa, do diálogo, do debate, procurando adequar as actividades aos diferentes grupos de reclusos existentes.

**A criação de redes de bibliotecas** que podem ter duas vertentes. Uma, a criação de uma rede de bibliotecas dos estabelecimentos prisionais que promoveria uma maior colaboração e conhecimento das bibliotecas dos diversos EP, outra a criação de uma rede que envolveria as bibliotecas locais e a biblioteca do estabelecimento. Neste âmbito, deve também referir-se a celebração de protocolos não só com as bibliotecas municipais mas com outras entidades locais, mesmo entidades privadas, “desta forma fazendo participar a comunidade em que a prisão se insere na vida prisional, atenuando o fosso que separa o regime de reclusão e a vida social em liberdade” (Provedoria de Justiça, 1996:111).

**A criação de grupos de trabalho, associações** ou projectos comuns com diversas vantagens para o desenvolvimento das bibliotecas dos estabelecimentos, nomeadamente evitaria o isolamento das bibliotecas e dos profissionais que nelas desenvolvem o seu

trabalho, funcionando como fóruns de comunicação para os bibliotecários e outros técnicos.

A **sensibilização do meio académico**, das instituições académicas que desenvolvem cursos na área das bibliotecas e da ciência da informação, para a existência destes serviços (Garcia Pérez, 2001; Lehmann, 2000a; Lucas, 1990; Singer, 2000). São poucos os programas de ensino que preparam os profissionais para o desempenho de funções nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais.

#### **5.4. Propostas para futuras investigações**

Este estudo é um, entre os poucos que têm abordado a questão das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em Portugal. A escassa literatura portuguesa apresentada neste projecto reflecte a necessidade de novos estudos e projectos de investigação numa área ainda pouco conhecida pelos profissionais da informação e documentação.

O projecto de investigação apresentado procurou de forma genérica abranger os diversos factores que podem influenciar o crescimento das bibliotecas nos estabelecimentos prisionais, através das perspectivas dos técnicos que nelas trabalham e, mais raramente, através da perspectiva de outros técnicos e directores dos estabelecimentos, suscitando diversas questões que podem servir de fundamento para novos estudos e investigações mais específicos.

Por si só, cada um dos pontos apresentados no capítulo dos resultados, pode ser objecto de aprofundamento através da análise das perspectivas de outros participantes activos desta realidade ou através de outros métodos de recolha de dados. A não existência de um elemento coordenador das bibliotecas dos EP promove a diversidade de perspectivas, algumas apresentadas neste estudo. Outros projectos de investigação podem aprofundar questões relacionadas com as normas de funcionamento das bibliotecas de estabelecimentos prisionais, auxiliando na uniformização dos procedimentos para os diferentes estabelecimentos prisionais, através do estudo aprofundado dos estabelecimentos, das bibliotecas e da população prisional.

A investigação também aponta para a diversidade de opiniões no que diz respeito à integração de bibliotecários no ambiente prisional, sendo que esta não é uma questão que mereça a concordância da maioria dos entrevistados, ao contrário do que a literatura demonstra, tornando-se esta, uma questão que poderá ser pertinente abordar em novas investigações, procurando clarificar melhor as formas de enquadramento destes profissionais e papéis a desenvolver no contexto prisional, tendo em atenção a relação

que deve existir com os Serviços de Educação e Ensino e os docentes em cada estabelecimento.

A investigação sugere a utilização ainda incipiente e problemática das TIC em ambiente prisional. A abordagem a este aspecto por estudos que indiciem a pertinência da sua utilização e definam critérios de utilização das TIC podem auxiliar na clarificação do impacto que as TIC podem ter junto dos reclusos no acesso à informação, no contacto com o exterior, na construção de hábitos de consulta e, conseqüentemente, na alteração de comportamentos.

O estabelecimento de critérios quer para gestão interna das bibliotecas quer para utilização pelos reclusos, tendo em atenção os procedimentos de segurança dos estabelecimentos para o acesso a catálogos de outras bibliotecas, a bases de dados ou o acesso controlado à Internet são questões que merecem uma abordagem mais aprofundada do que aquela iniciada nesta investigação.

A investigação sugere, à semelhança da literatura, que quando existem colaborações regulares e formalizadas com instituições exteriores, nomeadamente as bibliotecas de âmbito local, estas contribuem de forma positiva para o crescimento das bibliotecas de estabelecimentos prisionais. A criação de redes entre as bibliotecas de estabelecimentos prisionais e entre estes e as bibliotecas locais, é assim um dos aspectos que importa aprofundar em outros estudos, designadamente a definição dos moldes em que essas parcerias poderiam ser institucionalizadas de acordo com a realidade portuguesa.



## Bibliografia<sup>1</sup>

AFONSO, Isilda Maria da Conceição Magalhães Lourenço (2000) – **A leitura na prisão** [Texto policopiado]. Braga : [s.n]. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para a obtenção do grau de Mestre em Educação, especialização em Supervisão Pedagógica em Ensino do Português [TM].

ASSOCIATION OF SPECIALIZED AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES (1992) – **Library standards for adult correctional institutions**. Chicago : American Library Association.

AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION (1990) – **Australian prison libraries : minimum standard guidelines** [Em linha]. Canberra : Australian Library and Information Association. [Consultado em 11-04-2005]. Disponível em <http://www.aic.gov.au/research/corrections/standards/PrisonLibraries/> .

BARLOTTI, M. Ângela (2003) – **Prison libraries in Italy** [Em linha]. Comunicação apresentada no World Library and Information Congress: 69th IFLA General Conference and Council, realizado em Berlim, de 1 a 9 de Agosto de 2003. [Consultado em 11-04-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/127e-Barlotti.pdf>.

BELL, Judith (2004) – **Como realizar um projecto de investigação**. 3ª ed. Lisboa : Gradiva.

BERGMAN, Manfred Max ; COXON, Anthony P. M. (2005) – *The quality in qualitative methods*. **Forum of Qualitative Research** [Em linha]. Vol. 6, n.º 2. [Consultado em 18-08-2006]. Disponível em <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-05/05-2-34-e.htm>.

BLUNT, P. (1994) – *Prison library services : the prison service perspective*. **Public Library Journal**. Vol.9, n.º6, p.163-165.

BOGDAN, Robert ; BIKLEN, Sari (1994) – **Investigação qualitativa em educação**. Porto : Porto Editora.

BOUCHARD, Joseph ; KUNZE, Linda (2003) – *Teaching diverse students in a correction setting with assistance from the library*. **Journal of Correctional Education**. Vol.54, n.º2, p.66-69.

BOWDEN, Teresa S. (2003) – *A snapshot of state prison libraries : with a focus on technology*. **Behavioral & Social Sciences Librarian**. Vol.21, n.º2, p.1-12.

BRUGIÈRE, Gérard (1998) – *Du caritatif au militantisme, du militantisme au service public*. **Bulletin d'informations de l'Association des Bibliothécaires Français**. N.º181, p. 8-31.

BURGOS OLIVÁN, Lola, SULÉ DUESA, Andreu (2003) – *La biblioteca del Centre Penitenciari de Joves de Barcelona*. **Item: revista catalana de documentación** [Em linha]. N.º33, p.28-50. [Consultado em 10-05-2007]. Disponível em <http://racocat.net/index.php/Item/article/view/22587/2241>.

CACHO, Mark S. (2003) – *Prison and jail law libraries : where do we go from here*. **Corrections Today**. Vol.65, n.º4, p.15-16.

---

<sup>1</sup> As referências bibliográficas são apresentadas segundo as normas NP 405-1, NP 405-2, NP 405-3 e a NP 405-4.

CALIXTO, José António (2001) – **The educational roles of public libraries in Portugal : political and professional perceptions**. Sheffield : [s.n]. Dissertação apresentada à University of Sheffield para a obtenção do grau de Doutoramento em Filosofia.

CALVO, Blanca (1997) – *Sendas de libertad*. **Educación y Biblioteca**. Nº 85, p.57-60.

CAROLIS, Elena de (2000) – *Diritto di lettura : l'esperienza della biblioteca carceraria*. **Bollettino AIB**. Vol.40, n.º 3, p.347-362.

CASTELL PADILLA, Laia [et al.] (2004) – *Art pop i cumetratges a una biblioteca penitenciària: tallers de dinamització cultural a la biblioteca del Centre Penitenciari de Joves de Barcelona*. **Bid: textos universitaris de biblioteconomia i documentació** [Em linha]. N.º 13. [Consultado em 10-05-2007]. Disponível em <http://www.ub.es/bid/bid13.htm>.

CEDERSP (2004) – **Relatório da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional** [Em linha]. [Consultado em 02-10-2007]. Disponível em [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC15/Ministerios/MJ/Comunicacao/Programas\\_e\\_Dossiers/20040217\\_MJ\\_Doss\\_Reforma\\_Sistema\\_Prisional.htm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/MJ/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20040217_MJ_Doss_Reforma_Sistema_Prisional.htm).

CHACÓN ALVARADO, Lucía (1993) – *Acceso a la información para los prisioneros*. **Bibliotecas** [Em linha]. Vol.11, n.º1. [Consultado em 10-05-2007]. Disponível em <http://www.una.ac.cr/bibliotecologia/boletin93.htm>.

CLARK, Sheila ; PATRICK, Bobbie (1999) - *Choose freedom read : book talks behind bars*. **American Libraries**. Agosto, p.63-64.

COSTA, Ludmila Popow Mayrink da (2003) – **Library services to prisoners in the state of Rio de Janeiro** [Em linha]. Comunicação apresentada no World Library and Information Congress: 69th IFLA General Conference and Council, realizado em Berlim, de 1 a 9 de Agosto de 2003. [Consultado em 28-04-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/143e-Mayrink.pdf>.

COSTANZO, Emanuela (2003) – **“ABC” and the Italian prison libraries** [Em linha]. Comunicação apresentada no World Library and Information Congress: 69th IFLA General Conference and Council, realizado em Berlim, de 1 a 9 de Agosto de 2003. [Consultado em 28-04-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/052e-Costanzo.pdf>.

COUNCIL OF EUROPE (2006) – **European prison rules** [Em linha]: **council of Europe recommendation n.º R (2006) 2**. [S.l.] : Council of Europe. [Consultado em 28-07-2008]. Disponível em <http://www.epea.org/>.

COUNCIL OF EUROPE (1990) – **Education in prison** [Em linha]: **council of Europe recommendation n.º R (89) 2**. [S.l.] : Council of Europe. [Consultado em 31-03-2005]. Disponível em <http://www.epea.org/>.

COUNCIL OF EUROPE (1987) – **European prison rules** [Em linha]: **council of Europe recommendation n.º R (87) 3**. [S.l.] : Council of Europe. [Consultado em 28-07-2008]. Disponível em <http://www.coe.int/>.

COUNCIL OF EUROPE (1973) – **Standard Minimum Rules for the Treatment of Prisoners** [Em linha]: **council of Europe resolution (73) 5**. [S.l.] : Council of Europe. [Consultado em 28-07-2008]. Disponível em <http://www.coe.int/>.

CURRY, Ann (2003) – *Canadian federal prison libraries : a national survey*. **Journal of Librarianship and Information Science**. Vol.35, n.º3, p.141-152.

DAVIS, Veronica A. (2000) – *Breaking out of the box : reinventing a juvenile-center library*. **American Libraries**. Novembro, p.58-61.

DECRETO-LEI n.º 265/79. D.R. I Série 176 (79-08-01) 1770 (5)-1770 (36).

DGSP (2000) – **Relatório de actividades**. [Lisboa] : Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

DGSP (2003) – **Relatório de actividades**. [Lisboa] : Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

DGSP (2006) – **Relatório de actividades : 2004** [Em linha]. [Lisboa] : Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais. [Consultado em 01-11-2007]. Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/>.

DGSP (2007) – **Relatório de actividades : 2005/2006** [Em linha]. [Lisboa] : Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais. [Consultado em 21-01-2008]. Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/>.

DIXEN, Rebecca ; THORSON, Stephanie (2001) – *How librarians serve people in prison*. **Computers in Libraries**. Vol.21, n.º9, p.48-53.

EIRAS, Bruno Duarte (2007) – *Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional*. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9, Açores, 2007 – **Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação: actas do 9º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. Lisboa : Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. 1 CD-ROM.

FABIANI, Jean-Louis (1997) – *Política y prácticas de la lectura en prisión : el caso francés*. **Educación y Biblioteca**. N.º 85, p.61-65.

FIELDING, Nigel (1994) – *Getting into computer-aided qualitative data analysis*. **ESRC Data Archive Bulletin** [Em linha]. Setembro. [Consultado em 21-08-2006]. Disponível em <http://caqdas.soc.surrey.ac.uk/onlinearticles.htm>.

FIELDING, Nigel (1995) – *Choosing the right qualitative software package*. **ESRC Data Archive Bulletin** [Em linha]. N.º58. [Consultado em 21-08-2006]. Disponível em <http://caqdas.soc.surrey.ac.uk/onlinearticles.htm>.

FIELDING, Nigel ; LEE, Ray (1995) – *The hypertext facility in qualitative analysis software*. **ESRC Data Archive Bulletin** [Em linha]. N.º59. [Consultado em 21-08-2006]. Disponível em <http://caqdas.soc.surrey.ac.uk/onlinearticles.htm>.

FLAGEAT, Marie-Claude (1998) – *Un exemple d'intervention de bibliothécaires en prison : la maison d'arrêt des Yvelines*. **Bulletin d'informations de l'Association des Bibliothécaires Français**. N.º181, p.36-39.

FODDY, William (2002) – **Como perguntar : teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários**. Oeiras : Celta.

FORTIN, Marie-Fabienne (2003) – **O processo de investigação : da concepção à realização**. 3ª ed. Loures : Lusociência.

FRANGANILLO, Jorge [et al.] (2006) – **Alfabetización digital en la prisión [Em linha]: una experiencia con jóvenes internos**. Comunicação apresentada ao II Congreso Internacional de Alfabetización Tecnológica, realizado em Badajoz, de 29 de Novembro a 1 de Dezembro de 2006. [Consultado em 10-05-2007]. Disponível em <http://eprints.rclis.org/archive/00008001>.

GARCÍA PEREZ, Mª Sandra (2001) – *Un acercamiento a las bibliotecas de los centros penitenciarios*. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecários**. N.º62, p.79-89.

GEARY, Mike (2003) – *Trends in prison library service*. **Bookmobiles and Outreach Services**. Vol.6, n.º1, p79-91.

GIBBS, Graham R. ; FRIESE, Susanne ; MANGABEIRA, Wilma C. (2002) – *The use of new technology in qualitative research. Introduction to issue 3(2) of FQS*. **Forum of Qualitative Research** [Em linha]. Vol.3, n.º2. [Consultado em 24-05-2006]. Disponível em <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-02/2-02hrsg-e.htm>.

GOLAY, A. (1990) – *Une bibliothèque ordinaire dans un cadre extraordinaire : la bibliothèque de la prison de Champ-Dollom (Genève)*. **ArbiDo-Revue**. Vol.5, n.º3, p.84-89.

GORMAN, G.E. ; CLAYTON, Peter (1997) – **Qualitative research for the information professional : a practical handbook**. London : Library Association Publishing.

GRIMES, Jonathan (2000) – **Rehabilitational vs. recreational principles in prison libraries [Em linha]: a study**. Newcastle : [s.n.]. Dissertação apresentada à University of Northumbria (Newcastle) para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Informação. [Consultado em 18-09-2005]. Disponível em <http://www.crookback.btinternet.co.uk/prisonlibrary.htm>.

GUIDEZ, Joelle (2002) – *Lire en prison*. **Bulletin des Bibliothèques de France** [Em linha]. T.47, n.º5, p.74-78. [Consultado em 04-04-2005]. Disponível em <http://bbf.enssib.fr>.

GUILHEM, Geneviève (1998) – *Être bibliothécaire en prison*. **Bulletin d'informations de l'Association des Bibliothécaires Français**. N.º181, p.32-35.

HILL, Manuela Magalhães ; HILL, Andrew (2002) – **Investigação por questionário**. 2ª ed. Lisboa : Edições Sílabo.

HOPKINS, L. (1994) – *Prison library services : the public library authorities perspective*. **Public Library Journal**. Vol.9, n.º6, p.159-161.

HUNSINGER, Isabel (1997) – *Austin MacCormic and the education of adult prisoners : still relevant today*. **Journal of Correctional Education**. Vol.48, n.º4, p.160-165.

IFLA (2005) – **Guidelines for library services to prisoners**. 3ª ed. The Hague : IFLA.

JOEL, Alfred (1990) – *The prison branch library*. **Library Association Record**. Vol.92, n.º11, p.850-851.

KAISER, Frances E. (1995) – **New technologies – new opportunities? The virtual library in a prison situation.** Istanbul : IFLA. Booklet 3 – IFLA General Conference, p.48-55.

KAISER, Frances E. (1993a) – *An introduction to the international guidelines for library services to prisoners.* **IFLA Journal.** Vol.19, n.º1, p.67-73.

KAISER, Frances E. (1993b) – **Pautas para servicios bibliotecarios para prisioneros.** La Haya : IFLA.

KAWULICH, Barbara B. (2005) – *Participant observation as a data collection method.* **Forum of Qualitative Research** [Em linha]. Vol.6, n.º2. [Consultado em 18-08-2006]. Disponível em <http://www.qualitative-research.net/fgs-texte/2-05/05-2-43-e.htm>.

KELLE, Udo (1997a) – *Capabilities for theory building and hypothesis testing in software for computer aided qualitative analysis.* **ESRC Data Archive Bulletin** [Em linha]. N.º65. [Consultado em 21-08-2006]. Disponível em <http://caqdas.soc.surrey.ac.uk/onlinearticles.htm>.

KELLE, Udo (1997b) – *Theory building in qualitative research and computer programs for the management of textual data.* **Sociological Research Online** [Em linha]. Vol.2, n.º2. [Consultado em 21-08-2006]. Disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/2/1.html>.

KINGS, Tricia (2004) – *Inside out : the Big Book Share.* **Library and Information Update** [Em linha]. Janeiro. [Consultado em 21-02-2005]. Disponível em <http://www.cilip.org.uk/publications/updatemagazine/>.

LEFFERS, Mary Jeanne (1990) – *Prison library : one day.* **Special Libraries.** Vol.81, n.º3, p.242-246.

LEHMANN, Vibeke (2003) – **Planning and implementing prison libraries: strategies and resources** [Em linha]. Comunicação apresentada no World Library and Information Congress: 69th IFLA General Conference and Council, realizado em Berlim, de 1 a 9 de Agosto de 2003. [Consultado em 04-04-2005]. Disponível em [http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/175-E\\_Lehmann.pdf](http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/175-E_Lehmann.pdf).

LEHMANN, Vibeke (2002) – *Strengthening family ties and literacy.* **IFLA Libraries Serving Disadvantaged Persons Section Newsletter** [Em linha]. N.º54, p.5-6. [Consultado em 05-04-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s9/nd1/54.pdf>.

LEHMANN, Vibeke (2000a) – *Prison librarians needed : a challenging career for those with the right professional and human skills.* **IFLA Journal** [Em linha]. Vol.26, n.º2, p.123-128. [Consultado em 05-04-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/iflai/jour2602.pdf>.

LEHMANN, Vibeke (2000b) – *The prison library : a vital link to education, rehabilitation and recreation.* **Education Libraries.** Vol.24, n.º1, p.5-10.

LIBRARY ASSOCIATION (1997) - **Guidelines for prison libraries.** London : Library Association.

LIEBER, Claudine ; CHAVIGNY, Dominique (2005) – **Les bibliothèques des établissements pénitentiaires.** [Paris] : Ministère de la Culture et de la Communication.

LIGGETT, J. M. (1996) – *Survey of Ohio's prison libraries.* **Journal of Interlibrary Loan, Document Delivery and Information Supply.** Vol.7, n.º1, p.31-45.

LITHGOW, Susan ; HEPWORTH, Jonh B. (1993) – *Performance measurements in prison libraries : research methods, problems and perspectives*. **Journal of Librarianship and Information Science**. Vol. 25, n.º 2, p. 61-69.

LITHGOW, Susan (1996) – **New roles, new skills** [Em linha]: **library an information services to disadvantaged users**. Comunicação apresentada na 62nd IFLA General Conference and Council, realizada em Beijing, de 25 a 31 de Agosto de 1996. [Consultado em 20-06-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/VI/ifla62/62-lits.htm>.

LUCAS, Linda (1990) – *Educating prison librarians*. **Journal of Education for Library and Information Science**. Vol.30, n.º3, p.218-225.

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria (2004) – **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

MARK, Amy E. (2005) – *Libraries without walls: an internship at Oshkosh correctional institution library*. **Behavioral & Social Sciences Librarian**. Vol.23, n.º2, p.97-111.

MARTÍN ROMAN, António (2005a) – **Ética profesional en las bibliotecas de los penales** [Em linha]. Comunicação apresentada no VII Encuentro Nacional Red de Bibliotecas de Derecho y Ciencias Jurídicas, Superior Tribunal de la Provincia de Córdoba. Centro de Capacitación Ricardo Núñez, Córdoba, Argentina, 12 de agosto de 2005. [Consultado em 25-05-2006]. Disponível em <http://www.biblioteca.jus.gov.ar/sitios-penitenciarios.html>.

MARTÍN ROMAN, António (2005b) – **Redes y ventanas** [Em linha]: **una biblioteca en la cárcel**. Comunicação apresentada na Jornada Bibliotecas y Tecnologías de la Información en Establecimientos Penitenciarios, Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Filosofía y Humanidades.; Programa Universitario en la Cárcel y la Escuela de Bibliotecología, Córdoba, Argentina, 1-2 de diciembre de 2005. [Consultado em 25-05-2006]. Disponível em <http://www.biblioteca.jus.gov.ar/sitios-penitenciarios.html>.

MARTÍN ROMAN, António (2005c) – **Tics en los servicios de bibliotecas de unidades carcelarias** [Em linha]. Comunicação apresentada nas Primeras Jornadas de Proyectos de Automatización y Digitalización en Unidades Información. Instituto Superior de Formación Docente y Técnica Nº 35. Dirección Provincial de Educación Superior y Capacitación Educativa. Provincia de Buenos Aires. Buenos Aires, 29 de octubre de 2005.[Consultado em 25-05-2006]. Disponível em <http://www.biblioteca.jus.gov.ar/sitios-penitenciarios.html>.

MASSE, Isabelle (1996) – *La lecture en prison*. **Bulletin des Bibliothèques de France** [Em linha]. T.41, n.º2, p.84-86. [Consultado em 04-04-2005]. Disponível em <http://bbf.enssib.fr>.

MAYOL I FERNÁNDEZ, Mª Carme (1991) – *Servicios bibliotecarios en las cárceles de Barcelona y provincia*. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecários**. Ano 7, n.º 23, p.15-28.

MCCOOK, Kathleen de la Peña (2004) – *Public libraries and people in jail*. **Reference & User Services Quarterly**. Vol.44, n.º1, p.26-30.

MEIZOSO CARBALLO, Josefa ; ALSINA, Javier del Valle-Inclán (1997) – *Aproximación a las bibliotecas de centros penitenciarios en Galicia*. **Educación y Biblioteca**. N.º85, p.52-54.

MEYHUA YIN (2003) – *Freedom to read: the Shanghai Public Library provides information services to prisoners*. **IFLA Libraries Serving Disadvantaged Persons Section Newsletter**. [Em linha]. N.º56, p.1-2. [Consultado em 05-04-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s9/nd1/56.pdf>.

NYENG, P. (1998) – *Library days behind bars*. **Scandinavian Public Library Quarterly**. Vol.31, n.º1, p.8-11.

PANDIT, Naresh R. (1996) – *The creation of theory : a recent application of the grounded theory method*. **The Qualitative Report** [Em linha]. Vol.2, n.º4. [Consultado em 24-05-2006]. Disponível em <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR2-4/pandit.html>.

PATTON, Michael Quinn (1990) – **Qualitative evaluation and research methods**. 2ª ed. London : Sage Publications.

PÉREZ MEDINA, Evelyn (2004) – *Las bibliotecas en las cárceles de Puerto Rico : contribuyen estas a la rehabilitación del confinado?*. **Acceso** [Em linha] . N.º6, p. 65-78. [Consultado em 25-06-2007]. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=25600605>.

PÉREZ PULIDO, Margarita ; SULÉ DUESA, Andreu (2004) – *Las bibliotecas de prisión en España : una propuesta de mejora de la gestión y el aprovechamiento de los recursos*. **Boletín de la ANABAD**. Tomo 54, n.º1-2, p.239-258.

PÉREZ PULIDO, Margarita (2002) – *Análisis de la percepción de una biblioteca de prisión por parte de la comunidad reclusa: propuesta metodológica basada en un estudio de caso*. **Forinf@** [Em linha]. N.º18, p.6-34. [Consultado em 25-06-2007]. Disponível em <http://lemi.uc3m.es/forinf@/index.php/Forinfa/issue/view/26>.

PÉREZ PULIDO, Margarita (2001) – *Prácticas de lectura en prisión : estudio de actitudes y comportamiento de los reclusos en el centro penitenciario de Badajoz*. **Anales de Documentación** [Em linha]. N.º4, p.193-213. [Consultado em 05-04-2005]. Disponível em <http://www.um.es/fccd/anales/ad04/a11lecprision.pdf>.

PÉREZ PULIDO, Margarita (1997) – *Acerca de las bibliotecas de prisiones y sus servicios*. **Educación y Biblioteca**. N.º 85, p.40-44.

PROVEDORIA DE JUSTIÇA (2003) – **As nossas prisões [Em linha]: relatório sobre o sistema prisional**. [Lisboa] : Provedoria de Justiça. [Consultado em 31-03-2005]. Disponível em <http://www.provedor-jus.pt/publicacoes/>.

PROVEDORIA DE JUSTIÇA (1998) – **As nossas prisões II [Em linha] : Relatório especial do Provedor de Justiça à Assembleia da República : 1998**. [Lisboa] : Provedoria de Justiça. [Consultado em 31-03-2005]. Disponível em <http://www.provedor-jus.pt/publicacoes/>.

PROVEDORIA DE JUSTIÇA (1996) – **Relatório sobre o sistema prisional [Em linha]**. [Lisboa] : Provedoria de Justiça. [Consultado em 31-03-2005]. Disponível em <http://www.provedor-jus.pt/publicacoes/>.

*Recruiting for prison libraries*. **Interface** [Em linha]. Vol.27, n.º1. [Consultado em 20-04-2005]. Disponível em <http://www.ala.org/ala/ascla/asclapubs/interface/interface.cfm>.

REESE, Diana (2003) – *Prisoners read to their children*. **Interface** [Em linha]. Vol.25, n.º3. [Consultado em 20-04-2005]. Disponível em <http://www.ala.org/ala/ascla/asclapubs/interface/interface.cfm>.

REIJNDERS, Katinka (1996) – *Library services for multicultural groups in dutch prisons*. **Journal of Correctional Education**. Vol.47, n.º3, p.127-132.

REINO UNIDO. Prison Service (2000) - **Prison libraries** [Em linha]: **Prison Service Order: order number 6710**. [Londres]: HM Prison Service. [Consultado em 23-09-2007]. Disponível em <http://pso.hmprisonservice.gov.uk/PSO%206710%20%20Prison%20Libraries.htm>.

REVELLI, Carlo (2004) – *Aumenta l'interesse per le biblioteche carcerarie*. **Biblioteche Oggi**. Vol.22, n.º3, p.42-45.

REVELLI, Carlo (1996) – *Biblioteche carcerarie*. **Biblioteche Oggi**. Vol.14, n.º7, p.42-46.

RIVAS BALTASAR, Choni (1997) – *Biblioteca "Aulla de las Libertades"*. **Educación y Biblioteca**. N.º85, p.55-56.

RUBIN, Rhea Joyce ; SUVAK, Daniel ; LEE, Richard [ed.] (1995) – **Libraries inside : a practical guide for prison librarians**. Jefferson [EUA] : McFarland & Company.

RULER, Lies Van (1993) – **The profile of a prison librarian**. Barcelona : IFLA. Booklet 3 – IFLA Council and Conference, p.14-16.

SANTOS, Boaventura de Sousa [dir.] ; GOMES, Conceição [coord.] (2003) – **A reinserção social dos reclusos** [Em linha]: **um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional**. Coimbra : Universidade de Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. [Consultado em 31-03-2005]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/portugues/estudos/index.html>.

SCHNEIDER, Julia (2004) – *Has your public librarian been in prison?*. **Interface** [Em linha]. Vol.26, n.º4. [Consultado em 20-04-2005]. Disponível em <http://www.ala.org/ala/ascla/asclapubs/interface/interface.cfm>.

SCHNEIDER, Julia (2003) – *Three experts describe "how to be a successful prison librarian: preparation for a foreign land"*. **Interface** [Em linha]. Vol.25, n.º3. [Consultado em 20-04-2005]. Disponível em <http://www.ala.org/ala/ascla/asclapubs/interface/interface.cfm>.

SCHNEIDER, Julia (1996) – *Prison libraries changes lives*. **American Libraries**. Vol.27, n.º10, p.46-48.

SHIRLEY, Glennor L. (2003) – *Correctional libraries, library standards, and diversity*. **Journal of Correctional Education**. Vol.54, n.º2, p.70-74.

SINGER, Glen (2000) – *Prison libraries inside out*. **Education Libraries**. Vol.24, n.º1, p.11-16.

STEARNS, Robert M. (2004) – *The prison library : an issue for corrections or a correct solution for its issues*. **Behavioral & Social Sciences Librarian**. Vol.23, n.º1, p.49-80.



STEVENS, T. ; USHERWOOD, B. (1995) – *The development of the prison library and its role within the models of rehabilitation*. **Howard Journal of Criminal Justice**. Vol.34, n.º1, p.45-63.

SULÉ DUESA, Andreu (2005) – **Les biblioteques de presó a Catalunya** [Em linha]. Barcelona : [s.n.]. Dissertação apresentada à Universitat de Barcelona para a obtenção do grau de Doutoramento em Documentação. [Consultado em 17-05-2006]. Disponível em [http://www.tdx.cesca.es/TESIS\\_UB/AVAILABLE/TDX-1021105-143457//TESI\\_ANDREU\\_SUL%C9.pdf](http://www.tdx.cesca.es/TESIS_UB/AVAILABLE/TDX-1021105-143457//TESI_ANDREU_SUL%C9.pdf).

SULÉ DUESA, Andreu (2001) – *Directrius de biblioteques de presons : un estudi comparatiu*. **Bid: textos universitaris de biblioteconomia i documentació** [Em linha]. N.º7. [Consultado em 10-05-2007]. Disponível em <http://www.ub.es/bid/bid07.htm>.

SULLIVAN, Larry E. (2000) – *The least of our brethren : library services to prisoners*. **American Libraries**. Vol.31, n.º5, p.56-58.

SUTTON, Peter, ed. (1994) – **La educación básica en los establecimientos penitenciarios** [Em linha]. [S.l.] : UNESCO, Instituto de Educación ; Nações Unidas. [Consultado em 12-06-2007]. Disponível em <http://www.unesco.org/education/uie/online/prisp/prisptit.html>.

TRASERRA CODERECH, Guadalupe [et al.] (1997) – *Biblioteca y prisión en Cataluña : un recurso educativo*. **Educación y Biblioteca**. N.º85, p.45-50.

VOGEL, Brenda (1997) – *Bailing out prison libraries*. **Library Journal**. Vol.122, n.º19, p.35-37.

VOGEL, Brenda (1996a) – *An innovative approach : advances in technology and strategic thinking*. **Corrections Today**. Vol.58, n.º4, p.120-122.

VOGEL, Brenda (1996b) – *The prison law library : from print to CD-ROM*. **Corrections Today**. Vol.58, n.º3, p.100-101.

VOGEL, Brenda (1995a) – **Down for the count : a prison library handbook**. Lanham [EUA] : Scarecrow Press.

VOGEL, Brenda (1995b) – *Meeting court mandates : the CD-ROM solution*. **Corrections Today**. Vol.57, n.º7, p.158-160.

VOGEL, Brenda (1994) – *Making prison libraries visible and accessible*. **Corrections Today**. Vol.56, n.º2, p.120-124.

WESTWOOD, Karen (1994) – *Prison law librarianship: a lesson in service for all librarians*. **American Libraries**. Vol.25, n.º2, p.152-154.

WILHELMUS, David W. (1999) – *A new emphasis for correctional facilities' libraries*. **Journal of Academic Librarianship**. Vol.25, n.º2, p.114-120.

WILKINSON, Sue (2005) – *Time to read : prisoners and the reading experience*. **Prison Service Journal**. N.º159, p.30-33.

WOMBOH, B. S. H. (1995) – *Research summary : an assessment of Nigerian prison libraries*. **Third World Libraries**. Vol.5, n.º2, p.74-75.

WOMBOH, B. S. H. (1991) – *Nigerian prison library services : status and needs*. **Focus on International & Comparative Librarianship**. Vol.22, n.º1, p.10-15.

ZYBERT, Elzbieta Barbara (2004) – *Prison libraries in Poland*. **IFLA Libraries Serving Disadvantaged Persons Section Newsletter**. [Em linha]. N.º58, p.5-6. [Consultado em 05-04-2005]. Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s9/nd1/LSDP-Newsletter58.pdf>.

## **Anexos**

## **Anexo 1 – Primeira carta enviada à DGSP**

FERNANDA MARIA CUNHA FERREIRA SERRANO  
Av. Humberto Delgado, Lt 65 – 1º dto  
Quinta do Conde  
2975-311 Quinta do Conde  
Tel.: 933309151  
E-mail: fernandaferreira@iol.pt

Quinta do Conde, 14 de Julho de 2005

Exmo. Senhor Director Geral  
dos Serviços Prisionais

O meu nome é Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano e sou Técnica Superior de Biblioteca e Documentação e estou actualmente a preparar um projecto para desenvolvimento de uma tese no Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação da Universidade de Évora (2004-2005), sob a orientação do Professor Doutor José António Calixto.

Esta investigação tem como tema **A Biblioteca de Prisão em Portugal**. Este projecto será baseado no estudo e análise da realidade actual das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em Portugal, a partir do tratamento de dados recolhidos por um questionário inicial (proposta que junto a este requerimento) a todas as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais da lista que apresento em anexo e por visitas realizadas a cerca de 6 estabelecimentos prisionais com entrevistas pessoais ao Director do estabelecimento prisional e ao responsável pela biblioteca, que permitirão uma investigação mais pormenorizada da realidade destes serviços.

Assim, o objectivo deste meu requerimento é solicitar a autorização de V. Exa. para a realização desta investigação, designadamente para o envio do questionário aos estabelecimentos prisionais e para a realização das visitas e das entrevistas. As visitas serão seleccionadas a partir dos dados obtidos pelo questionário para as quais solicitarei nova autorização em momento próprio, informando dos estabelecimentos em que me proponho realizar as mesmas e a proposta de guião para as entrevistas. Solicito também autorização para que estas sejam gravadas, permitindo a sua posterior transcrição mantendo, no entanto, a confidencialidade das instituições visitadas e dos responsáveis entrevistados no meu relatório final.

Gostaria ainda de pedir a colaboração de V. Exa., concedendo-me uma reunião, em data e hora a combinar, para um melhor esclarecimento do projecto de investigação que me proponho desenvolver, cuja proposta envio também em anexo, devidamente autorizada pelo orientador, e para solicitar autorização para a consulta de informações disponíveis sobre estes serviços na Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

Entretanto gostaria de acrescentar que o meu estudo não tem qualquer relação com organizações políticas ou comerciais, tendo fins exclusivamente académicos.

Termino agradecendo antecipadamente a colaboração de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos,

---

Assinatura

Pela Comissão de Curso do Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação da Universidade de Évora

---

Assinatura

## Anexo 2 – Autorização da DGSP para a realização do projecto

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Direcção de Serviços de Planeamento, Documentação, Estudos e Relações Internacionais

Exma Senhora  
Dr<sup>a</sup> Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano

Av. Humberto Delgado, Lote 65 / 1º Dto

2 975 - 311 QUINTA DO CONDE

<i>V/ referência</i>	<i>N/ referência</i>	<i>Ofício N.º</i>	<i>Data</i>
2005 / 07 / 14		0202 / DSPDERI/2 005	2 005/07/21

**Assunto:** Trabalho para obtenção do Grau de Mestre em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação pela Universidade de Évora

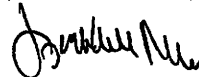
Tenho a honra de informar V. Exa de que, por despacho da Senhora Subdirectora – Geral, está autorizada a remeter o questionário sobre bibliotecas, aos Directores dos Estabelecimentos Prisionais e a contactar a Directora de Serviços de Educação, Ensino, Formação Profissional e de Apoio à Reintegração Social dos Reclusos para combinar conversar, uma vez que é esta unidade orgânica que tutela o trabalho das bibliotecas existentes nos Estabelecimentos Prisionais.

Assim, dando cumprimento ao disposto na Circular nº 5 / GDG / 2001 de 18 de Junho – que regula estágios e investigações académicas - deve ser tido em conta que a resposta aos questionários está dependente da disponibilidade e da voluntariedade dos Directores para colaborarem consigo, ficando obrigada a preservar o anonimato dos dados recolhidos e das pessoas que cooperarem. Por fim, deverá ter presente que a visita a seis Estabelecimentos Prisionais, a designar, e as entrevistas aos respectivos Directores, fica dependente de futuro pedido específico nesse sentido.

Com os melhores cumprimentos.

VA Directora de Serviços

(Fernanda Infante)



SM/2005

## **Anexo 3 – Carta enviada a todos os estabelecimentos prisionais**

FERNANDA MARIA CUNHA FERREIRA SERRANO  
Av. Humberto Delgado, Lt 65 – 1º dto  
Quinta do Conde  
2975-311 Quinta do Conde  
Tel.: 933309151  
E-mail: fernandaferreira@iol.pt

Quinta do Conde, 29 de Julho de 2005

Exmo. Senhor Director  
do Estabelecimento Prisional

Ao iniciar esta carta gostaria de me apresentar, o meu nome é Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano e sou Técnica Superior de Biblioteca e Documentação e estou actualmente a preparar um projecto para desenvolvimento de uma tese no Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação da Universidade de Évora (2004-2005).

Esta tese tem como tema, a **Biblioteca de Prisão em Portugal**. Este projecto é baseado no estudo e análise da realidade actual das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em Portugal. O trabalho de campo desenvolve-se em duas fases distintas: em primeiro lugar estou a enviar o questionário em anexo para todos os estabelecimentos prisionais; em segundo lugar e a partir dos dados recolhidos, seleccionarei seis estabelecimentos prisionais onde ocorrerá uma recolha de informação mais pormenorizada sobre a biblioteca com entrevistas pessoais ao Director do estabelecimento prisional e ao responsável pela biblioteca. Aproveito para esclarecer que esta selecção terá em atenção a distribuição dos estabelecimentos prisionais de acordo com os distritos judiciais e a sua tipologia (centrais, regionais ou especiais).

Tendo já obtido a prévia autorização da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, de acordo com o ofício em anexo, para o desenvolvimento deste projecto, designadamente para a aplicação de um questionário aos estabelecimentos prisionais, o objectivo desta minha carta é pedir a colaboração de V. Exa. para o preenchimento do questionário que junto a esta carta e solicitar o seu envio até ao dia 9 de Setembro de 2005, para o que se junta o respectivo envelope devidamente endereçado. Além disto, se a biblioteca do seu estabelecimento prisional for escolhida para a segunda fase deste projecto de investigação, gostaria de saber da disponibilidade de V. Exa. para me receber para uma visita à biblioteca e para as entrevistas.

Entretanto gostaria de sublinhar que as respostas a este questionário serão mantidas confidenciais e serão usadas apenas para fins académicos.

Termino agradecendo antecipadamente a sua colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

---

Assinatura

## Anexo 4 – Questionário enviado a todos os estabelecimentos prisionais

### QUESTIONÁRIO

Este questionário está a ser realizado no âmbito de um projecto de investigação sobre **A Biblioteca de Prisão em Portugal**, em desenvolvimento para a preparação de uma dissertação do Mestrado de Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação da Universidade de Évora (2004-2005). Todas as informações resultantes do preenchimento deste questionário serão mantidas confidenciais e serão objecto de tratamento estatístico cujos resultados serão apresentados no texto da dissertação a elaborar. Agradecemos a colaboração dos estabelecimentos prisionais no seu preenchimento.

1. Existe biblioteca no estabelecimento:

Sim  Não

2. Instalações da biblioteca:

Próprias  Partilhadas  Não tem

3. N.º de pessoas responsáveis pela organização da biblioteca: \_\_\_\_\_

4. Responsável(is) pela organização da biblioteca:

Técnico Superior de Reeducação

Recluso

Outro  \_\_\_\_\_

5. Possui catálogo: Sim  Não

6. O fundo documental é sujeito a tratamento documental:

Sim  Não

7. N.º de documentos do fundo documental: \_\_\_\_\_

8. Géneros literários (indique o n.º de documentos por género):

Ficção \_\_\_\_\_

Não Ficção \_\_\_\_\_

9. Jornais e revistas:

Sim  Não

Quais \_\_\_\_\_

Periodicidade \_\_\_\_\_

10. Possui documentos de apoio ao ensino exercido no estabelecimento:

Sim  Não

11. Possui documentos de outro suporte sem ser o suporte impresso (indique o n.º de documentos):

CD-ROM/DVD  \_\_\_\_\_

VHS  \_\_\_\_\_

Outros  \_\_\_\_\_

12. Utilização da biblioteca:

Utilização anual (em 2004) \_\_\_\_\_

Utilização mensal (em Junho de 2005) \_\_\_\_\_

13. Géneros mais requisitados (indique o n.º de documentos requisitados em 2004):

Ficção \_\_\_\_\_

Não Ficção \_\_\_\_\_

Jornais e revistas \_\_\_\_\_

14. Possui protocolos ou projectos com alguma instituição no âmbito da biblioteca:

Sim  Não

Se respondeu afirmativamente indique com que instituição \_\_\_\_\_

15. Utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação:

Organização da biblioteca e das colecções Sim  Não

Informatização do catálogo Sim  Não

Acesso à Internet Sim  Não

Apoio ao ensino Sim  Não

Outros \_\_\_\_\_

16. Teria disponibilidade para cooperar na segunda fase deste projecto concedendo-me uma visita à biblioteca do estabelecimento e uma entrevista:

Sim  Não

Muito obrigado pela sua colaboração.

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 2005

Responsável pelo preenchimento: \_\_\_\_\_



## Anexo 5 – Segunda carta enviada à DGSP

FERNANDA MARIA CUNHA FERREIRA SERRANO  
Av. Humberto Delgado, Lt 65 – 1º dto  
Quinta do Conde  
2975-311 Quinta do Conde  
Tel.: 933309151  
E-mail: fernandaferreira@iol.pt

Quinta do Conde, 30 de Novembro de 2005

Exmo. Senhor Director Geral  
dos Serviços Prisionais

O meu nome é Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano e sou Técnica Superior de Biblioteca e Documentação e estou actualmente a preparar um projecto para desenvolvimento de uma tese no Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação da Universidade de Évora (2004-2005), intitulada **Informação, ensino, formação e lazer: práticas das bibliotecas de prisão em Portugal** sob a orientação do Professor Doutor José António Calixto, sobre a qual já informei V. Exa. na minha carta enviada em Julho de 2005, na qual solicitei autorização para o envio de um questionário aos estabelecimentos prisionais.

Tal como já havia referido nessa carta, a partir dos dados obtidos pelo questionário proponho-me aprofundar este projecto de investigação com a visita a 7 (sete) estabelecimentos prisionais, cuja lista apresento em anexo e sendo um deles para entrevista-piloto, que seleccionarei tendo como critérios principais a obtenção de uma máxima variação (EP centrais/regionais/especiais, masculinos/femininos, distritos judiciais), durante as quais farei uma entrevista ao Director e ao responsável pela biblioteca do estabelecimento (técnico superior de reeducação) e para as quais reitero o meu pedido a V. Exa., de autorização para a realização das mesmas. Estas visitas e entrevistas pessoais (cuja proposta de guião envio também em anexo) permitirão uma investigação mais pormenorizada da realidade destes serviços. Solicito também autorização para que estas sejam gravadas, permitindo a sua posterior transcrição mantendo, no entanto, a confidencialidade das instituições visitadas e dos responsáveis entrevistados no meu relatório final.

Agradeço ainda a autorização e disponibilidade para contactar a Directora de Serviços de Educação, Ensino, Formação Profissional e de Apoio à Reintegração Social dos Reclusos, contacto que farei em data próxima.

Entretanto gostaria de acrescentar que o meu estudo não tem qualquer relação com organizações políticas ou comerciais, tendo fins exclusivamente académicos.

Termino agradecendo antecipadamente a colaboração de V. Exa.

Com os melhores cumprimentos,

---

Assinatura

## Anexo 6 – Autorização da DGSP para a segunda fase do projecto

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS  
Direcção de Serviços de Planeamento, Documentação, Estudos e Relações Internacionais

Exma Senhora

Dra Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano

Av. Humberto Delgado, lote 65 - 1º Dto

2975-311 QUINTA DO CONDE

<i>V/ referência</i>	<i>N/ referência</i>	<i>Ofício N.º</i>	<i>Data</i>
carta entrada 05.12.05	proc 93/05 DSPDERI	0356	16.12.2005

**Assunto:** Trabalho para obtenção do Grau de Mestre em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação pela Universidade de Évora

Venho pelo presente informar V. Exª de que, por despacho da Senhora Subdirectora-Geral, Dra Maria José Matos, foi autorizada a realizar as entrevistas aos Senhores Directores dos Estabelecimentos Prisionais Regionais de [REDACTED] e aos Técnicos Superiores responsáveis pelas bibliotecas destes.

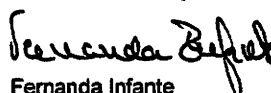
Informa-se ainda que, pese embora esta autorização, a realização das entrevistas está condicionada à disponibilidade daqueles Directores e Técnicos Superiores, bem como o uso de gravador durante as mesmas dependerá da concordância dos entrevistados.

A concessão da autorização assenta no pressuposto do rigoroso cumprimento, tal como assumido por V. Exª, de que os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito do estudo em causa e que serão garantidos os princípios da confidencialidade dos dados recolhidos e do anonimato dos entrevistados.

Por último, informa-se que os dias, horas e locais das entrevistas terão de ser previamente acordados com os Directores dos EP ou com quem por eles for designado para o efeito.

Com os melhores cumprimentos.

A Directora de Serviços,

  
Fernanda Infante

OL/

## **Anexo 7 – Carta enviada aos estabelecimentos prisionais seleccionados**

FERNANDA MARIA CUNHA FERREIRA SERRANO  
Av. Humberto Delgado, Lt 65 – 1º dto  
Quinta do Conde  
2975-311 Quinta do Conde  
Tel.: 933309151  
E-mail: fernandaferreira@iol.pt

Quinta do Conde, 30 de Dezembro de 2005

Exmo. Senhor Director  
do Estabelecimento Prisional

Ao iniciar esta carta gostaria de me apresentar, o meu nome é Fernanda Maria Cunha Ferreira Serrano e sou Técnica Superior de Biblioteca e Documentação e estou actualmente a preparar um projecto para desenvolvimento de uma tese no Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação da Universidade de Évora (2004-2005).

Esta tese tem como tema a **Informação, ensino, formação e lazer: práticas das bibliotecas de prisão em Portugal**. Este projecto é baseado no estudo e análise da realidade actual das bibliotecas dos estabelecimentos prisionais em Portugal. O trabalho de campo desenvolve-se em duas fases distintas: em primeiro lugar enviei um questionário para todos os estabelecimentos prisionais; em segundo lugar e a partir dos dados recolhidos, seleccionei 6 (seis) estabelecimentos prisionais tendo como critérios principais a obtenção de uma máxima variação (EP centrais/regionais/especiais, masculinos/femininos, distritos judiciais). Nestes estabelecimentos estou a desenvolver uma investigação mais pormenorizada sobre a biblioteca do EP, com entrevistas pessoais ao Director do estabelecimento prisional e ao responsável pela biblioteca. A partir dos dados obtidos no questionário, esse estabelecimento prisional enquadra-se dentro dos critérios acima referidos pelo que gostaria de desenvolver aí o meu trabalho de investigação.

Tendo já obtido a prévia autorização da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, de acordo com o ofício em anexo, para o desenvolvimento deste projecto, designadamente para a realização das visitas e entrevistas, o objectivo desta minha carta é pedir a colaboração de V. Exa., concedendo-me duas entrevistas, uma com V. Exa. e outra com o técnico responsável pela biblioteca no âmbito do tema acima referido. Estas entrevistas teriam lugar no próprio estabelecimento, em data e hora a combinar de acordo com a disponibilidade de V. Exa. e teriam uma duração de entre 40 minutos a uma hora. Seria conveniente as duas entrevistas terem lugar no mesmo dia. Gostaria de propor a semana de 23 a 27 de Janeiro de 2006. Brevemente farei um contacto telefónico com os seus serviços a fim de confirmar a sua disponibilidade e combinar os pormenores relativos à data e hora da entrevista.

Entretanto gostaria de acrescentar que o meu estudo não tem qualquer relação com organizações políticas ou comerciais, tendo fins exclusivamente académicos e que todos os intervenientes no mesmo não serão mencionados no relatório final.

Compreendo que tanto V. Exa. como o responsável pela biblioteca têm o seu tempo muito ocupado, mas espero que possa responder afirmativamente a esta minha solicitação.

Termino agradecendo antecipadamente a sua colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

---

Assinatura

## Anexo 8 – Guião da entrevista

### Guião de Entrevista

#### Registo

Registo da entrevista com (Nome do entrevistado)

.....

Director do Estabelecimento  Técnico Responsável pela Biblioteca

Estabelecimento Prisional.....

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 2006

#### Introdução

Antes de iniciar gostaria de agradecer a sua colaboração no preenchimento do questionário anteriormente enviado e a sua amabilidade em me receber para efectuar esta entrevista.

Como mencionei na minha carta, ao solicitar esta entrevista, o objectivo da mesma é obter a sua opinião sobre o panorama actual das bibliotecas de prisão em Portugal. Antes de iniciarmos gostaria de sublinhar que este projecto de investigação que estou a desenvolver tem propósitos exclusivamente académicos, e posso assegurar-lhe que todas as respostas permanecerão confidenciais. Embora possa vir a utilizar excertos das entrevistas realizadas no relatório final do projecto, não haverá nenhuma possibilidade de identificação dos entrevistados ou dos estabelecimentos prisionais.

Tal como havíamos combinado, a entrevista será gravada para que não se perca nenhuma informação. Contudo, se existir alguma pergunta a que prefira não responder, ou se em qualquer altura quiser terminar a entrevista, é livre de o fazer.

#### 1. A biblioteca de prisão

1.1. A literatura relacionada com esta temática sugere que existem quatro grandes áreas em que se desenvolve o serviço das bibliotecas nos estabelecimentos prisionais: apoio ao ensino, informação, lazer e apoio à formação profissional. Por favor, organize-as numa lista de acordo com a importância que atribui a cada uma delas.

1.2. Porque é que pensa assim?

1.3. Qual é a sua opinião sobre a aplicação de normas internacionais e procedimentos biblioteconómicos na gestão e funcionamento das bibliotecas de estabelecimentos prisionais?

#### 2. A biblioteca e o estabelecimento prisional

2.1. Qual é, na sua opinião, a perspectiva que a administração do estabelecimento prisional tem da biblioteca?

2.2. Qual a relação da biblioteca com o ensino e a formação profissional exercidos no estabelecimento prisional?

2.3. Em que medida, na sua opinião, a biblioteca contribui, à semelhança de outros serviços do estabelecimento prisional, para a reabilitação e reinserção dos reclusos?

2.4. A quem é atribuída a coordenação, organização e funcionamento da biblioteca?

2.5. Na sua opinião, deveria ser de outra forma?

### **3. O espaço da biblioteca**

3.1. Considera adequado o espaço existente para a biblioteca?

3.2. Se a resposta for negativa pode dizer porque é que pensa assim?

3.3. Considera a existência de diferentes espaços destinados à biblioteca (espaços em diferentes alas), adequada à gestão dos recursos da biblioteca?

3.4. Porque é que pensa assim?

Sugestões:

- a) Circulação de materiais;
- b) Duplicação de materiais;
- c) Desaparecimento de materiais.

### **4. Os recursos humanos**

4.1. Qual é a sua opinião sobre os recursos humanos afectos à biblioteca?

4.2. Considera suficiente a formação existente nesta área para os técnicos de reeducação que coordenam a biblioteca?

4.3. Porque é que pensa assim?

4.4. Considera pertinente a existência de formação nesta área também para os reclusos que trabalham na biblioteca?

4.5. Porque é que pensa assim?

4.6. Considera que o trabalho que os reclusos exercem na biblioteca traz benefícios aos mesmos?

4.7. Porque é que pensa assim?

Sugestões:

- a) Durante o tempo que permanecem no estabelecimento;
- b) Após a sua saída do estabelecimento.

4.8. Qual é a sua opinião sobre uma intervenção regular de bibliotecários profissionais nestes serviços?

### **5. Recursos materiais**

5.1. Qual é a sua opinião sobre os recursos materiais existentes para o funcionamento da biblioteca?

5.2. Qual é a sua opinião sobre a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas bibliotecas dos estabelecimentos prisionais?

### **6. Colecções documentais**

6.1. Estes são alguns aspectos que devem caracterizar as colecções documentais da biblioteca do estabelecimento prisional. Pensa que são aspectos que caracterizam as colecções documentais da biblioteca deste estabelecimento prisional? Por favor, utilize os termos desta escala, de acordo com a sua opinião relativamente a cada um destes aspectos.

<b>Colecções documentais</b>	<b>1 Discordo totalmente</b>	<b>2 Discordo</b>	<b>3 Indiferente</b>	<b>4 Concordo</b>	<b>5 Concordo totalmente</b>
São suficientes em quantidade					
São suficientes em qualidade					
São actuais					
Têm em atenção as necessidades dos diferentes reclusos					
Têm em atenção as sugestões dos diferentes reclusos					
Contemplam outros materiais sem ser o impresso					
Cobrem a área de ensino exercida no EP					
Cobrem a área de formação profissional exercida no EP					
Cobrem a área de preparação para a saída dos reclusos do EP					

6.2. Qual o sistema de acesso dos reclusos às colecções documentais?

6.3. Pensa que é o mais adequado?

### **7. Utilização da biblioteca e actividades de dinamização**

7.1. Considera que existe uma elevada utilização da biblioteca por todos os reclusos do estabelecimento?

7.2. Se a resposta for negativa, quais são, na sua opinião, as razões porque isso acontece?

Sugestões:

- c) Os reclusos não conhecem a biblioteca;
- d) Não existem estratégias e actividades de dinamização e divulgação do espaço;
- e) Não existe incentivo à leitura;
- f) O horário não é adequado; coincide com outras actividades que decorrem no estabelecimento prisional;
- g) Existe limitação de acesso para alguns reclusos.

7.3. O que é que pode ser feito, na sua opinião, para aumentar a utilização?

7.4. Qual é a sua opinião sobre a realização de actividades de dinamização do espaço da biblioteca?

Sugestões:

- a) Actividades do Livro e da Leitura, como Clubes de Leitura;
- b) Encontros com autores ou outras personalidades;
- c) Música e teatro;
- d) Cinema e Vídeo;
- e) Artes plásticas.

### **8. Relação com o exterior**

8.1. Existem protocolos com instituições exteriores ao estabelecimento prisional?

8.2. Se a resposta for positiva, pode dar-me alguns exemplos?

8.3. Essa cooperação funciona bem?

8.4. Pensa que é pertinente a cooperação com a biblioteca municipal da área onde está localizado o estabelecimento prisional?

8.5. Na sua opinião, quais são os aspectos em que esse colaboração deveria ser desenvolvida?

Sugestões:

- a) Protocolo para empréstimo interbibliotecário;
- b) Acesso ao catálogo da biblioteca municipal e outras bases de dados bibliográficas;
- c) Protocolo para formação dos recursos humanos afectos à biblioteca do estabelecimento prisional, por exemplo, no que diz respeito às TIC;
- d) Protocolo para colaboração dos recursos humanos da biblioteca municipal em eventos e outras actividades da biblioteca do estabelecimento prisional;
- e) Protocolo para doação de livros à biblioteca do estabelecimento prisional.

9. Quais são, na sua opinião as maiores fraquezas da biblioteca deste estabelecimento prisional?

Sugestões:

- a) Espaço;
- b) Colecções;
- c) Pessoal;
- d) Falta de divulgação.

#### **Comentário / análise à entrevista**

Existe mais alguma informação que pense ser importante acrescentar à entrevista. Tem algum comentário a fazer à entrevista?

#### **Final**

Mais uma vez, gostaria de agradecer a sua cooperação na realização desta entrevista e a sua amabilidade em disponibilizar algum tempo para responder às minhas perguntas.